

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE

MARINA MUJICA DE PAIVA

RESPOSTA LOCAL AO TURISMO: RESILIÊNCIA CULTURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO POVOADO DO PONTAL DE CORURIBE

Maceió – AL
2010

MARINA MUJICA DE PAIVA

**RESPOSTA LOCAL AO TURISMO: RESILIÊNCIA CULTURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO POVOADO DO PONTAL DE CORURIBE**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da
UFAL – Universidade Federal de Alagoas, como
exigência parcial para obtenção do título de
mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Professor Doutor Lindemberg
Medeiros Araújo

Maceió – AL

2010

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

P149r Paiva, Marina Mujica de.
Resposta local ao turismo: resiliência cultural e desenvolvimento local no povoado do Pontal de Coruripe / Marina Mujica de Paiva. – 2010.
151 f. : il.

Orientador: Lindemberg Medeiros Araújo.
Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente : Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Alagoas. Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Maceió, 2010.

Bibliografia: f. 140-146.
Apêndices: f. 147-151

1. Turismo. 2. Resiliência cultural. 3. Desenvolvimento local – Pontal de Coruripe (AL). 4. Desenvolvimento sustentável. I. Título.

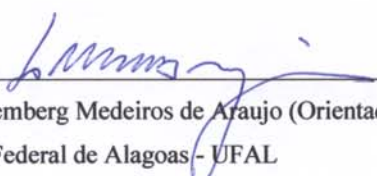
CDU: 504:338.48 (813.5)

TERMO DE APROVAÇÃO

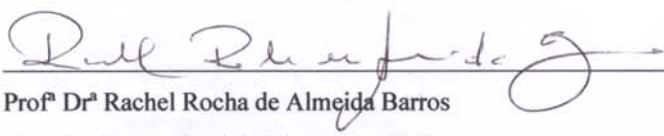
MARINA MUJICA DE PAIVA

**RESPOSTA LOCAL AO TURISMO: RESILIÊNCIA CULTURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO POVOADO DE PONTAL DE
CORURIBE**

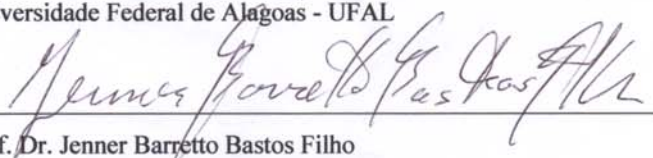
Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Alagoas, tendo sido aprovada pela seguinte Banca Examinadora:



Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araujo (Orientador)
Universidade Federal de Alagoas - UFAL



Profª Drª Rachel Rocha de Almeida Barros
Universidade Federal de Alagoas - UFAL



Prof. Dr. Jenner Barretto Bastos Filho
Universidade Federal de Alagoas - UFAL

MACEIÓ

2010

Este trabalho é dedicado à minha família, especialmente ao meu filho Antônio e a toda comunidade do Pontal de Coruripe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a minha família que além de me ajudar a superar todos os obstáculos, sempre me apóia e incentiva em todos os projetos da minha vida.

Especialmente à minha mãe, que apesar de não acreditar na minha imensa gratidão por tudo que ela fez por mim, desde o começo do mestrado, sempre foi e sempre será minha melhor amiga.

À minha irmã, amiga e comadre Antonia, por ter me dado todo o suporte e força para que eu concluísse esse trabalho.

Ao meu pai e irmãos André e Luiza por seus incentivos e pensamentos positivos constantes.

Ao meu amigo e orientador Lindemberg Medeiros, por ter compartilhado seus conhecimentos e demandado seu tempo e trabalho comigo.

A todos os professores e funcionários do PRODEMA, especialmente ao Prof. Jenner Bastos, por sua erudição e simplicidade e por fazer parte da minha Banca, contribuindo muito para o meu desenvolvimento.

Aos meus queridos colegas de mestrado, que me deram o maior amparo, minimizando a saudade da minha família, especialmente ao Deividson, Dionarí, Cristiano, Durval, Juliana, Celso, Águida, João Geraldo, Elaine e Risadalvo.

Ao meu amigo e irmão Valério que me ajudou desde o início da pesquisa, sempre presente em todas as situações em que precisei de sua força.

À Eliana, Jailton e Flávia pela temporada passada no Casarão do Pontal durante a pesquisa.

Agradeço a CAPES por ter financiado meus estudos.

À Prefeitura e a Secretária de Turismo e Meio Ambiente do município de Coruripe e os demais órgãos públicos, que me cederam informações importantes para a realização do trabalho.

Aos moradores do Pontal de Coruripe que participaram da pesquisa e me receberam de forma amistosa e solícita.

. Por fim, agradeço a todos que não estão aqui nominados, mas que direta e indiretamente contribuíram para este trabalho.

“Eu não quero que minha casa seja fechada com paredes por todos os lados, e que minhas janelas fiquem trancadas. Eu quero que as culturas de todos os lugares soprem sobre minha casa da forma mais livre possível. Mas eu também me recuso a ser carregado por qualquer uma delas”.

Mahatma Gandhi

RESUMO

Até relativamente pouco tempo atrás, havia a crença de que o turismo traria necessariamente ‘desenvolvimento’ aos lugares alvo de turistificação. Acreditava-se que à medida que um lugar se desenvolvesse turisticamente ele geraria emprego, ocupação e contribuiria para a melhoria da qualidade de vida das pessoas do lugar. Entretanto, inúmeros estudos de caso têm mostrado que geralmente o turismo causa impactos socioculturais e ambientais negativos nas destinações turísticas e comunidades receptoras, negando freqüentemente as visões otimistas sobre essa atividade. Os efeitos negativos dos empreendimentos turísticos nas comunidades litorâneas da região Nordeste do Brasil têm-se constituído em preocupação crescente entre estudiosos, organizações não-governamentais e as comunidades envolvidas. Muitos estudos vêm sendo desenvolvidos com foco na questão das contradições intrínsecas ao modelo de exploração turística do litoral brasileiro. A preocupação atual em minorar essas contradições levou vários pesquisadores a considerar a cultura e o capital social dos lugares envolvidos no processo de desenvolvimento local através do turismo. Este estudo tem como objeto de investigação uma comunidade pesqueira, localizada no litoral sul do estado de Alagoas. Trata-se do Pontal de Coruripe, lugar que devido suas belezas naturais e riqueza cultural, tem vocação para o turismo. O objetivo do estudo é analisar a percepção e a resposta da comunidade local do povoado Pontal de Coruripe, em relação ao desenvolvimento no lugar. Tem o objetivo também de analisar como vem se dando a inserção do turismo no povoado e as implicações dessa atividade no espaço físico e sociocultural da comunidade em questão. A abordagem teórico-metodológica teve como base os conceitos de resiliência cultural, capital social e desenvolvimento local. Os instrumentos de coleta de dados foram conversas informais, observação participante, registro fotográfico, entrevista e a realização de uma reunião de grupo focal. Concluiu-se que o turismo vem se desenvolvendo na comunidade de forma espontânea há várias décadas. A falta de planejamento e as conseqüentes mudanças espaciais, territoriais, socioculturais e ambientais desencadeadas pelo turismo não foram capazes de descaracterizar de forma significativa as duas principais atividades socioeconômicas do lugar, a saber: a pesca e o artesanato. Entretanto, a ausência de participação da comunidade nas decisões sobre a atividade turística, assim como a ausência de planejamento integrado, faz com que o crescimento turístico local e as transformações dela decorrentes não atendam às demandas sociais da comunidade. Contudo, o turismo se apresenta como possibilidade de revitalizar e diversificar a economia do lugar, com a possibilidade de estimular as atividades já existentes, como o artesanato local, trazendo melhorias na qualidade de vida da população nativa. Para tanto, é imprescindível que haja planejamento.

Palavras-chave: Turismo. Resiliência cultural. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

Until recently, tourism used to be seen as necessarily being able to foster 'development' in tourist places. It was taken for granted that tourism would create jobs, occupation thus improving people's quality of life. However, countless case studies have collected evidence that tourism frequently leads to socio-cultural and environmental impacts in tourist destinations and host communities, a phenomenon that is contradictory with the general positive expectations of those involved. Negative impacts of tourism in coastal communities of Brazil's Northeast region have led to concerns among researchers, non-governmental organizations and the communities involved. A number of studies have been developed with a focus on the intrinsic contradictions of the style of tourism development along Brazil's littoral. The current concern towards a reduction in those contradictions, have led researchers to consider the culture and social capital of communities in the tourism-based development process. This study examines tourism in a small fishing village which is located in the south littoral of the Alagoas state. This village, which is called *Pontal de Coruripe*, has a tourist potential based on its natural landscape and cultural heritage. The study analyses the community perception and response to tourism locally. The study also examines how tourism has developed in this place as well as the resulting spatial and socio-cultural in the community. The study theoretical approach included cultural resilience, social capital and local development. Data collection instruments were informal conversations, participant observation, photographic survey, interviews and a focal group interview. The study revealed that tourism has been developing in *Pontal de Coruripe* spontaneously, that is, without formal planning. Lack of planning and the resulting spatial, territorial, socio-cultural and environmental changes of tourism have not been able to alter in a significant way the two local main socio-economic activities, namely: fishing and craftwork. However, lack of community participation regarding decision-making concerning tourism activities, as well as the absence of integrated planning, has led local tourism development not to meet the social needs of the host community. Despite that, tourism has the potential to rejuvenate and diversify the economy of *Pontal de Coruripe* and to encourage the existing local activities, as for example the local craftwork, a development that could help improve the residents' life quality. In order to achieve such developments it is necessary that tourism is planned.

Keywords: Tourism. Cultural resilience. Local development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ilustração da matança dos portugueses pelos Caetés	57
Figura 2 - Placa sobre a história do Pontal de Coruripe	59
Figura 3 - Município de Coruripe no mapa do Estado de Alagoas	60
Figura 4 - Limites do município de Coruripe e suas rodovias	61
Figura 5 - Município de Coruripe no estado de Alagoas	67
Figura 6 - Mapa político-administrativo do estado de Alagoas	67
Figura 7 - Artesanatos produzidos pelas artesãs da Associação do Pontal de Coruripe	68
Figura 8 - Praia na foz do rio Coruripe	69
Figura 9 - Trecho do rio Coruripe	69
Figura 10 - Projeto de monitoramento do rio Coruripe feito pela Usina	70
Figura 11 - Praia do Pontal de Coruripe	71
Figura 12 - Igreja de Bom Jesus dos Navegantes	71
Figura 13 - Procissão de barcos do Bom Jesus dos Navegantes	72
Figura 14 - Multidão assistindo a procissão de barcos do Bom Jesus dos Navegantes	72
Figura 15 - Habitações do Povoado do Pontal de Coruripe na década de 1960	74
Figura 16 - Habitações do Povoado do Pontal de Coruripe na década de 1980.....	74
Figura 17 - Peças de artesanato produzidas pelas artesãs de Pontal de Coruripe	75
Figura 18 - Peças de artesanato produzidas pelas artesãs de Pontal de Coruripe	75
Figura 19 - Peças de artesanato produzidas pelas artesãs de Pontal de Coruripe	75
Figura 20 - Senhora e crianças na porta de casa trabalhando a palha de ouricuri	77
Figura 21 - Mulher trabalhando a palha de ouricuri	77
Figura 22 - Entrada da Associação das Artesãs do Pontal de Coruripe	78
Figura 23 - Associação das Artesãs do Pontal de Coruripe	79
Figura 24 - Feixes de palha	81
Figura 25 - Palhas secando em uma calçada do povoado do Pontal de Coruripe	81
Figura 26 - Antiga lojinha de artesanato do grupo de artesãs Pontal Arte	82
Figura 27 - Artesãs autônomas do Pontal de Coruripe na década de 1980	84
Figura 28 - Artesã autônoma do Pontal de Coruripe no ano de 2008	84
Figura 29 - Jangadas na praia do Pontal de Coruripe no ano de 1969	85
Figura 30 - Homens construindo jangada	86
Figura 31 - Velho Capilé	86
Figura 32 - Ferramentas utilizadas na construção das jangadas	87

Figura 33 - Antigos pescadores do Pontal de Coruripe em atividade	87
Figura 34 - Antigos pescadores do Pontal de Coruripe em atividade	87
Figura 35 - Arrastão	88
Figura 36 - Cada um recebia o seu “quinhão” de peixes	88
Figura 37 - Os caíques	89
Figura 38 - Barco de pesca	89
Figura 39 - A comunidade do Pontal participando da pesca	90
Figura 40 - A comunidade do Pontal participando da pesca	90
Figura 41 - Pescadores descarregando os camarões	91
Figura 42 - Cestos cheios de camarão	91
Figura 43 - Cesto de peixe e camarão	91
Figura 44 - Algumas espécies de peixes pescados no Pontal	91
Figura 45 - Habitações construídas para as famílias que perderam suas casas	97
Figura 46 - Acesso à praia, feito através de corredores, entre as casas de veraneio	99
Figura 47 - Construções na beira da praia do Pontal	100
Figura 48 - Enseada do Pontal antigamente	101
Figura 49 - Enseada do Pontal de Coruripe atualmente	101
Figura 50 - Esgoto a céu aberto em várias ruas do povoado	102
Figura 51 - Esgoto nas ruas do povoado	102
Figura 52 - Obras no farol do Pontal	118
Figura 53 - Obras no farol do Pontal	110
Figura 54 - Associação dos Moradores do Pontal de Coruripe	125

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

ADELISCO – Agência de Desenvolvimento Sustentável de Coruripe

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMT – Organização Mundial de Turismo

PNT – Plano Nacional de Turismo

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SSMCC – Secretaria Municipal de Cultura de Coruripe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 TURISMO E MUDANÇA ESPACIAL	21
1.1 Turismo e Espaço.....	21
1.2 A Noção de Lugar no Turismo	23
1.3 Território Turístico e Desterritorialização	27
2 IMPACTOS SOCIOCULTURAIS E AMBIENTAIS DO TURISMO	32
2.1 Impacto do Turismo em áreas litorâneas	32
2.2 Impactos Socioculturais do Turismo nas Comunidades Receptoras	39
2.3 Turismo e Sustentabilidade	43
3 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	50
3.1 Resiliência Cultural	50
3.1 Capital Social	51
3.3 Desenvolvimento Local	52
3.4 Metodologia	54
4 PONTAL DE CORURIFE	57
4.1 Caracterização do município de Coruripe	57
4.1.1 Aspectos Históricos	57
4.1.2 Aspectos Geográficos e Demográficos	61
4.1.3 Aspectos Socioeconômicos e Culturais	64
4.2 O Povoado do Pontal de Coruripe	68
4.2.1 A Comunidade do Pontal de Coruripe e o Turismo	74
4.2.1.1 As artesãs do Pontal de Coruripe	76
4.2.1.2 A pesca no Pontal de Coruripe	84
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	93
5.1 Mudanças espaciais, socioculturais e resiliência cultural em Pontal de Coruripe.....	93
5.2 Percepção e resposta da comunidade local em relação ao turismo	107

5.3	Valorização cultural local e resistência	128
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS.....	138
	ANEXOS	145

INTRODUÇÃO

O turismo vem crescendo de forma rápida em praticamente todo o mundo. As atividades turísticas movimentam muitos recursos financeiros e podem contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico. Alguns dos benefícios econômicos trazidos pelo turismo são direcionados para a criação de empregos, aumento da renda familiar e para o incremento do faturamento das empresas e das receitas governamentais (ARCHER; COOPER, 1998).

No caso do Brasil, o Plano Nacional de Turismo (PNT), os programas turísticos federais e as políticas públicas estaduais e municipais vêm sendo expandidos e aperfeiçoados com o objetivo de incrementar a demanda turística e de contribuir para o desenvolvimento em todas as regiões do país.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), do total de viagens realizadas em 2007, a participação da América do Sul foi de 2,2%, e a do Brasil de apenas 0,6%. (EMBRATUR, 2008). No entanto, é importante ressaltar que nos últimos anos o desempenho do turismo receptivo brasileiro tem obtido resultados bastante satisfatórios, no que se refere à entrada de visitantes estrangeiros e à geração de divisas para o país.

No ano de 2007, o Brasil recebeu cerca de cinco milhões de turistas estrangeiros, gerando uma receita cambial de cinco bilhões de dólares. A receita gerada pelo turismo no mundo anualmente já ultrapassou a cifra dos 800 bilhões de reais e os empregos (diretos e indiretos) criados por esse setor no período entre 2003 e 2006 chegaram a 996 mil (BRASIL, 2008). Esses dados demonstram o grande potencial econômico do turismo para o desenvolvimento em nível mundial e nacional, e explicam o aumento do interesse por parte dos Estados nacionais em investir nesse setor.

Um tipo de turismo que vem ganhando espaço faz algum tempo é o chamado *turismo de natureza*. Tomando-se como base a definição proposta por Ceballos (apud VERA et al., 1997, 145) o *Turismo de Natureza* é definido “como o segmento do turismo que se desenvolve em áreas naturais relativamente virgens, com o objetivo específico de admirar, estudar, desfrutar da viagem, das plantas e animais, assim como das marcas culturais do passado e do presente das destinações turísticas – relaciona-se, desta forma, ócio, meio ambiente e turismo”.

Entretanto, um dos problemas associados às atividades turísticas é que além dos impactos positivos, o crescimento do turismo em uma determinada região tem o potencial de desencadear problemas sociais, culturais, políticos e ambientais. No turismo de natureza “o turista deseja o contato com a natureza com o intuito de relaxamento e prazer em um ambiente natural, sem preocupação (comprometimento) em relação aos processos mais diretos de manutenção desse ambiente” (MACHADO, 2005, p. 29). Apesar de o turismo de natureza incluir em princípio uma preocupação com a preservação da natureza, na maior parte dos casos o turismo tem causado muitos impactos ambientais negativos (BRANDON, 1993).

O aumento da procura por um contato direto com ambientes de natureza preservada está associado a um estilo de vida urbano cada vez mais frenético. Assim, “lugares de beleza cênica surgem como refúgio para que o homem possa refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono” (DIEGUES, 1998, p. 13).

Em outra vertente, a busca pelo contato com a natureza, também como forma de fuga dos grandes centros urbanos, tem criado intensos fluxos de turistas para as áreas litorâneas, configurando o que se convencionou chamar de “turismo de sol e mar” (CRUZ, 1999, p. 263). A partir da década de 70 do século passado, a região Nordeste do Brasil passou a se destacar como principal destino de turismo de sol e mar do país.

A atividade turística passa, a partir sobretudo da década de 1980, a se constituir em uma das principais bases econômicas nas áreas litorâneas que se tornaram alvo da função turística na mencionada região. Este é o caso do estado de Alagoas, onde a atividade turística está baseada principalmente no turismo de sol e mar devido à presença de belas praias em bom estado de conservação, sol a maior parte do ano e preços atrativos em relação a outros lugares turísticos com oferta turística semelhante.

Um dos grandes problemas associados a esse tipo de turismo é a sua capacidade de causar impactos ambientais significativos, que podem reduzir a capacidade de atratividade do lugar e gerar impactos socioambientais que terminam por levar à exclusão de parte da comunidade local das possibilidades de desenvolvimento através do turismo.

Frequentemente, pequenas cidades ou povoados litorâneos que apresentam uma abundância de belezas naturais e, por isso mesmo, tornam-se lugares de grande potencial turístico, são habitados por comunidades que levam um tipo de vida muito peculiar, onde a

maior parte da população nativa tem nos recursos naturais locais, principalmente através da pesca e do artesanato, sua principal fonte de renda. Com o início do fluxo turístico para essas localidades, os meios de subsistência dessa população serão afetados de diferentes formas, podendo até mesmo, no pior dos casos, levar a uma descaracterização do modo de vida daquela comunidade e sua eventual exclusão das potencialidades de desenvolvimento local com base no turismo.

Uma das explicações para esse fenômeno – a descaracterização dos lugares que se tornam turísticos – é que o turismo é um consumidor de territórios por excelência, comoditizando-os, preparando-os para torná-los produtos consumíveis (BARROS, 1998). O território transforma-se devido a alterações físicas e sociais nos lugares onde se desenvolve a atividade turística. Segundo Souza (2005, p. 81) “... territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica”. Ou seja, os territórios são construídos e reconstruídos socialmente ao longo do tempo.

Ou seja, não é só a economia da localidade na qual o turismo se insere que será afetada. Diversos aspectos sociais, políticos e culturais sofrerão uma reestruturação advinda da presença de visitantes. O fluxo crescente de turistas para essas áreas tende a causar vários tipos de impactos, principalmente quando o lugar não se encontra preparado estruturalmente para tal mudança e nem para absorver socialmente esses fluxos turísticos. Além disso, e de forma paradoxal, a falta de estruturação do lugar para absorver o turismo reduz significativamente as possibilidades de se tirar proveito para as comunidades dessas mudanças socioeconômicas desencadeadas pelo turismo.

A situação descrita acima identifica-se com o processo de desterritorialização que é entendido por Corrêa (1998, p. 252) “como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território”. A desterritorialização manifesta-se também no campo da cultura, gerando desenraizamento e perda de identidade da comunidade local com seu hábitat.

Esse fenômeno é contraditório no que diz respeito ao uso do turismo como alternativa de desenvolvimento porque ao se erodir o patrimônio cultural local se está ao mesmo tempo subtraindo ao lugar um dos atributos fundamentais para a geração de demanda turística. Outra dimensão negativa da desterritorialização causada pelo turismo diz respeito à pressão gerada sobre áreas ocupadas próximas ao mar e de outros recursos importantes para a comunidade,

forçando as famílias a se deslocarem e passarem a ocupar áreas impróprias, tais como encostas, manguezais e margens de rios.

De uma forma geral, o turismo vem crescendo na zona costeira nordestina de forma espontânea, ou seja, sem planejamento. Essa forma de desenvolvimento do turismo tem gerado diversos impactos socioeconômicos e ambientais negativos nos mais variados tipos de lugares (ARAUJO; MOURA, 2007). Algumas características desses impactos, gerados pelo intenso fluxo turístico são, entre outras, o aumento da quantidade de lixo produzido, o lançamento de esgoto sem tratamento prévio nos corpos d'água, resultado da falta de estrutura sanitária da maior parte dessas comunidades, ocupação de áreas impróprias, especulação imobiliária, problemas esses que são normalmente causados pelo rápido e desordenado aumento da população (CORIOLANO, 2007; BARROS, 1998).

A situação descrita acima engendra um problema ambiental em relação ao qual há risco e/ou dano socioambiental para as comunidades envolvidas. O problema ambiental se torna mais sério quando não há nenhum tipo de reação por parte dos atingidos ou de outros atores da sociedade civil, com o objetivo de enfrentar tais problemas. Como consequência, esses problemas ambientais poderão afetar a evolução do processo de desenvolvimento turístico local (CARVALHO; SCOTTO, 1995).

Há comunidades nas quais o turismo causa profundas mudanças sociais e culturais, impondo uma lógica territorial que altera de forma significativa a realidade pré-existente (BARROS, 1998). Entretanto, há situações nas quais a sociedade local responde à expansão do turismo se inserindo, por interesse e iniciativa própria nas atividades turísticas, mas ao mesmo tempo mantendo parte significativa do patrimônio cultural local que confere identidade ao lugar, um fenômeno que pode ser denominado de resiliência cultural.

O conceito de resiliência pode ser definido como a capacidade de um sistema (ecológico, econômico, social) para absorver as tensões criadas por perturbações externas, sem que se altere (MUNN, 1979). Adaptando o conceito de resiliência ecológica ao campo cultural, se propõe, neste estudo, que “resiliência cultural” é a capacidade que uma determinada comunidade tem de resistir a mudanças quando colocada em contato com culturas diferentes, preservando seu patrimônio cultural. Não é o caso da cultura de uma determinada comunidade permanecer intacta (uma vez que isso é impossível), mas está relacionada à permanência de certos códigos simbólicos partilhados por esse grupo que se

mantêm mesmo após a forte influência de uma cultura de fora, o que frequentemente ocorre quando uma comunidade se torna uma destinação turística.

Quando as comunidades receptoras têm consciência do valor do seu patrimônio cultural, e quando há de forma concomitante a presença de capital social nas mesmas, pode-se dizer que há nessas comunidades componentes importantes para o processo de desenvolvimento local através do turismo. Na realidade, o desenvolvimento local é caracterizado por ser um processo endógeno, portanto alavancado pela própria comunidade. Em tal contexto, é mais provável que as ações desencadeadas visando ao desenvolvimento tenham continuidade e logrem os objetivos almejados.

O povoado do Pontal de Coruripe, localizado no município de Coruripe, litoral sul de Alagoas, a aproximadamente 90 km de Maceió, além de apresentar um litoral exuberante, é caracterizado, acima de tudo, pela sua cultura local ligada ao artesanato, à pesca e a um estilo de vida local tradicional, muito diferente daquele dos grandes centros urbanos. No conjunto, essas características físico-culturais locais conferem a esse povoado uma identidade própria que se destaca dentre as várias comunidades do litoral sul alagoano.

O artesanato, que tem na palha da palmeira ouricuri (*Syagrus coronata*) sua principal matéria-prima, é composto por inúmeros tipos de artefatos. Flexível, a palha dessa palmeira serve para fazer fruteiras, bolsas, balaios, cestos, descansos de mesa, chapéus e outros objetos. Ao se caminhar pelas ruas do povoado, podem-se ver na frente da maioria das casas a palha secando e mulheres de todas as idades trabalhando na confecção de artesanato.

A pesca é outra atividade não só econômica, mas também de relevância sociocultural para essa comunidade e que caracteriza bem o lugar. Enquanto atividade econômica, ela é provedora da renda de grande parte da população nativa. No aspecto social, ela está inserida na transmissão dessa atividade de geração para geração, com base nas atividades desenvolvidas pela Colônia de Pescadores local (Z-10), como núcleo agregador da comunidade.

Com base na Agenda 21 Local do Pontal, (2007) e em reunião realizada com moradores do lugar, como parte da metodologia da pesquisa, verificou-se o interesse não só do poder público, mas também da comunidade em estimular a criação de empresas associadas ao artesanato, voltadas ao turismo para geração de emprego no local. Porém, é necessário

levar em consideração certas peculiaridades do contexto local do Pontal de Coruripe, as quais podem afetar a implementação das ações que constam da Agenda 21 Local dessa comunidade.

Além das ações delineadas pela comunidade visando ao desenvolvimento local, há registro na ata das reuniões para a elaboração da Agenda 21 Local, por um lado, da identificação do potencial turístico do Pontal e reivindicação de investimentos nessa atividade, com o intuito de trazer benefícios à comunidade. Por outro lado, os participantes levantaram diversos problemas, como falta de acesso à praia, falta de saneamento básico, problemas sociais e pontos falhos no Plano Diretor do município de Coruripe, no qual se localiza o povoado.

Por isso, apesar da intenção de se investir no turismo, é necessário que o poder público atente para a busca de soluções para esses problemas. É importante também que haja um controle efetivo em relação à expansão urbana devido aos problemas ambientais que vêm ocorrendo nesse povoado e que podem se expandir na área, o que pode comprometer os recursos naturais e culturais que formam a base da atratividade turística local.

Esse trabalho tem como objetivo compreender a percepção e resposta da comunidade do Pontal de Coruripe ao turismo, buscando explicar suas implicações para o desenvolvimento local.

Para se alcançar esse objetivo, analisou-se como vem se dando a inserção do turismo no Pontal de Coruripe, e as mudanças ocasionadas por essa atividade na comunidade local, com ênfase nas transformações espaciais e territoriais do povoado, a oferta de trabalho e geração de renda, capacitação profissional e preservação da natureza. Em última instância, buscou-se identificar se a comunidade do Pontal de Coruripe apresenta algum conteúdo de resiliência cultural frente às modificações que foram desencadeadas pelas atividades turísticas na localidade.

Foi desenvolvida a proposição, como parte deste estudo, segundo a qual em Pontal de Coruripe a população local não está plenamente integrada aos empreendimentos e demais atividades turísticas, e que o desenvolvimento dessa comunidade depende da incorporação dessa população nas atividades turísticas, a fim de que as pessoas nativas ou que residem há muito tempo em Pontal de Coruripe possam se beneficiar de forma significativa da turistificação pela qual essa localidade vem passando.

Adotou-se neste trabalho o pressuposto de que o turismo seja uma alternativa econômica que pode contribuir para que se alcance o desenvolvimento em Pontal de Coruripe. Trata-se de um lugar que apresenta grande potencial turístico, mas que, ao mesmo tempo, é afetado por grandes problemas sociais, como desemprego, analfabetismo e pobreza. Por isso, o desenvolvimento do turismo com base local é uma forma de minimizar parte desses problemas socioeconômicos da comunidade.

O capítulo 1 desta dissertação discute as mudanças espaciais desencadeadas pela atividade turística, utilizando-se os conceitos de espaço, lugar e território em relação ao turismo.

Em seguida, no capítulo 2, é feita uma revisão da literatura que trata do turismo em áreas litorâneas, dos possíveis impactos socioculturais causados às comunidades receptoras e da questão da sustentabilidade da atividade turística em tais áreas.

No capítulo 3 é apresentada a abordagem teórico-metodológica que foi desenvolvida para o estudo. Nela encontram-se tanto a metodologia adotada no trabalho, como o referencial teórico que norteou o desenvolvimento do estudo. Os conceitos de resiliência cultural, capital social e desenvolvimento local são definidos e discutidos procurando-se dar ênfase a aspectos relevantes ao exame das questões levantadas como parte do estudo.

O capítulo 4 contextualiza a área de estudo, incluindo aspectos históricos, geográficos, econômicos e socioculturais do município de Coruripe. Além disso, é apresentado, de forma descritiva, um perfil tanto do povoado como da comunidade do Pontal de Coruripe.

Os resultados e discussão são apresentados no capítulo 5, que é iniciado com uma análise das mudanças territoriais e sociais ocorridas no Pontal de Coruripe, como resultado da inserção das atividades turísticas no local. Em seguida são descritas e discutidas as percepções, respostas e expectativas da comunidade local em relação ao turismo nesse povoado. E, por fim, utiliza-se o conceito de resiliência cultural, buscando-se identificar traços culturais da população do Pontal de Coruripe, e até que ponto o povoado tem sido resiliente frente à sua turistificação, com a manutenção do modo de vida e cultura locais.

As considerações finais apresentam as conclusões gerais do estudo.

1 TURISMO E MUDANÇA ESPACIAL

1.1 Turismo e espaço

Existe uma grande dificuldade em definir o que é “espaço”, pois seu significado abrange tanto aspectos naturais como sociais. A complexidade de conceituação reside também na variedade de acepções para esse vocábulo.

Na visão de Milton Santos, o espaço é definido como uma instância da sociedade, pois contém e é contido pelas demais instâncias econômicas, cultural-ideológicas e político-institucionais. Sendo assim, cada uma dessas instâncias o contém e é por ele contida. Nesse sentido, a essência do espaço é social. O espaço não é formado apenas pelas coisas, pelos objetos geográficos, naturais e artificiais, ele é tudo isso, mais a sociedade (SANTOS, 1997).

Segundo Santos, temos, paralelamente de um lado,

[...] um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua *configuração geográfica* ou sua *configuração espacial* e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento (SANTOS, 1997, p. 2).

O espaço é formado tanto por aspectos físicos e geográficos, como também é constituído pelas práticas humanas, ou seja, sociais. Ele é tanto objeto como também é agente de sua formação, quer dizer, os homens atuam no espaço a partir de interesses, ideologias, necessidades criados em determinados contextos temporais. Assim, as características espaciais de uma região também contêm as possibilidades de ação dos agentes sociais que nela atuam. Em outras palavras, por ser algo dinâmico, o espaço também exerce influência na sociedade, por ter como uma de suas características as formas, objetivamente materializadas nas infraestruturas físicas produzidas por nossos antepassados.

Por sua vez, o turismo tem como uma de suas características mais marcantes a capacidade de transformação e de consumo do espaço. O desenvolvimento dessa atividade altera tanto a paisagem física (com a construção de resorts, hotéis, pousadas, restaurantes, bares etc.), como as relações sociais dos moradores da área turística (com os serviços prestados pelos mesmos) (RODRIGUES, 1996).

Para Coriolano e Silva (2007), o turismo, enquanto prática social é também prática econômica, política, cultural e educativa, envolve relações sociais e de poder entre residentes e turistas, produtores e consumidores. Além disso, o turismo é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e organizando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas.

De forma semelhante a Santos (1997), os mencionados autores entendem o espaço geográfico como um produto social. Sendo assim, o espaço físico em si passa a ser considerado a partir de sua organização e de seu sentido social, criando espacialidades, ou seja, espaços produzidos através das relações de forças e de poder que se estabelecem de forma contraditória, transformando a chamada primeira natureza em *segunda natureza*.

Portanto, o

[...] turismo é na atualidade um dos desencadeadores dessa espacialização, age desterritorializando/reterritorializando e produzindo novas configurações geográficas. Assim, regiões litorâneas, originalmente ocupadas por indígenas, pescadores, comunidades tradicionais – os chamados “povos do mar” – são expropriadas para dar lugar às segundas residências, aos grandes *resorts*, às cadeias hoteleiras, aos restaurantes e demais equipamentos turísticos, como parques temáticos, por exemplo (CORIOLANO; SILVA, 2007, p. 46).

Assim, juntamente com a capacidade de gerar crescimento econômico, de aumentar a renda nas destinações turísticas e de contribuir para a balança de pagamentos, o turismo tem também a capacidade de causar profundos impactos negativos nas áreas que se tornam objeto dos fluxos turísticos, quando o modelo empregado para a turistificação do espaço¹ obedece a uma lógica de planejamento que diz mais respeito a interesses exógenos do que aos interesses de desenvolvimento das comunidades em questão.

Em relação à construção do espaço e suas implicações políticas, econômicas e sociais, Quintas (2000, p. 37) observa que

[...] no Brasil o poder de decidir e intervir para transformar o ambiente (ou mesmo para evitar sua transformação) seja ele físico-natural ou construído, e os benefícios e custos dele decorrentes, estão distribuídos socialmente e geograficamente na sociedade de modo assimétrico. Portanto, a prática da gestão ambiental não é neutra. O Estado, ao tomar determinada decisão no campo ambiental, está de fato definindo quem ficará com os custos, na sociedade e no país e quem ficará com os benefícios advindos da ação antrópica sobre o meio, seja ele físico, natural ou construído. Daí a

¹ O termo “turistificação” refere-se à agregação de infraestruturas e equipamentos turísticos ao espaço geográfico, visando à realização da função turística.

importância de se praticar uma gestão ambiental participativa com mecanismos legais difundidos para a sociedade em geral. Somente assim é possível se avaliar custos e benefícios de forma transparente.

Quintas enfatiza ainda, de forma explícita, que os processos de apropriação do espaço estão relacionados diretamente a decisões políticas. Existe uma tendência à valorização da construção de empreendimentos que tragam retorno financeiro, sem se ter em conta os impactos físicos e sociais por ele gerados. A valorização do turismo em determinadas áreas demonstra como o espaço pode ser construído de forma a trazer desvantagens e expropriações para as classes menos favorecidas.

Ao se tornarem território da função turística, os lugares turísticos sofrem uma grande transformação espacial por se tornarem altamente valorizados, alvo de especulações imobiliárias que acabam por prejudicar os moradores locais. Esse é o caso das segundas residências, que ocupam áreas antes habitadas por pescadores locais (MARCELINO, 1999), levando a uma completa reorganização do território no qual ganha predominância os objetos e sistemas de ações que favorecem os grupos políticos e economicamente mais poderosos. Caso as comunidades envolvidas não demonstrem capacidade de se contrapor aos interesses externos e de reivindicar seus interesses, com o tempo pode haver uma completa mudança das características locais que, no início, geraram atração sobre a demanda turística.

Uma forma de amenizar esses impactos negativos gerados pelo turismo é através da gestão ambiental, pois esta apresenta um cunho essencialmente político, representado, em parte, pela expansão do nível de participação da sociedade em fóruns e conselhos voltados para a execução da política nacional de meio ambiente. Por isso mesmo, o poder público já se mostra mais sensível à participação da população local também em projetos de desenvolvimento e planejamento turístico.

1.2 A Noção de lugar no turismo

A expressão “lugar” constitui-se em um dos conceitos-chave da Geografia. No campo da Geografia Humanística o lugar pode ser caracterizado pela valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente, ou seja, pelo entorno físico-natural, cultural e social.

Segundo Tuan (1983, p. 179), “o lugar pode ser definido de diversas maneiras”, porém ele considera que “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e

significado” (TUAN, p. 151). O lugar representa o centro de significados construídos pela experiência. Os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação (TUAN, 1983, p. 4). Trata-se de referenciais afetivos que desenvolvemos ao longo de nossas vidas a partir da convivência com o lugar e com o outro, no contexto de uma ambiência cultural particular.

Ainda segundo Tuan, os conceitos de “cultura” e “meio ambiente” se superpõem do mesmo modo que os conceitos “homem” e “natureza”. Cultura e meio ambiente fornecem perspectivas complementares sobre o caráter da percepção e atitude ambiental. Sendo assim, “no nível de atitudes e preferências de grupo, é necessário conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico” (TUAN, 1980, p. 69). O lugar é visto então como produto da experiência humana.

Ao analisar a perspectiva do visitante e do nativo, no âmbito do fenômeno turístico, Tuan demonstra a diferença do olhar desses atores sociais, que focalizam aspectos bem diferentes do meio ambiente. Segundo o autor, a percepção do visitante

[...] frequentemente se reduz a usar os seus olhos para compor quadros, ao contrário o nativo tem uma atitude complexa derivada da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente. O ponto de vista do visitante, por ser simples, é facilmente enunciado [...]. Por outro lado, a atitude complexa do nativo somente pode ser expressa com dificuldade e indiretamente através do comportamento, da tradição local, conhecimento e mito (TUAN, 1980, p. 72).

O autor ressalta ainda que a avaliação do meio ambiente pelo visitante “é essencialmente estética” [...] “é a visão de um estranho que julga pela aparência, por algum critério formal de beleza”. Na percepção do nativo, aquele meio ambiente é impregnado de significados, ou seja, o lugar com seu significado social, econômico, político, cultural. Muitos lugares, altamente significantes para certos indivíduos e grupos, têm pouca notoriedade visual. São lugares conhecidos emocionalmente, e não através do olho crítico ou da mente (TUAN, 1983, p. 180).

Portanto, o meio ambiente natural, o espaço construído e associado a esse meio natural, assim como as visões de mundo resultantes, estão estreitamente ligados. O lugar assume uma importância crucial para a cosmologia da comunidade, ou seja, ele tem uma representação referencial em termos de valores culturais, modos de vida e fator essencial para reprodução social dessa comunidade.

A definição do conceito de lugar para o turismo é extremamente importante, já que o espaço representa seu principal objeto de consumo, e o lugar é uma das manifestações do espaço e, ao mesmo tempo, o foco de atração da demanda turística. Ou seja, o lugar é uma forma de materialização empírica do espaço, histórica e socialmente construída, que se apresenta como algum tipo de alteridade para o turista, uma vez que ele procede de um outro lugar, com uma história e sociedade com as suas próprias características.

O lugar é entendido nesse trabalho como base para a reprodução da vida e pode ser analisado, na perspectiva de Carlos (1996), pela tríade habitante-identidade-lugar. Segundo a autora,

[...] o lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. ‘O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida’ (CARLOS, 1996, p. 29).

A visão exposta acima expressa a concepção do lugar antropológico de Augé (2004), que é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa. São lugares que se definem como identitários, relacionais e históricos. Se um espaço não pode se definir como identitário, relacional nem histórico ele se definirá como um não-lugar.

Os não-lugares, segundo Augé (1994, p.36), podem ser “tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou até os campos de refugiados”. São espaços que comportam um alto grau de artificialidade cuja evolução e/ou materialização se deu associada a uma determinada necessidade estratégica, comercial ou mercadológica. São espaços ou ambientes nos quais as pessoas não se reconhecem como comunidade, apenas como viajantes ou consumidores.

Dessa forma, o não-lugar é a negação do lugar, pois carece de identidade própria, são espaços de passagem, onde as pessoas que por ele circulam não estabelecem vínculos, já que as relações estabelecidas aí são limitadas e funcionais. São relações, por assim dizer, datadas, isto é, se esgotam na sua efemeridade, enquanto as relações no lugar permanecem por mais tempo.

Muitos povoados localizados ao longo do litoral nordestino vêm passando por transformações desencadeadas pelo turismo que, em maior ou menor grau, trazem implicações para as comunidades receptoras em relação ao seu conteúdo histórico-identitário. Essas transformações têm afetado os lugares representados por essas comunidades, pois ao modificar os lugares, o turismo, em muitos casos, acaba se voltando mais para a satisfação dos interesses dos visitantes, deixando em segundo plano a vontade e, muitas vezes, as necessidades dos moradores da localidade. É em parte por esse motivo que muitos lugares começam a se tornar parecidos, sem autenticidade, ao quererem atender exclusivamente ao gosto do turista. Por causa disso, correm o risco de perder algumas características próprias do lugar que o tornava atrativo inicialmente. Muitas vezes, como afirma Butler (1980), os lugares turísticos mudam tanto que perdem o seu poder de atrair novos turistas e entram em estagnação.

Estes espaços turísticos, alheios à cultura e aos costumes locais podem ser considerados não-lugares. Para Carlos (2001, p. 26), “longe de se criar uma identidade produz-se mercadorias para serem consumidas em todos os momentos da vida”. Ou seja, o lugar turístico é inventado, criado, torna-se um produto, vendido pela “indústria do turismo”, que o comercializa de forma deslocada da sua realidade circundante. Essa homogeneização dos lugares a padrões globais se identifica com o turismo de massa e a proliferação do não-lugar. De certa forma, pode-se falar que ao visitar esses lugares padronizados viaja-se sem sair do lugar, pois ao procurar esses destinos de viagem alguns turistas dão preferência a lugares que ofereçam uma estrutura muito parecida ao seu lugar de origem (CARLOS, 1996).

Sobre essa perspectiva, Turner e Ash (apud URRY, 1996) defende a tese de que o turista está inserido no centro de um mundo estritamente circunscrito por agentes de viagens, mensageiros e gerentes de hotéis que aliviam os turistas das responsabilidades e o protegem da dura realidade. Segundo o autor, a solicitude dessas pessoas restringe o turista às praias e a alguns objetos aprovados por seu olhar. As agências vendem pacotes de viagem com roteiros bem definidos, com atrações inventadas e de pouca autenticidade, o que acaba por restringir o olhar do turista, que só irá conhecer aquilo que as empresas se interessam em mostrar, negando ou escondendo a realidade do lugar.

Ao se planejar um determinado lugar como destinação turística, é importante que os responsáveis pela formatação do produto turístico levem em conta o forte elo afetivo que a

população local estabelece com seu lugar de origem, pois é em grande parte essa afetividade com o seu lugar que dá o sentido de identidade para as pessoas que ali moram.

1.3 Território turístico e desterritorialização

Território e territorialidade são conceitos centrais para a geografia, mas ao mesmo tempo eles são conceitos que têm certa tradição também em outras áreas do conhecimento, cada uma delas dando enfoque a uma determinada perspectiva.

A geografia enfatiza a materialidade do território, incluindo a interação sociedade-natureza; a ciência política enfatiza sua construção a partir de relações de poder; a economia o percebe como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais; a sociologia enfoca-o a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a psicologia o incorpora no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2007).

O território turístico consegue abranger os diferentes enfoques das diversas áreas de conhecimento, ou seja, ele pode ser visto e entendido a partir das várias perspectivas citadas acima. Isto se deve ao fato de o turismo ser uma atividade cuja constituição envolve aspectos da realidade que são objeto de estudo de várias ciências ao mesmo tempo.

A atividade turística, por ter um caráter interdisciplinar, tem o poder de interferir, como já foi dito anteriormente, em diversos setores como o físico-espacial, com a mudança da paisagem, a partir da interferência humana, por exemplo; nas relações de poder, de caráter assimétrico, com casos de expropriação de moradores devido à valorização de determinado espaço; de ordem econômica, ao gerar lucros e dividendos, muitas vezes de forma desigual; de ordem subjetiva, impactando nas relações sociais nos lugares que se tornam destinações turísticas e alterando mais ou menos traços culturais presentes em comunidades turísticas ou pelo contrário reforçando esses mesmos traços.

De qualquer maneira é importante definir o conceito de território, que pode ser entendido de forma ampla a partir da perspectiva etológica (ligada ao comportamento animal) à psicológica:

Um “território” no sentido etológico é entendido como o ambiente de um grupo [...] que não pode por si mesmo ser objetivamente localizado, mas que é constituído por padrões de interação através dos quais o grupo ou bando assegura uma certa estabilidade e localização. Exatamente do mesmo modo o ambiente de uma única pessoa (seu ambiente social, seu espaço social de vida ou seus hábitos) pode ser visto como um “território”, no sentido psicológico, no qual a pessoa age ou ao qual recorre (GUNZEL apud HAESBAERT 2007, p. 38).

O enfoque etológico subvaloriza as bases materiais, objetivas, da constituição do território e propõe a construção de um território a nível psicológico, indo da dimensão física à mental.

Para Lacanau (2004), o território é o espaço geográfico adscrito a um ser, a uma comunidade, a um ente de qualquer natureza, física ou imaterial:

O espaço de vida de um animal, a área de aparição de uma espécie vegetal, o âmbito de difusão de uma língua ou de qualquer outra prática social, etc. Quando se atribui a um grupo humano complexo (um povo, uma nação, uma sociedade) se converte em um dos integrantes fundamentais de seu projeto comum: em suporte e recurso básico, âmbito de vida, paisagem própria e invariante na memória pessoal e coletiva (LACANAU, 2004, p.182).

Como se pode ver, o território pode ser entendido a partir de diferentes perspectivas. Por exemplo, pode-se partir da idéia de uma área geográfica, até a idéia de relação de pertencimento ou compartilhamento de certos códigos e valores por grupos de pessoas que habitam determinada porção do espaço.

Para Milton Santos a concepção de território está associada ao seu “uso” (econômico, sobretudo). O “uso” é o definidor por excelência do território. O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes (SANTOS, 2000, p. 12). O que faz ele objeto de análise social é seu uso e não o território em si mesmo.

Santos faz uma distinção entre território como recurso e território como abrigo afirmando que enquanto “para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia de seus interesses particulares”, para os “atores hegemonzados” trata-se de “um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares” (SANTOS, 2000, p. 12-13).

Essa diferenciação entre território como recurso e território como abrigo, pode ser encontrado nas perspectivas diferentes que o turista e o morador desenvolvem sobre uma mesma localidade turística. Como discutido anteriormente, o morador entende o lugar e o

território a ele associado a partir da sua experiência vivida do lugar, ao passo que o turista o percebe com base em uma perspectiva diferente, como um “outsider” que simplesmente passa pelo lugar.

Para o turista o território se apresenta como algo a ser consumido e desfrutado. A relação entre os dois é superficial, pois é passageira e na maioria das vezes não existe uma idéia de identidade nem de pertencimento em relação ao lugar. Já o morador desenvolve mapas mentais que demarcam o território em que habita, e sente-se parte integrante daquele espaço, pois compartilha dos mesmos códigos dos outros moradores.

Esse sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como *locus* das práticas, onde se tem o enraizamento de uma complexa trama de sociabilidade é que dá a esse espaço o caráter de território (SOUZA; PEDON, 2007).

Para Knafou, o que ocorre na verdade são conflitos de territorialidades entre os turistas (nômades) e os anfitriões (sedentários), como fica evidente na transcrição a seguir:

Há diferentes tipos de territorialidade que se confrontam nos lugares turísticos: a territorialidade sedentária dos que aí vivem frequentemente, e a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não têm menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que freqüentam (KNAFOU, 1996, p. 64).

Por isso, os processos de turistificação do espaço desencadeiam novas e diferentes territorialidades entre turistas e residentes. A modificação do espaço material e imaterial a partir do desenvolvimento turístico pode gerar, em muitos casos, formas de “desprendimento” cultural em relação a lugares específicos, devido a não identificação de seus moradores com o lugar habitado. Essa situação relaciona-se com os processos de desterritorialização.

O processo de desterritorialização está relacionado “a processos de exclusão socioespacial, assim como também está ligado à disseminação de uma hibridização de culturas, dissolvendo os elos entre um determinado território e uma identidade cultural que lhe seria correspondente” (HAESBAERT, 2007, p. 172). Para Haesbaert, podemos considerar como quase sinônimos de desterritorialização a desvinculação cultural de espaços específicos e a mescla de identidades ou o hibridismo como norma cultural dominante.

A desterritorialização culturalista, segundo Haesbaert, é percebida a partir de uma leitura do território como fonte de identificação cultural, referência simbólica que perde sentido e se transforma em um “não-lugar”. Esses “não territórios” perdem o sentido, o valor

de espaços aglutinadores de identidades, “na medida em que as pessoas não mais se identificam simbólica e afetivamente com os lugares em que vivem, ou se identificam com vários deles ao mesmo tempo e podem mudar de referência espacial-identitária com relativa facilidade” (HAESBAERT, 2006, p. 131).

A situação descrita acima se identifica com os processos de modificação do espaço causados pela atividade turística, um fenômeno que se tornou comum na zona costeira nordestina nas últimas décadas. Muitos lugares foram alterados profundamente, guardando hoje pouca relação com suas características anteriores, que existiam no lugar antes do início de turistificação. Muitos empreendimentos turísticos vão sendo construídos em áreas antes habitadas pelas comunidades locais, cujo modo de vida se voltava mais para um modelo de subsistência ou de produção de pequena escala, normalmente em torno da pesca, agricultura e artesanato. Além de serem alijados de seu espaço, os moradores do lugar raramente são consultados sobre a construção de alguma infraestrutura turística, ou mesmo em relação à sua percepção da atividade turística e se estão interessados em se envolver com uma transformação do lugar de vivência deles em um lugar turístico. As modificações impostas ao lugar podem ser tão intensas que, em alguns casos, levam os próprios moradores originários da comunidade local a desenvolver certo estranhamento em relação ao ‘seu’ lugar.

Frequentemente locais turísticos litorâneos são invadidos por casarões de segunda residência e por novos padrões de comportamento e hábitos que destoam muitas vezes da simplicidade das casas e dos moradores do lugar. O fenômeno das segundas residências faz desencadear novas territorialidades, ao desapropriar e deslocar os antigos moradores dessas áreas privilegiadas. Esse processo de desterritorialização acaba por levar alguns desses moradores a ocupar áreas periféricas ou áreas impróprias para ocupação humana residencial, tais como encostas, manguezais e margens de rios, o que termina causando diversos impactos ambientais nas áreas ocupadas.

Além da descaracterização da paisagem natural, as segundas residências construídas a beira-mar formam verdadeiros ‘paredões’ que impedem a chegada do visitante e dificultam o acesso dos próprios moradores à praia. Há ainda casos nos quais essas construções são erguidas em áreas inadequadas, o que acabam por comprometer a estabilidade da linha de costa, ecossistemas importantes e a qualidade ambiental em geral (ABREU; VASCONCELOS, 2007, p. 343).

As mudanças territoriais geradas pela atividade turística, como é o caso das mudanças levadas a efeito pelas segundas residências, não só afetam o cotidiano dos moradores locais, como são também responsáveis pela apropriação de espaços antes vivenciados e usufruídos de forma coletiva pelos habitantes das comunidades envolvidas.

2 IMPACTOS SOCIOCULTURAIS E AMBIENTAIS DO TURISMO

2.1 Impacto do turismo em áreas litorâneas

A costa brasileira, banhada pelo Oceano Atlântico, cobre 7.367 km (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009). Toda essa extensão lhe confere uma diversidade de paisagens ao longo da costa, onde se alternam dunas, falésias, praias, mangues, recifes, baías, restingas, estuários e recifes de corais, ou seja, a zona costeira brasileira abriga uma série de ecossistemas de grande interesse ambiental e turístico.

Desde a colonização, a formação do Brasil se deu a partir de um processo de concentração das atividades econômicas, de pessoas e de infraestrutura urbana nas regiões litorâneas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (apud HILLESHEIM, 2006), quase 50% da população brasileira reside numa faixa de até duzentos quilômetros do mar, o que equivale a aproximadamente 70 milhões de habitantes, cuja forma de vida impacta diretamente os ecossistemas litorâneos. Entre as principais atividades econômicas praticadas no litoral está a pesca e o turismo.

As grandes cidades localizadas nas áreas litorâneas constituem-se nos principais emissores e receptores turísticos no Brasil, sendo que das dez cidades mais visitadas no país em 2005, seis são litorâneas (ANUÁRIO ESTATÍSTICO EMBRATUR, 2005). Essa situação, que combina grande fluxo turístico com a presença de ecossistemas muito sensíveis às intervenções humanas, faz com que o turismo tenha alto potencial impactante, tanto do ponto de vista sociocultural quanto ambiental na zona costeira brasileira.

Segundo Urry (1996), apesar de a atividade turística ter suas características pesquisadas e explicadas praticamente só depois do surgimento de uma era industrial (a Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII), os balneários já eram procurados bem antes disto. Muitos balneários se desenvolveram no século XVIII em toda Europa com finalidade medicinal. Acreditava-se que o banho de mar (“imersão”) possuía propriedades medicinais e por isso a praia era vista muito mais como um local de cura do que de prazer (URRY, 1996).

Com o crescimento das cidades manufatureiras devido às revoluções industriais, surgiram as “folgas”, as férias e, com elas, aumentaram os balneários, o lazer das classes trabalhadoras, levando os trabalhadores fabris para as cidades balneárias. O tempo livre, que

era usado para ficar em casa ou ir à igreja, fora redirecionado para passeios e viagens (CORIOLANO; SILVA, 2005).

Não apenas no passado, mas também em tempos recentes e na atualidade, o crescimento do turismo em áreas litorâneas também está relacionado à procura, pelos habitantes das grandes cidades, por ambientes com paisagens naturais com pouca ou nenhuma ocupação humana, tais como aldeias de pescadores ou praias quase selvagens, onde a rusticidade e o contato com a natureza são os atrativos principais. O homem urbano, estressado com sua rotina de trabalho cada vez mais intensa, procura lugares de beleza cênica onde possa desfrutar de seu merecido descanso. A praia consegue reunir as mais diversas formas de lazer, desde a prática de esportes, até a contemplação do mar e da paisagem.

O sonho, a imagem corrente do inconsciente coletivo, é o banho de mar e de sol e os prazeres sociais e estéticos derivados que tal atividade propicia a todos. Encontros, jogos, passeios ao longo da linha d'água ou nos providenciais calçadões; comer em quiosques, na praia, no meio do mar, em barcos; contemplar o oceano, o céu [...] são atitudes aceitas e valorizadas pelo conjunto social e exploradas a larga por uma indústria turística/hoteleira/imobiliária (MACEDO, 2002, p. 190).

O uso das áreas litorâneas como espaço de lazer por grande parte da população se deve também as facilidades surgidas no século XX, tais como a melhoria dos transportes e deslocamento, crédito, conquistas trabalhistas, férias, etc. Com o desenvolvimento de novas tecnologias, (avião, computador, comunicação por satélite, etc), o acesso e a mobilidade das pessoas aumentaram de forma considerável gerando fluxos de massa para determinados destinos, ocasionando o que se convencionou chamar de “turismo de massa”. Segundo a Organização Mundial de Turismo (1995 apud KORÖSSI, 2008, p. 57) “credita-se à tecnologia o desenvolvimento do turismo de massa por uma série de razões: ela proporcionou o aumento do lazer, propiciou renda adicional, intensificou as telecomunicações e criou modos mais eficientes de transportes”.

No Brasil, o turismo de praia surge no Rio de Janeiro, mais especificamente no bairro de Copacabana, e depois se expande para as regiões Sul e Sudeste e, posteriormente, para todo litoral brasileiro. É a partir da década de 60 do século XX que o turismo começa a ser considerado como um fenômeno social, com o crescimento expressivo dos fluxos turísticos nas regiões litorâneas (BRASIL, 2008).

Várias acepções têm sido utilizadas para o segmento de Sol e Praia, tais como Turismo de Sol e Mar, Turismo Litorâneo, Turismo de Praia, Turismo de Balneário, Turismo

Costeiro, e inúmeros outros. Para fins de formulação de políticas públicas, considera-se o segmento com a seguinte denominação oficial: “Turismo de Sol e Praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” (BRASIL, 2008, p. 16).

Historicamente, esse segmento tem sido associado ao turismo de massa, por ser um resultado do barateamento das tarifas pela oferta/compra de pacotes “all inclusive”, e por, conseqüentemente, concentrar um grande número de pessoas no mesmo período do ano e em um mesmo lugar, apresentando altas taxas de sazonalidade, atraindo mais pessoas nos meses de verão e em períodos de férias ou feriados prolongados.

Segundo Seabra (2005, p. 2007) “o turismo de massa, presente em muitas áreas do litoral, sem estudos prévios de capacidade de suporte, descaracteriza ambientes, seja do ponto de vista natural ou cultural, trazendo muitos problemas socioambientais para as áreas receptoras”. O modelo de “sol e mar” da atividade turística no Brasil vem sendo desenvolvido em muitos lugares sem planejamento prévio, e tem gerado diversos problemas nas destinações. Frequentemente, as destinações turísticas se encontram desestruturadas social e fisicamente para receber os fluxos turísticos a elas direcionados. Como conseqüência, não tem se empregado procedimentos de planejamento e gestão dessa demanda, de tal forma a minimizar os impactos negativos e de maximizar os impactos positivos.

Atualmente o Nordeste destaca-se como principal destino turístico de sol e praia do país, principalmente por suas características climáticas de sol e calor praticamente o ano todo (BRASIL, 2008). Em grande parte, essa posição é o resultado de políticas federais voltadas para a criação de infraestrutura básica, com o objetivo de atrair investimentos da iniciativa privada, como será discutido mais adiante.

A região Nordeste possui um grande potencial para o turismo de sol e mar por possuir um extenso litoral – aproximadamente 3.300 km –, caracterizado por formações litorâneas típicas de litorais tropicais, com coqueirais, estuários, dunas e recifes, recursos paisagísticos de grande valor para o turismo. A zona costeira nordestina aparece entre as áreas intertropicais preferenciais para investimento privado de capital transnacional em turismo, como uma estratégia que busca alternativas espaciais a ocupação da borda do Mediterrâneo, que já se encontra saturada, apresentando graves problemas ambientais, na sua maior parte desencadeados pelo próprio turismo.

Essa estratégia de descentralização espacial de investimento no turismo atinge a região Nordeste de forma diferenciada, mas sempre causando sérios problemas ambientais. Por exemplo, desde a década de 80 o turismo litorâneo no Ceará vem crescendo expressivamente e se caracterizando pelo binômio sol e mar. A praia do Cumbuco, localizada no município de Caucaia (CE) é um local procurado pelos turistas por seus atrativos ambientais (dunas, areias limpas, beleza paisagística) e principalmente por ser um espaço natural, isto é, não industrializado ou densamente urbanizado, como é o caso de muitos destinos tradicionais no Brasil.

Nos períodos de alta estação ocorre um grande fluxo de turistas para essa praia, aumentando o consumo de água e a produção de lixo pelo aumento da população sazonal, gerando problemas de infraestrutura e saneamento, que são causas de impactos ambientais (MORAES; COSTA, 2008). Conforme a Resolução Conama Nº 001, de 23 de janeiro de 1986, impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais (CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, 1986).

Moraes e Costa (2008, p. 5) destacam alguns impactos considerados graves, tais como, “as construções sobre campos de dunas e falésias, além de desmatamento e produção de lixo doméstico em grande quantidade, podendo ocasionar contaminação dos recursos hídricos”. A concentração de visitantes em determinadas épocas do ano, e no mesmo lugar, ultrapassa a capacidade de carga² do lugar e acaba exercendo uma forte pressão sobre os recursos naturais locais.

Outro exemplo desses tipos de impactos causados pelo turismo de sol e mar pode ser ilustrado pela Praia do Francês, localizada no município de Marechal Deodoro (Alagoas). Esta praia apresenta nível avançado de degradação ambiental, rotatividade nas propriedades comerciais e tem gerado antagonismo dos residentes ao turismo. Tal situação levou o poder

² Capacidade de carga é um conceito utilizado para determinar o nível de atividade humana que um local pode receber sem que haja efeitos adversos à comunidade residente ou na qualidade de experiência dos visitantes.

público municipal a adotar, porém ainda de forma incipiente, medidas de “requalificação” da área, a fim de minimizar os impactos produzidos (ARAÚJO; MOURA, 2007, p. 94).

Os governos dos estados nordestinos, visando intensificar o uso turístico de seus territórios, desenvolveram com a participação do poder público federal, duas políticas regionais para a atividade. Uma é a Política de Megaprojetos Turísticos; a outra, o Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur/NE. A primeira tem como meta principal ampliar a infraestrutura hoteleira regional; a segunda melhorar aspectos da infraestrutura básica e de acesso e aperfeiçoar o sistema institucional de gestão da atividade (CRUZ, 2000, p. 77).

O Projeto Costa Dourada é um dos projetos que faz parte dessa política e inclui os Estados de Pernambuco e Alagoas. Esse projeto foi lançado oficialmente em 1992, e prevê a urbanização turística de cerca de 120 km de costa, entre os municípios de Cabo (PE) e Paripueira (AL). Desde então, o projeto passou por modificações, inclusive com alterações em sua concepção inicial. Atualmente, em Alagoas o projeto passou a incluir o município de Maceió também, tendo recebido a denominação de Pólo de Turismo Costa dos Corais. Este projeto tem, entre outros objetivos, a construção de catorze mil apartamentos de hotéis. Entretanto, devido a dificuldades para catalisação de recursos e pela existência de desentendimentos entre os governos dos estados envolvidos, o projeto se restringiu a ações localizadas (CRUZ, 2000, p. 100).

Na perspectiva de CRUZ (1999, p. 268), tanto a Política de Megaprojetos como o Prodetur “obedecem a um modelo global de urbanização turística que implica uso intensivo do solo e reprodução de padrões urbanísticos estranhos ao local”. Por causa disso, o investimento em infraestrutura e em equipamento turístico decorrentes desse projeto tem amplo potencial de desencadear conflitos em relação aos interesses das comunidades receptoras. A maior parte de tais conflitos relaciona-se ao fato de os interesses dos investidores externos e dos residentes da área não serem necessariamente convergentes. Na realidade, a maior parte dos mencionados interesses é divergente e se refletem no território. Como resultado, tem havido gentrificação³ dos lugares que se tornam turísticos na região e, conseqüentemente, a desterritorialização de grande número de pessoas, as quais terminam

³ O enobrecimento urbano, ou *gentrification*, diz respeito a uma intervenção em espaços urbanos (com ou sem auxílio governamental), que provocam sua melhoria e conseqüente valorização imobiliária, com retirada de moradores tradicionais, que geralmente pertencem a classes sociais menos favorecidas, dos espaços urbanos.

sendo inseridas em outras lógicas territoriais que não atendem plenamente os seus interesses. Tais problemas têm acontecido a despeito dos órgãos oficiais responsáveis pelo planejamento turístico da região normalmente afirmar que um dos objetivos dos investimentos em turismo, como uma estratégia de diversificação da economia, é criar desenvolvimento sustentável.

A proliferação dos *resorts*⁴ é um fenômeno que vem ocorrendo no litoral nordestino. Como mencionado anteriormente, o território litorâneo nordestino vem se inserindo rápida e significativamente como destino turístico globalizado. Esses empreendimentos vêm desencadeando, em alguns casos,

[...] a privatização de extensos trechos de praia, contrariando a legislação ambiental brasileira, segundo a qual a praia é “bem de uso comum do povo” (LEI n.º 7.661/88-PNGC), corresponde a um dos efeitos imediatos dessas políticas sobre o litoral nordestino. Paulatinamente estes trechos vão sendo ocupados por hotéis e equipamentos infraestruturais de lazer, com perdas irreversíveis para o patrimônio público, conseqüência da irreversibilidade do processo de urbanização (CRUZ, 1999, p. 269).

São empreendimentos de grande porte, tanto do ponto de vista da escala quanto em relação ao número de turistas que eles podem comportar ao mesmo tempo. Os *resorts* são geralmente construídos em áreas com pouca ocupação antrópica, levando à geração de impactos negativos sobre o equilíbrio natural dos ecossistemas do lugar, afetando ambientes significativos de suporte/proteção à orla marítima, como os manguezais, as matas de restinga, os recifes de corais, entre outros, considerados de alta fragilidade ambiental e ecológica. Como normalmente há uma relação de dependência direta das comunidades autóctones em relação aos ecossistemas dessas áreas, a degradação deles termina repercutindo de forma negativa sobre os recursos que dão sustentação socioeconômica a essas comunidades. E nem sempre tais comunidades têm características culturais ou estratégias sociopolíticas de enfrentamento dos novos problemas que passam a enfrentar.

Outro processo de ocupação impulsionado pelo crescimento do turismo no litoral da região Nordeste do Brasil é a construção de segundas residências para veraneio, para o turismo de férias. Esse tipo de turismo, composto majoritariamente por pessoas pertencentes às classes médias e elites, está associado também à fuga dos moradores dos centros urbanos para os balneários em busca de lazer e descanso. Além da busca por um contato direto com

⁴ Resort é um empreendimento hoteleiro de alto padrão em instalações e serviços, fortemente voltado para o lazer em área de amplo convívio com a natureza, na qual o hóspede não precise se afastar para atender às suas necessidades de conforto, alimentação, lazer e entretenimento. Disponível em: www.resortsbrasil.com.br

ambientes nos quais a natureza encontra-se bem preservada, muitas vezes tais movimentos são em parte alimentados pelo desejo de se estabelecer contato com as comunidades locais, com o seu modo de vida, com sua cultura particular, enfim, que seria um tipo de alteridade em relação às rotinas de trabalho e vida dos cidadãos dos grandes centros urbanos. Paradoxalmente, um turismo que vem sendo desenvolvido de forma espontânea, isto é, sem planejamento ou gestão integrados, tem descaracterizado profundamente o modo de vida desses lugares.

Para Macedo (2002, p. 181), o século XXI marca uma nova forma de ocupação da zona costeira, ao afirmar que:

A urbanização turística de segunda residência é, no início do século XXI, o mais importante fator de transformação e criação de paisagens ao longo da costa brasileira, tanto em termos de escala e dimensão como em abrangência, já que corresponde a milhares de quilômetros, lineares ou não, de ocupação das faixas de terra lindeiras ao mar .

Essas formas de ocupação e uso do solo muitas vezes acabam gerando especulação imobiliária e conflitos. No caso das segundas residências, essas são, em alguns casos, responsáveis pelo deslocamento dos antigos moradores das faixas litorâneas para áreas mais afastadas do mar, o que leva a uma reorganização do território.

O município de Bombinhas, por exemplo, localizado no litoral centro-norte de Santa Catarina, passou por diversas mudanças nas últimas décadas, causadas tanto pelos impactos negativos como positivos do desenvolvimento turístico na região. Esse município tornou-se atrativo turisticamente devido às paisagens litorâneas que abrigam 29 praias, três enseadas, três ilhas, além de costões, córregos, estuários e restinga⁵.

Ao se tornar alvo da mesma procura que muitos municípios litorâneos do país experimentaram, “Bombinhas começou a comercializar lotes para residências secundárias nas décadas de 1970 e 1980, tendo o auge da construção imobiliária na década de 1990” (HILLESHEIM, 2006, p. 8).

⁵ Fonte: Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Bombinhas (2005).

O processo de turistificação do município de Bombinhas gerou uma acentuada modificação na paisagem da sua Zona Costeira, sob o efeito do crescimento urbano, acompanhado por forte especulação imobiliária. Segundo Hillesheim (2006, p. 10)

[...] a exploração turística desordenada acompanhada de uma rápida urbanização resultou numa diminuição, cabendo dizer uma quase extinção, das áreas naturais próximas ao mar, principalmente nas praias mais extensas. Nestas praias, verifica-se uma ocupação de toda área de restinga, causando uma “privatização” da orla marítima pela construção civil.

A rápida expansão do turístico litorâneo não é um fenômeno exclusivo do Brasil. O turismo de “sol e mar” vem crescendo mundialmente, concentrando pessoas, infraestruturas e equipamentos turísticos nas bordas litorâneas, produzindo intenso fluxo de turistas nos mais diversos tipos de lugares, desde cidades grandes até pequenos povoados. No caso específico do Brasil, devido a uma negligência generalizada em relação ao planejamento e gestão ambiental do turismo, a turistificação costeira tem gerado inúmeros problemas socioambientais.

Devido a isso, surge a necessidade de se adotar uma atitude proativa frente ao planejamento e gestão da atividade turística na zona costeira brasileira, por ela apresentar ambientes considerados frágeis, e que, ao serem mal utilizados correm o risco de comprometer a permanência dos recursos naturais, tão importantes não só como base para o desenvolvimento de atrativos turísticos, mas principalmente para a qualidade de vida dos moradores dessas áreas.

2.2 Impactos socioculturais do turismo nas comunidades receptoras

Diversos estudos têm demonstrado os impactos negativos gerados pelo desenvolvimento do turismo de forma espontânea e desordenada, ou seja, sem nenhum tipo de planejamento prévio. Segundo Araujo e Moura (2007, p. 99) “as transformações ocorrem de forma rápida, sem controle local, devido à ausência de políticas de planejamento e gestão, ou como resultado da inobservância dos existentes”.

Os mencionados autores chamam a atenção para o fato de que esses impactos socioeconômicos e ambientais

[...] resultam de dois fatores principais. Por um lado há grandes fragilidades institucionais em todos os estados nordestinos no que diz respeito à gestão ambiental oficial (em nível municipal, estadual e federal). Por isso, a rápida implantação de infraestrutura, equipamentos e atrativos turísticos sem o devido planejamento e

controle tem gerado intensa pressão espacial sobre os ecossistemas litorâneos (ARAUJO; MOURA, 2007, p.103).

O outro fator, de cunho mais simbólico, é que “a imposição de costumes e valores culturais exógenos às comunidades litorâneas tem frequentemente causado a desagregação dos laços comunitários locais historicamente estabelecidos, muitas vezes causando sofrimento psicossocial a parte da população residente” (ARAUJO; MOURA, 2007, p. 103). Pode-se dizer que esse tipo de consequência do turismo nas comunidades tradicionais corrobora o modelo de ‘desenvolvimento’ capitalista que vem sendo duramente criticado na literatura, caracterizado pela geração de impactos inaceitáveis e pela exclusão da população local do processo de crescimento.

A dimensão social e cultural da atividade turística, antes negligenciada, atualmente vem recebendo uma atenção maior por parte dos estudiosos, pois o turismo em sua essência promove o contato e compartilhamento de culturas diferentes.

O caso do município de Itacaré na Bahia demonstra os impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local. Os turistas são atraídos pelas belezas naturais locais; a oferta turística local promove, além do turismo tradicional – turismo de massa –, o turismo ecológico. Muitas localidades são divulgadas devido ao seu potencial eco-turístico, embora a atividade praticada não seja necessariamente caracterizada como tal.

Itacaré apresenta um grande potencial eco-turístico, mas ao mesmo tempo enfrenta problemas sociais locais que se agravam em função do acelerado crescimento demográfico, parte dele acelerado pela presença da atividade turística no município. A princípio, o turismo era visto como uma alternativa econômica a ser adotada de apoio ao desenvolvimento, com a possibilidade de trazer benefícios à comunidade local. Porém, a falta de um planejamento com base técnico-científica que integrasse os níveis socioambiental e cultural tem revelado as outras faces da atividade turística, como “o aumento da violência, a degradação ambiental, especulação imobiliária, ocupação desordenada do espaço urbano, etc.” (OLIVEIRA; MATA; QUEIROZ, 2007, p. 670).

Um dos aspectos que mais sofrem com a influência do turismo, são os traços culturais característicos de determinada comunidade. Ao entrar em contato com o “Outro”, com costumes, valores e comportamento diferentes do seu, o nativo consciente ou

inconscientemente passa a incorporar essas influências com menos ou mais intensidade. Como já foi argumentado acima, as culturas não são estáticas, elas estão sempre em mutação, agrupando ou re-configurando novos elementos. Porém, na maioria das vezes os nativos passam a querer incorporar o estilo de vida dos turistas, e passam a se sentir inferiores por não compartilhar inteiramente da predominante sociedade de consumo. Esse processo tem sido denominado de “efeito demonstração” e é desencadeado a partir do choque ou contraste produzido pelo contato regular entre grupos sociais socioeconômicos e culturalmente distintos.

Nesse sentido, Souza argumenta que a assimetria de renda e as diferenças culturais podem ser negativas e traumáticas, pois

[...] um grupo de pessoas buscando o prazer, oriundas de uma realidade que consideram “superior” e dotada de grande poder de compra, pode gerar muitas distorções entre uma população mais pobre, seja diretamente (estimulando a prostituição e a mendicância, levando a uma perda coletiva de auto-estima), seja indiretamente (por exemplo, pressionando para cima o nível de preços dos produtos ofertados no mercado local e prejudicando os habitantes mais pobres). Além disso, a cultura da população mais pobre também pode ver-se agredida (e com isso a própria identidade coletiva), gerando problemas sócio-psicológicos. (SOUZA, 1997, p. 17).

Entretanto, não é somente o turismo que desencadeia o apelo ao consumo e a estilos de vida diferentes. Os meios de comunicação (TV, rádio, revistas, *internet...*), podem ser considerados também como alguns dos principais responsáveis pela mudança nos padrões de consumo. O turismo aparece como potencializador dessas mudanças causadas nas comunidades receptoras. Porém torna-se difícil mensurar os impactos socioculturais que a atividade turística causa nas comunidades receptoras. Pois, como explicitado acima, as comunidades receptoras ao serem submetidas à lógica do turismo, entram em um processo intenso de modificação, que mesmo a adoção de abordagens qualitativas de pesquisa apresenta dificuldades em captar a direção das mudanças.

Se por um lado, o encontro entre culturas diferentes através do turismo tem causado diversos tipos de impactos negativos, existe, por outro lado, a idéia de que essa atividade seja capaz de contribuir para a valorização social das comunidades e de seus hábitos culturais, trazendo para os autóctones efeitos e impactos positivos. Adotando-se uma perspectiva histórico-cultural, o turismo “pode ser um meio de afirmação da identidade local, conscientizando os nativos do valor da cultura autóctone e do significado do patrimônio (material ou imaterial, natural ou cultural) e do empenho por sua preservação” (SAVILOLO, DELAMARO; BARTHOLO, 2005, p. 19).

Acredita-se, nesse trabalho, que lugares onde existe uma valorização cultural por parte dos próprios moradores, em relação ao seu estilo de vida, suas tradições, seus costumes, suas identidades, são lugares onde os moradores apresentam uma maior resiliência (conceito definido no capítulo III dessa dissertação) frente às mudanças sociais provocadas pelo turismo.

A resposta dada pela comunidade receptora, em relação ao crescimento do turismo em sua localidade pode se expressar de diferentes formas. A comunidade pode, por um lado, se envolver nas atividades turísticas, adotando padrões comportamentais do visitante, negando sua identidade e tornando-se, em alguns casos, dependente da renda gerada pelo turismo, deixando de exercer antigos ofícios. Por outro lado, pode ocorrer uma negação e não aceitação, por parte dos moradores, do desenvolvimento turístico em sua localidade, pois a comunidade sente-se ameaçada pela interferência dos turistas no seu modo de vida tradicional. Existe ainda, um meio termo, em que a comunidade local, por vontade própria, se insere nos empreendimentos turísticos e mantém, ao mesmo tempo, as atividades econômicas exercidas antes da chegada do turismo. Nessa situação, os moradores do lugar conseguem manter uma relação harmoniosa com o turismo, ou seja, buscam os benefícios econômicos trazidos por essa atividade e valorizam e preservam as características naturais e sociais de seu lugar, porque reconhecem que estas últimas são seus maiores atrativos turísticos.

O reconhecimento e valorização, por boa parte dos moradores dos lugares turísticos, de seu patrimônio histórico-cultural se constituem em fatores positivos para estimular a participação desses atores nos processos decisórios de planejamento e gestão da atividade. Essa participação seria uma forma de minimizar os possíveis impactos negativos gerados pelo turismo.

Na visão de Swarbrooke (2000), a dimensão sócio-cultural do turismo deve ser orientada pelos seguintes princípios:

- Equidade, assegurando que todos os que investem no turismo sejam tratados de forma justa;
- Equivalência de oportunidade, tanto para os que trabalham na indústria do turismo tanto quanto para as pessoas que querem ser turistas;
- Ética, em outras palavras, a indústria do turismo agindo com honestidade em relação ao turista e sendo ética na forma de lidar com os seus fornecedores e, igualmente, os governos destas localidades sendo éticos em relação a sua população local e aos turistas;
- Equivalência de parceria, isto é, os turistas tratando os que o servem como parceiros iguais e não como subalternos.

As orientações expostas acima procuram dar ênfase à participação dos diversos atores que fazem parte das comunidades submetidas às atividades turísticas e são impactados por essa atividade. No entanto, essa “equidade” de oportunidades não existe na prática. Porque na realidade, a infraestrutura turística, na maioria das vezes, tem sido construída, no caso da zona costeira nordestina, seja pela iniciativa pública ou privada, sem qualquer forma significativa de participação nem consulta à população local, que sofrerá em última instância as conseqüências do crescimento do turismo no seu lugar.

A análise dos impactos socioculturais gerados pelo turismo se apresenta como algo complexo, pois se trata de uma questão qualitativa e relativa. Por isso, torna-se difícil estabelecer critérios muito precisos sobre o que viria a ser positivo ou negativo para determinada comunidade. Dentro da própria comunidade existe certo relativismo, uma vez que o que é bom para determinada pessoa não é necessariamente bom para outra. Porém existem casos que afetam toda a comunidade, problemas que atingem todos os moradores, tais como a degradação ambiental, o desrespeito à cultura local, o aumento da violência, a elevação do custo de vida local, entre outros problemas.

Uma forma de evitar ou minimizar esses acontecimentos negativos é através de uma maior participação dos habitantes locais nos processos de planejamento e gestão turísticos. A participação é entendida aqui com base no conceito de Arnstein, (1969, p. 216) que a define como sendo “a distribuição de poder que permite que os cidadãos marginalizados, presentemente excluídos do processo político e econômico, sejam deliberadamente incluídos no futuro”. Através da participação, os moradores dos lugares turísticos poderiam ter alguma possibilidade de ter voz e força para defender seus interesses e com isso poder gerir melhor os impactos (sociais, culturais, ambientais, econômicos) produzidos pela atividade turística.

2.3 Turismo e sustentabilidade

Não há dúvidas de que o modelo atual de desenvolvimento do mundo não é sustentável. Existe mesmo um volume considerável de produção acadêmica voltada exatamente a uma profunda crítica sobre a situação ambiental na maior parte do mundo. Uma das principais razões para tal situação é devido ao fato do sistema capitalista ser fundamentado no modelo de desenvolvimento produtivista, com uma lógica de crescimento econômico ilimitado, normalmente sem levar em consideração as dimensões que não são de ordem econômica. No entanto, nas últimas décadas diversos acontecimentos tais como,

mudanças climáticas, perda de diversidade biológica e cultural (fruto da pressão sobre os recursos naturais), aumento da pobreza e desigualdade, fizeram com que as instituições, públicas e privadas, buscassem novas alternativas de desenvolvimento, incorporando a questão da sustentabilidade em seus discursos e práticas.

O conceito de sustentabilidade tem sido interpretado de muitas maneiras, mas há bastante tempo, alguns princípios centrais ao conceito de desenvolvimento sustentável foram reconhecidos como indissociáveis (BRAMWELL apud ARAUJO, 2004). Uma idéia central que norteia esse conceito é a de que o desenvolvimento deve atender “as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem às suas próprias” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46). A proposta do desenvolvimento sustentável defende que o crescimento econômico deveria acontecer de forma igualitária estando apoiada sobre o tripé do crescimento econômico, da proteção dos recursos naturais e da equidade social.

O surgimento das discussões sobre a sustentabilidade da atividade turística está relacionado com a preocupação ambiental e a emergência do paradigma do desenvolvimento sustentável. A partir do reconhecimento, por parte da sociedade e das instituições em geral, dos impactos negativos do turismo de massa, e devido a uma visão restrita do turismo como uma atividade meramente econômica, foi constatada a necessidade de se desenvolver formas alternativas de turismo, que levassem em consideração além da dimensão econômica, a dimensão social, histórico-cultural, ambiental, espacial e político-institucional nos projetos de desenvolvimento turístico.

Segundo Saarinem (apud KÖRÖSSY, 2006), as origens do termo turismo sustentável estão relacionadas com o interesse acadêmico sobre os impactos negativos do turismo no início dos anos 60 e as pesquisas relacionadas à capacidade de carga.

Em relação à posição de instituições internacionais, a (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 1995), define o Turismo Sustentável “como aquele ecologicamente sustentável, de longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais”. Além disso, na Conferência Mundial de Turismo Sustentável, realizada pela OMT em 1990, definiu-se que o turismo sustentável constitui

[...] um modelo de desenvolvimento econômico que foi concebido para:

- Melhorar a qualidade de vida da comunidade visitada;
- Oferecer ao visitante uma elevada qualidade de experiências;
- Manter a qualidade do ambiente de que tanto a comunidade anfitriã quanto o visitante dependem (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 1995, p. 12).

No entanto, como ressalta Candiotto (2007), a visão de sustentabilidade apresentada pela OMT é restrita e utilitarista ao conceber o turismo sustentável como um modelo de desenvolvimento econômico. Segundo Candiotto (2007, p. 4) não existe, por parte da OMT, “indicações sobre como atingir esse turismo sustentável, nem uma problematização em relação às relações de poder e as contradições existentes em qualquer debate sobre sustentabilidade”. Para o autor, é difícil defender a existência de um turismo desenvolvido de forma sustentável, pois essa é uma atividade econômica que segue as mesmas leis de mercado, ou seja, do lucro e da concentração da renda gerada sob o domínio de poucas pessoas.

Assim como acontece com a definição de desenvolvimento sustentável, o conceito de turismo sustentável é impreciso e também apresenta diversas interpretações. Para Irving (1998), o turismo para ser qualificado como sustentável, “exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, co-responsabilidade e participação” (IRVING, 1998, p. 32).

Para que se possa ter alguma possibilidade de se criar desenvolvimento sustentável com base no turismo, é necessário que os projetos turísticos levem em consideração a participação dos moradores das localidades envolvidas no processo de planejamento e gestão da atividade. Muitos estudos demonstram a importância da participação sociopolítica nas políticas públicas de desenvolvimento turístico (CORIOLANO, 2003; IRVING et al., 2005; FRATUCCI, 2005; ARAUJO, 2006). Um planejamento turístico participativo é um dos fatores que contribui para uma gestão turística sustentável.

Na visão de Butler (apud PARTIDÁRIO, 1999, p. 81), Turismo Sustentável

[...] é o turismo que se desenvolve e se mantém numa área (ambiente, comunidade) de tal forma e uma tal escala que garante a sua viabilidade por um período indefinido de tempo sem degradar ou alterar o ambiente (humano ou físico) em que existe, e sem pôr em causa o desenvolvimento e bem-estar de outras atividades e processos.

A ideia de turismo sustentável não deve estar apoiada somente na proteção do meio ambiente e na geração de recursos financeiros, mas deve garantir que esses mesmos recursos contribuam para o desenvolvimento local e sejam distribuídos de forma justa para toda comunidade residente, ajudando a melhorar sua qualidade de vida.

O turismo, segundo Irving,

[...] passa gradualmente a incorporar novos olhares de planejamento, como resultado de seu potencial gerador de emprego e renda, aporte de benefícios econômicos, sociais e ambientais e, mecanismo para inclusão e transformação social. No entanto, de maneira geral, as estatísticas de turismo e o discurso oficial, frequentemente expressam concepções idealizadas dos benefícios possíveis gerados pelo desenvolvimento turístico, e tendem a mascarar e minimizar os impactos socioambientais e culturais decorrentes desse processo (IRVING et al., 2005, p. 2).

O problema levantado por Irving está relacionado de forma indissociável à própria questão da sustentabilidade do turismo. O turismo traz consigo, além dos benefícios já explicitados acima, impactos sociais, culturais, econômicos e políticos. A dependência exclusiva da população nativa da fonte de renda gerada pelo turismo representa um perigo para a própria sustentabilidade e reprodução das comunidades envolvidas. Por isso, é importante que as atividades exercidas por essas comunidades antes da chegada do turismo sejam mantidas, uma vez que elas podem coexistir com as atividades turísticas, inclusive influenciando no enriquecimento do produto turístico por contribuir para a diversidade de interesses locais para os turistas conhecerem.

Um exemplo de lugar no qual está posta a contradição entre o turismo e o desenvolvimento local é a vila de pescadores de Picinguaba, em Ubatuba, litoral norte de São Paulo. Ocorre, nessa localidade, uma conflituosa relação entre os nativos (caiçaras), turista e ambientalista. A área está dentro do Parque Estadual da Serra do Mar e, por isso, legalmente é uma unidade de conservação integral, que deveria estar livre da ocupação humana direta, permitindo apenas o ecoturismo (MARTINS, 2007). Porém, quando o parque foi criado já existiam núcleos de moradores nativos. A partir da década de 70 do século passado os turistas passaram a ocupar a região construindo casas de veraneio. Com isso a economia da região tornou-se dependente em grande medida da renda deixada pelos turistas. Segundo um morador da vila, a renda gerada pelo turismo é essencial já que a pesca não supre mais as necessidades da comunidade. Com o objetivo de encontrar uma solução para o problema, moradores tradicionais e veranistas se uniram para montar um plano de uso do solo. A

possibilidade de expulsão dos veranistas está descartada, já que os caiçaras dependem do turismo.

Existe, atualmente, uma farta literatura desmistificando a afirmação de que a “indústria do turismo”, ou “indústria limpa” seja necessariamente benéfica à geração de emprego e renda e em relação à preservação dos patrimônios natural e cultural. É sabido, pelo contrário, que muitos projetos turísticos são geradores de efeitos inversos aos expostos acima, ou seja, levam à concentração de renda, à contratação de pessoas de fora em detrimento dos próprios moradores, à transformação do espaço em mercadoria e à massificação das culturas, entre outros problemas.

Segundo Coriolano e Silva (2007, p. 49), o que ocorre, na maioria dos casos, é uma superestimação do desempenho do turismo “criando falsas expectativas, sem possibilidades de solução aos problemas sociais e ambientais existentes, pois não desenvolveu as regiões pobres, nem distribuiu a riqueza do País, além de não consolidar territórios, apenas organizar outros”.

Analisando-se o turismo sob a ótica de mercado, constata-se que os lucros produzidos por essa atividade não são distribuídos de forma igualitária para toda sociedade. Assim como a lógica do sistema capitalista, a “indústria do turismo” pode ser considerada, em muitos casos, altamente concentradora de recursos gerados pelo setor, causando até mesmo exclusão social, como o exemplo da preferência na contratação de pessoas de fora do lugar turístico para trabalhar nessa atividade, alegando-se a falta de qualificação da população nativa.

Assim, ao se manter o estilo de exploração dos lugares pelo turismo com base no modelo hegemônico que tem sido duramente criticado, e que considera os recursos ambientais locais meramente como uma fonte de lucros, sem se preocupar com os impactos adversos do turismo na comunidade, as atividades turísticas apenas repetem o modelo de crescimento econômico sem necessariamente proporcionar desenvolvimento. Em geral o uso do termo “desenvolvimento” por parte do poder público e da iniciativa privada é um elemento de uma retórica que busca justificar o investimento no turismo, muitas vezes a qualquer custo.

A noção de turismo sustentável adotada por vários autores (RUSHMANN, 1997; CORIOLANO; SILVA, 2007) procura incorporar três elementos essenciais: o lugar, a comunidade local e o visitante. O lugar deve ser considerado, pois representa para o morador

um referencial não só físico, mas também emocional e cultural, e, por isso mesmo deve ser respeitado e alterado de forma participativa e não de forma meramente econômica e especulativa. O segundo elemento essencial é a comunidade local, pois esta deve ser ouvida e consultada sobre empreendimentos turísticos que serão instalados em sua localidade, já que esses causam impactos tanto positivos quanto negativos na vida desses moradores. Além disso, existe uma tendência de que as classes sociais menos favorecidas sofram mais com os impactos negativos gerados pela atividade. E por último o visitante, pois este representa um papel muito importante na mudança de comportamento em relação aos impactos socioambientais causados nas destinações turísticas. Um alento frente ao avanço de um turismo que negligenciou os interesses coletivos ao longo das últimas décadas é que o turista mais consciente, que adota princípios que respeitam a cultura e o meio ambiente do lugar visitado, é uma realidade que tem crescido no Brasil e no mundo nos últimos anos.

Atualmente é possível perceber uma crescente preocupação, tanto por parte de empresários ligados ao setor, como por parte dos próprios turistas, com um turismo desenvolvido de forma sustentável. Por exemplo, cada vez mais as políticas públicas têm se mostrado interessadas em promover e defender a participação das comunidades impactadas pelo turismo, no desenho e implementação de políticas públicas de turismo. Muitos desses projetos enfatizam o desenvolvimento do turismo de base local, pois este tem como premissa a valorização e manutenção da identidade local, ou seja, está voltado para os interesses dos moradores.

Segundo Barbosa (2005, p. 111) o turismo com base local “representa uma saída às tendências de produção de uma imagem estereotipada (destruição de suas singularidades). Evita que haja devoração da paisagem, degradação do meio ambiente e descaracterização de culturas tradicionais”. O turismo que prioriza os interesses das comunidades envolvidas é caracterizado pela busca do desenvolvimento local, que possibilita a geração de ocupação e renda para os moradores do lugar, dinamizando a economia interna da comunidade.

Um exemplo de experiência de desenvolvimento do turismo com base local é ilustrado pela Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE) onde vivem 1.100 moradores que sobrevivem da pesca de forma sustentável (BLANCO, 2005). O objetivo do projeto de turismo da comunidade foi elaborado pelo Conselho de Turismo em 1997, e tem como missão, “desenvolver o turismo ecológico de forma comunitária para melhorar a renda e o bem-estar dos moradores, preservando os seus valores culturais e os recursos naturais do

lugar”. Segundo o coordenador do projeto, Lindomar Fernandes, houve uma preocupação em formar e capacitar os moradores para que a comunidade pudesse receber o turista. Dessa preocupação formou-se uma cooperativa de turismo local que existe há quatro anos. Segundo Blanco (2005),

[...] o morador passou a ser visto como morador-gestor de sua própria pousada, fazendo com que sua renda não ficasse concentrada, mas fosse dividida com os outros empreendedores. [...] Desse modo, o turismo se desenvolve sem controle e intervenção de investidores externos, fazendo com que o lucro fique dentro da própria comunidade permitindo aos jovens permanecerem no local, gerando renda complementar para sua família, sem abandonar a pesca como atividade econômica principal.

Portanto, para que se possam ter mais possibilidades de se desenvolver um turismo de forma sustentável, é necessário que se leve em consideração a presença de alguns fatores tais como, participação, planejamento e gestão da atividade turística, de forma a trazer benefícios econômicos aos moradores, melhorando sua qualidade de vida.

3 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para o exame da turistificação do povoado Pontal de Coruripe, este estudo adotou uma combinação de três vertentes teóricas, a saber: *resiliência cultural*, *capital social* e *desenvolvimento local*.

3.1 Resiliência cultural

Para a sociologia, a resiliência é definida como “a habilidade de grupos ou comunidades de enfrentar estresses externos e perturbações como resultado de mudanças sociais, políticas e ambientais” (ADGER, apud BRAND; JAX, 2007, p. 3). As mudanças sociais causam impacto cultural que podem ser sentidos a longo e médio prazo, ou seja, as culturas sofrem modificações a partir de sua própria dinâmica, ou como resultado de acontecimentos específicos que têm a capacidade de acelerar esse processo de mudanças, que são tanto positivas como negativas.

Nessa perspectiva, a resiliência se apresenta como uma capacidade para lidar com os fatores negativos intrínsecos as mudanças culturais. Usamos como fundamento teórico neste estudo o conceito sociológico de resiliência, adaptando-o ao conceito de resiliência cultural, tendo como contexto a inserção turística em um determinado lugar e suas implicações no âmbito da cultura local. Entendemos, de maneira geral, que a resiliência cultural faz parte de um processo dinâmico que tem como resultado a adaptação positiva de comunidades locais em contextos adversos.

A resiliência cultural, no que diz respeito ao fenômeno do turismo, pode ser entendida como uma forma ao mesmo tempo de resistência e adaptação das comunidades turísticas receptoras às mudanças trazidas pelos turistas e demais tipos de visitantes, que apresentam outras visões de mundo e, por isso mesmo, outros signos, valores e atitudes.

A resiliência cultural está relacionada a um modo de vida peculiar, por parte dos moradores da localidade turística, por uma identidade cultural associada ao lugar, à coesão social e à transmissão de certas tradições passadas de geração para geração. Assim, a resiliência cultural é definida neste trabalho como a capacidade que um determinado grupo social tem em resistir a mudanças provocadas pelo contato com culturas diferentes, preservando seu patrimônio cultural.

Não se pretende aqui defender uma visão antropológica de compreensão “fossilizada” de uma suposta autenticidade cultural. A intenção é saber qual o grau de interferência da atividade turística numa dada comunidade, se ela está desagregando valores e costumes da cultura local ou se essas mudanças estão ocorrendo devido à pressão das circunstâncias e a partir da própria dinâmica interna da cultura.

3.2 Capital social

Diversos estudos têm demonstrado a importância do capital social no processo de desenvolvimento de regiões e possibilidade de contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à redução da pobreza (PUTNAM, 1993; DURSTON, 2000; KLIKSBURG, 2001; ATRIA, 2003). As teorias recentes sobre desenvolvimento econômico reconhecem que o capital humano (capital incorporado aos seres humanos, especialmente na forma de saúde e educação) e o capital social são fatores importantes para promover um efetivo desenvolvimento social.

Aléxis de Toqueville foi o precursor da idéia do que venha a ser o capital social atualmente. Ao estudar o funcionamento do regime político norte-americano, procurou construir um modelo ideal de democracia. Tocqueville acreditava que, quanto mais as sociedades se unissem em torno de associações comunitárias organizadas, seus direitos tinham uma maior garantia de serem respeitados e assim a democracia estaria garantida. Segundo o autor, “a associação enfeixa os esforços dos espíritos divergentes e os impele com vigor para uma única finalidade claramente indicada por ela” (TOCQUEVILLE, 1962, p.147).

Outro autor considerado um dos precursores e grande difusor do conceito de capital social na década de 1990 foi Robert Putnam (1993). Em seu estudo sobre como as novas instituições se desenvolvem e se adaptam ao meio social nas regiões da Itália, Putnam demonstrou que a presença de capital social como elemento cultural de uma comunidade pode ser considerada um dos fatores responsáveis pela diferença no desenvolvimento de regiões de um mesmo país.

O autor define o capital social como algo “característico da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas” (PUTNAM, 1993, p.177). Putnam considera a confiança uma

característica chave para o crescimento de capital social. Quanto maior o nível de confiança de uma comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação.

3.3 Desenvolvimento local

Há algumas décadas o modelo de desenvolvimento econômico capitalista baseado na produção em larga escala vem sendo questionado e criticado devido à constatação de sua insustentabilidade em relação aos recursos naturais que já dão mostra de sua esgotabilidade.

As teorias de desenvolvimento atuais estão incorporando em seus projetos conceitos como desenvolvimento humano, desenvolvimento político ou desenvolvimento sustentável e se abrindo a novas dimensões que permitam uma compreensão mais profunda sobre os problemas de desenvolvimento. Por isso, a idéia de desenvolvimento associada estritamente a parâmetros de crescimento econômico já não tem mais tanta credibilidade como tinha num passado próximo.

Klikberg (2001) considera uma falácia a idéia de que o crescimento econômico é suficiente para um país melhorar socialmente e reduzir sua pobreza. A falácia apontada por Klikberg (2001) pode ser exemplificada pelo caso do “milagre brasileiro” ocorrido na década de 1970, durante o regime militar. Nesse período o Brasil cresceu mais depressa que os demais mercados latino-americanos e atingiu altos índices de desenvolvimento econômico sob a falsa ideia de um "surto de progresso" que o país vivia. No entanto, não houve redução da pobreza nem uma melhor distribuição de renda para a população brasileira, nem mesmo melhorias sociais significativas.

Furtado (1981), ao se referir ao momento do “milagre econômico” avalia que

[...] Em síntese, nesse período, não obstante um considerável aumento do produto interno, não se assinala, na economia brasileira, nenhum ganho de autonomia na capacidade de autotransformação, nem tampouco qualquer reforço da aptidão da sociedade para auto-financiar o desenvolvimento.

Em outras palavras, crescimento econômico não é garantia de desenvolvimento, pelo menos não de desenvolvimento sustentável. Para Coriolano (2003) o desenvolvimento deve ser centrado no homem, permitindo o despertar de suas potencialidades, de forma a garantir trabalho, educação, saúde, habitação e demais condições de igualdade.

O respeito e a proteção aos direitos humanos são bases essenciais para que se promova o desenvolvimento social e se possa construir uma sociedade humanizada. Sociedade humanizada é entendida como aquela que assegura o necessário à vida digna de todos os cidadãos, com tranquilidade no relacionamento social, dentro de possibilidades de intercâmbios dos povos e na construção de uma sociedade sustentável (CORIOLANO, 2003, p. 26).

A questão está na qualidade desse desenvolvimento. A prioridade seria dada ao desenvolvimento humano (acesso à saúde, educação, água potável, saneamento, etc.), aumentando o bem-estar da população de forma geral, considerando, além do aspecto econômico, o sociocultural e o ambiental.

Na visão de Buarque (2002), o turismo com ênfase no desenvolvimento local precisa estar voltado para as peculiaridades dos territórios e da comunidade autóctone. Segundo o autor,

[...] O desenvolvimento local é um processo endógeno de mudanças, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria de qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais, contribuindo para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade competitiva da economia local; ao mesmo tempo deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base das suas potencialidades e condições para a qualidade de vida local. Esse empreendimento endógeno normalmente demanda um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidade própria, de modo a criar raízes efetivas na matriz socio-econômica e cultural da localidade (BUARQUE, 2002, p. 25).

Nesse sentido, o caráter endógeno do desenvolvimento local possibilita a construção de modelos de desenvolvimento e planejamento turístico que contemplem as peculiaridades do lugar, ao invés de copiar modelos que não tenham a ver com a realidade local, evitando assim a degradação ambiental, a destruição cultural do lugar e a concentração dos lucros gerados. Essa é uma das premissas do desenvolvimento do turismo de base local.

No turismo de base local estão presentes precauções e orientações centrais, tais como:

[...] a manutenção da identidade cultural dos lugares, como próprio fator de atratividade turística; a construção de uma via democrática para desenvolvimento de certas localidades, articulada pelo turismo como fator estruturante de valorização de suas potencialidades ambientais e culturais, com a participação da população local na condução ativa desse processo e, finalmente, o estabelecimento de pequenas escalas de operação e baixos efeitos impactantes dos investimentos locais em infraestrutura turística ou mesmo nenhuma transformação adicional desses espaços [...] (BENEVIDES, 1997, p. 25).

O desenvolvimento local emerge das potencialidades e identidades internas de uma região. O desenvolvimento local ligado ao turismo possui plena capacidade de atrair e fixar a população ao seu lugar, através de um processo que assegure melhores condições de vida, tendo como aspecto basilar a revitalização e a diversificação econômica do lugar, sobretudo em áreas economicamente deprimidas e socialmente excluídas. Assim, nessa perspectiva de revitalização e diversificação econômica, o turismo não substituirá as atividades anteriores e sim às complementarás, contribuindo para que os lugares passem a contar com mais possibilidades de desenvolvimento.

Deduz-se então do exposto acima que para que se tenham maiores possibilidades de alcançar o desenvolvimento local, é importante que o turismo esteja combinado com as atividades já exercidas na localidade, como a pesca e o artesanato, potencializando sua produção e comercialização.

3.4 Metodologia

A pesquisa realizada é um estudo de caso que teve como objeto a atividade turística no povoado de Pontal de Coruripe. Este estudo de caso examina a percepção e resposta da comunidade local em relação ao turismo no seu povoado, utilizando-se como referencial teórico, conforme estabelecido acima, os conceitos de resiliência cultural, capital social e desenvolvimento local. Buscou-se compreender a percepção da comunidade de Pontal de Coruripe, assim como a resposta dos seus moradores à turistificação do lugar, em conexão com a noção de desenvolvimento local.

O povoado de Pontal de Coruripe, objeto deste estudo, pertence ao município de Coruripe, e localiza-se no litoral sul do estado de Alagoas, a aproximadamente 90 km de Maceió. A escolha do local deveu-se às suas características culturais peculiares, tais como sua tradição pesqueira, seu artesanato confeccionado com a palha da palmeira de ouricuri e a presença do turismo há algum tempo no povoado.

Em parte, o estudo dessa comunidade justifica-se pela intenção do poder público municipal em consolidar a atividade turística como uma das principais fontes de renda e de trabalho do município de Coruripe, conforme consta de documentos oficiais divulgados pelo poder público local. Além disso, uma explicação da resposta da comunidade à chegada do turismo e às mudanças desencadeadas pela atividade é importante, para que se possa entender

as possibilidades do investimento no turismo trazer desenvolvimento para as comunidades tradicionais localizadas na zona costeira nordestina.

Atualmente o Pontal de Coruripe vem sofrendo diversas mudanças, geradas não só pelo processo de turistificação do lugar, mas devido também ao crescimento populacional que pode ser considerado o maior responsável pela expansão urbana do povoado. Além disso, o crescimento do povoado, impulsionado pelo turismo de veraneio, levou e continua levando, grande parte da população nativa a se deslocar de suas moradias próximas ao mar para áreas periféricas, mais distantes das ruas centrais e da praia.

Embora o turismo ainda não represente uma fonte de renda para a maioria da população local, ela é importante para uma parte da comunidade, particularmente para as artesãs locais, contribuindo para a geração de ocupação e uma melhora na renda de diversas famílias.

A coleta de dados combinou diversas estratégias e períodos de tempo diferentes. O primeiro momento ocorreu no período que se estendeu do início do mês de agosto ao final do mês dezembro de 2008. Durante esses cinco seis meses a pesquisadora residiu no próprio povoado, quando realizou uma investigação preliminar da comunidade, por meio de conversas informais, observação participante, registro fotográfico digital e a realização de um grupo focal, no mês de dezembro em 2008. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para se proceder a análise.

A composição do grupo focal consistiu de pessoas que moravam em Pontal de Coruripe há mais de 15 anos e que tinham uma atuação relevante junto à comunidade. Durante os cinco meses em que residiu na comunidade, a pesquisadora coletou informações intencionalmente com o objetivo de identificar pessoas que tivessem um perfil que justificasse sua inclusão na reunião de grupo focal.

A reunião consistiu na projeção de fotos atuais e antigas do Pontal de Coruripe. As fotos mostravam a entrada do povoado, o artesanato feito de palha de ouricuri, a praia, os pescados, obras realizadas recentemente na orla da praia, a associação de moradores, problemas ambientais, entre outros aspectos marcantes da comunidade sob estudo. O grupo foi orientado a falar sobre as fotos à medida que elas iam sendo projetadas, assim como comentar suas impressões de forma livre.

Levando-se em consideração as falas e os temas que foram levantados durante a reunião de grupo focal, nas conversas informais e na observação participante, foi elaborado um roteiro de entrevista (APÊNDICE A) para ser aplicado num segundo momento da pesquisa, a um grupo maior de moradores locais.

O segundo momento aconteceu nos meses de julho a setembro de 2009, onde foram entrevistadas 25 pessoas da comunidade, escolhidas conforme sua atuação no povoado. Com isso, buscou-se verificar suas percepções e respostas em relação ao turismo, as transformações locais produzidas por essa atividade, considerando as dimensões econômica, social, cultural, ambiental e política, e se os moradores nativos apresentavam algum conteúdo de resiliência cultural frente às modificações desencadeadas pelo turismo em Pontal de Coruripe.

A análise das entrevistas consistiu na organização dos dados em uma tabela, ordenando todas as respostas por perguntas e observando se as respostas apresentavam algum padrão de semelhança.

Com a utilização de diferentes estratégias de coleta de dados (conversas informais, observação participante, registro fotográfico digital, grupo focal e entrevista), foi possível examinar a questão de pesquisa sob diferentes ângulos, uma estratégia chamada de *triangulação* (ROBSON, 1993).

Os dados foram analisados de forma qualitativa, priorizando-se aqueles que tinham uma relação direta com os objetivos da pesquisa.

4 PONTAL DE CORURIBE, ALAGOAS

4.1 Caracterização do município de Coruribe

4.1.1 Aspectos Históricos

Os índios Caetés foram os primeiros habitantes da região na qual hoje se localiza o município de Coruribe. Esses índios habitavam toda a costa marítima de Coruribe e as margens do rio homônimo. O rio Coruribe, chamado Cururugi⁶ pelos índios Caetés, deu origem ao nome do município, que teve início na Vila do Poxim (CORURIBE, 2010).

Com a construção de uma capela, nasceu o povoado, onde eram comercializados ativamente o pau-brasil e outras madeiras. Os franceses, com sua habilidade, negociavam com os índios a valiosa madeira vermelha, pois a região tinha matas repletas das frondosas árvores que eram utilizadas na fabricação de tintura. Com o afastamento dos franceses, os portugueses se apossaram das feitorias dos seus rivais europeus, intensificando o comércio do pau-brasil e de outras madeiras chamadas “madeiras de lei”, pela sua importância econômica (ENCICLOPÉDIA..., 2006, p. 253).

Em consequência da derrubada da Mata Atlântica, devido à extração da madeira, e posteriormente com o plantio da cana, de coqueirais e de pastos para gado, pouco restou de espécies animais que eram comuns na região, como é o caso das capivaras, cotias, jacarés, tatus, raposas e sagüis. Alguns sambaquis⁷ existentes na região atestam a presença antiga dos nativos, atraídos pela abundância de ostras, maçonins, siris, caranguejos e pescados, cujos restos eram amontoados nas margens dos rios. Esses chãos de cacos, como também são chamados, é a evidência da pré-história coruripense (ENCICLOPÉDIA..., 2006, p. 253)..

O litoral coruripense ficou conhecido na história por ter sido palco de dois grandes naufrágios: o naufrágio da Nau Nossa Senhora D’Ajuda, que conduzia Dom Pero Fernandes Sardinha a Portugal, em junho de 1556, e pelo naufrágio do navegador espanhol Dom Rodrigo de Albalá, em 1560 (CORURIBE, 2010).

⁶ Conforme o professor Silveira Bueno, autor do vocabulário tupi-guarani-português, Cu-ru-ry-pe quer dizer rio dos seixos

⁷ Os sambaquis são depósitos de materiais orgânicos e calcários feitos ao longo do período por homens que viveram antigamente em suas proximidades. São formados por conchas, objetos de cerâmica, madeira, pedra, esqueletos humanos, restos de ossada animal, vestígio de fogueira e outros.

O povoado do Pontal de Coruripe está na história do Brasil como lugar do naufrágio e morte do bispo Pero Fernandes Sardinha (CORURIFE, 2008, p.132). A tribo dos índios Caetés, uma das tribos mais selvagens das quais viveram no Brasil, tem seu nome lembrado na história, pois se acredita que o primeiro bispo do Brasil tenha sido devorado por esses índios.

Em viagem para Portugal, seguia Dom Pero Fernandes Sardinha com tripulação acima de 100 pessoas, quando em 18 de junho naufragou o navio nos baixios de Dom Rodrigo. Guiados por indígenas, pensavam os náufragos dirigirem-se a Pernambuco, quando, no porto do Francês, foram atacados por grande número de selvagens antropófagos que mataram a todos (Figura 1), devorando-os em seguida. Após o extermínio dos Caetés pelos portugueses, como represália ao trucidamento do 1º bispo do Brasil, foi iniciado um ativo comércio de madeira, principalmente de pau-brasil (CORURIFE, 2010).

Figura 1 - Ilustração da matança dos portugueses pelos Caetés extraídas do livro "BICO Abrazilian ralf fisherman's son".



Fonte: Forman, 1969.

Essa é uma das supostas versões sobre a morte do Bispo Sardinha. Alguns historiadores levantam a hipótese de que o bispo teria sido assassinado por homens da guarda do então governador-geral, Duarte da Costa, a quem Sardinha vinha criticando publicamente (APRATTO, 1997). O documentário “História brasileira da infâmia”, de Werner Salles, propõe novas visões sobre a morte do 1º bispo do Brasil, alegando que esse episódio

representou para coroa portuguesa o motivo estratégico que faltava para o plano “civilizador”, avançando num dos maiores genocídios da história mundial (HISTÓRIA..., 2005).

Existem várias versões sobre o episódio do naufrágio do Bispo Sardinha, porém os moradores locais do povoado sustentam como verdade absoluta que o naufrágio e morte do primeiro Bispo do Brasil teria ocorrido no Pontal de Coruripe, fato que atrai turistas para conhecer o lugar.

Os primeiros sinais de povoamento de Coruripe datam do século XVIII, quando o lugar pertencia à freguesia do Poxim. Segundo o historiador João Lemos (1999), o fundador de Coruripe e seu primeiro colonizador foi Antonio de Moura Castro, que recebeu do rei de Portugal um pedaço de terra entre os rios São Miguel e Coruripe, uma sesmária, dedicando-se inicialmente ao lucrativo comércio de pau-brasil e, depois do terreno limpo, ao plantio de cana, construindo vários engenhos de açúcar. Edificou uma casa grande e trouxe as primeiras levas de escravos negros para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar. Esse sesmeiro teve de enfrentar os franceses e outros europeus que não queriam deixar a região, continuando a extrair a preciosa madeira de suas matas. Da sesmária de Antonio de Moura Castro surgiu Coruripe, Pontal de Coruripe, Poxim e várias outras povoações próximas (ENCICLOPÉDIA..., 2006, p. 253).

Na segunda metade do século XIX, a prosperidade de Coruripe o fez superar a vila do Poxim, à qual era subordinada. Coruripe foi elevada à categoria vila em 1866, e a comarca, em 1881. Em maio de 1892, recebeu fórum de cidade. Com a mudança de sede, a freguesia sob invocação de Nossa Senhora da Conceição foi também transferida para Coruripe (CORURIFE, 2010).

Existe a tese, defendida pelo historiador Jaime de Altavila na obra "História da Civilização Alagoana", de que as primeiras terras avistadas pela armada portuguesa estavam localizadas a 10° de latitude sul, por conseqüência entre Jequiá e Coruripe.

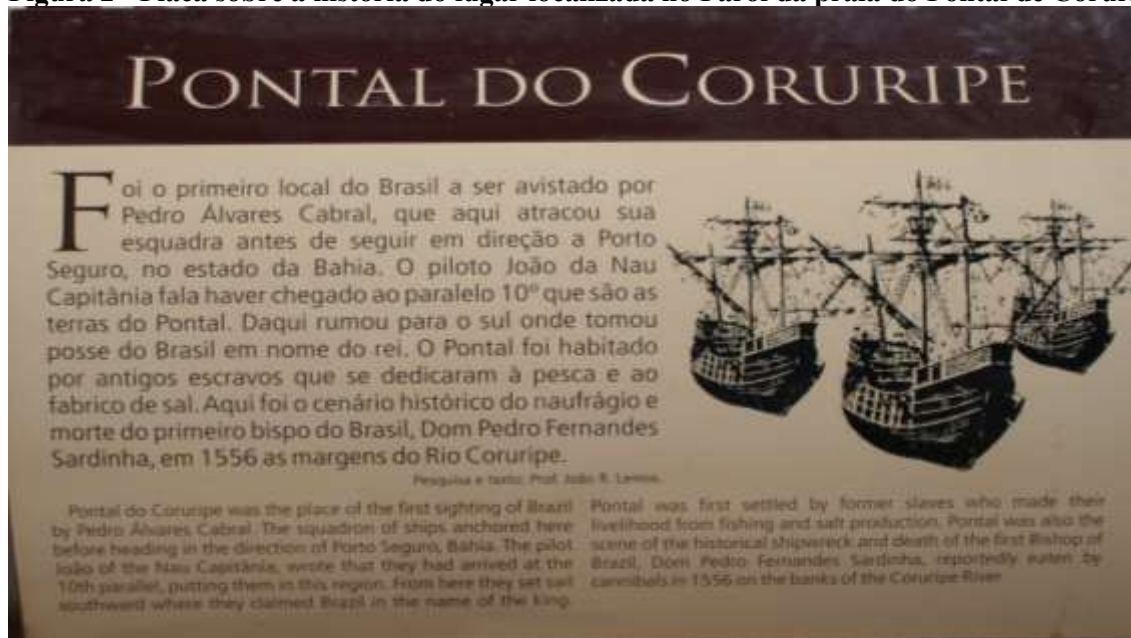
Esse autor se baseia em Alexandre Von Humbolt e reforça a sua tese na carta de Vaz de Caminha onde consta: "... que o capitão passou o rio, com todos nós outros, e fomos até uma lagoa grande e de água doce que está junto com a praia, porque toda aquela ribeira do mar é apaulada por cima e sai água por muitos lugares" (CORURIFE, 2010).

Segundo a descrição acima, o rio de que trata Caminha é com certeza o rio Coruripe e quanto à lagoa grande, seriam as diversas lagoas localizadas na foz do rio Poxim ou mesmo a lagoa de Jequiá (CORURIFE, 2010).

A frase da carta de Pero Vaz de Caminha de que a terra "... traz ao longo do mar, em algumas partes, grandes barreiras umas vermelhas e outras brancas", entende-se como as barreiras de Jequiá. Jaime de Altavila arremata, dizendo que a topografia é a mesma, e lá está mais para o sul, a enseada do Pontal de Coruripe, o provável ancoradouro da esquadra de Cabral. Na verdade, na Bahia Cabralia, que se aponta como ancoradouro na Bahia, não existe lagoa de água doce e sim três pequenas lagoas salgadas, diz o escritor (CORURIFE, 2010).

Uma pesquisa mais profunda poderia trabalhar essa tese, mas não se encontraram outras referências, exceto as de autores alagoanos. Mesmo assim, Pontal de Coruripe se intitula como o lugar onde foram avistadas as primeiras terras brasileiras, pela esquadra de Cabral. Próximo ao farol da praia do Pontal de Coruripe existe uma placa que defende essa nova versão sobre a chegada dos portugueses ao Brasil, assim como o naufrágio e morte do Bispo Sardinha (Figura 2).

Figura 2 - Placa sobre a história do lugar localizada no Farol da praia do Pontal de Coruripe.



Fonte: Araujo, 2008.

4.1.2 Aspectos geográficos e demográficos

Coruripe é uma pequena cidade localizada no litoral sul de Alagoas (Figura 3), distante 105 km da capital Maceió. O município de Coruripe está situado na Mesorregião do Leste Alagoano e na Microrregião de São Miguel dos Campos. Sua área é de 1002 km², sendo o segundo maior município do estado de Alagoas em extensão territorial. Geograficamente a sede do município está localizada a 10 m de altitude (CORURIFE, 2010).

Figura 3 - Localização do município de Coruripe no mapa do Estado de Alagoas.



Fonte: Alagoas. Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Coruripe limita-se com os municípios de São Miguel dos Campos e Jequiá da Praia ao Norte, Junqueiro, Teotônio Vilela, Penedo a Oeste, Feliz Deserto e Oceano Atlântico ao Sul e o Oceano Atlântico ao Leste (Figura 4).

Fazem parte do município de Coruripe os povoados de Miai de Baixo, Miai de Cima, Pindorama (distrito industrial e agrícola), Barreiras, Pontal de Coruripe, Lagoa do Pau e Poxim. Alguns desses povoados apresentam um grande potencial turístico devido às suas belezas naturais.

O município apresenta diversas lagoas e praias. Entre as lagoas destacam-se a de Jequiá (famosa pela vegetação exuberante), Escura, Guaxuma, Vermelha e a Lagoa do Pau, todas de rico manancial. Dentre as praias, têm-se a de Pontal de Coruripe, com um farol e recifes que formam uma 'piscina natural', Miai de Baixo e de Cima, com mar aberto e quase deserto e a do Poxim, com pouca ocupação humana.

Figura 4 - Limites do município de Coruripe e suas rodovias.



Fonte: Coruripe-AL. Prefeitura, 2009.

Possui clima tropical chuvoso, com verão seco. O período chuvoso começa no outono e se prolonga até o inverno. Sua temperatura média anual é de 24,4°C, podendo chegar até os 34°C nos dias mais quentes. A maior parte do ano as temperaturas são propícias para desfrutar as praias, lagoas e rios, ou seja, ideal para o lazer e recreação sendo o clima local um fator positivo para o desenvolvimento turístico da região.

A sede do município tem aproximadamente 17 mil habitantes, e a população total do município é de 51.015 habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007). No que se refere à população por sexo, tem-se uma população equilibrada, com uma porcentagem de 50,21% de homens e 49,79% de mulheres. Sua população rural é maior que a urbana, pois 54,55% vivem em áreas rurais, enquanto 45,45% vivem em áreas urbanas (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE ALAGOAS, 2005).

A população coruripense é formada pela miscigenação dos três grupos étnicos que compõem a própria formação do povo brasileiro: o índio, o negro e o branco. Dessa miscigenação “vão surgindo os caboclos, os cafuzos, os mamelucos arredios e desconfiados em virtude dos maus tratos sofridos. Eles fazem a mão-de-obra da agricultura regional e se transformam no homem típico da região, exercendo tarefas próprias” (LEMOS, 1999, p. 30).

Como mencionado antes neste capítulo, os índios Caetés foram os primeiros ocupantes das terras que hoje formam o município de Coruripe, agrupados em seus aldeamentos hoje identificados através dos sítios de cacós por diversos pesquisadores alagoanos. A maioria dos grupos indígenas dessa região vivia da caça, pesca, coleta e de agricultura incipiente, a

chamada agricultura de coivara. A confecção de artefatos de barro e de palha extraída das palmeiras regionais ainda hoje faz a ocupação de algumas comunidades como se consta em Pontal de Coruripe (LEMOS, 1999).

Os Caetés, pertencentes à nação Tupi, além de ocuparem a região do atual município de Coruripe, também ocupavam outras partes do atual território do estado de Alagoas. Também se fazia sentir a presença de outros grupos indígenas vindos do Agreste, da região do São Francisco e do Sertão. No indicador geral do estado de Alagoas, foram encontradas as características biotipológicas dos índios Caetés, localizados no litoral ao sul da capitania de Pernambuco, precisamente na região do rio Coruripe. Segundo a descrição de Lemos (1999), esses índios apresentavam como características físicas,

[...] estatura mediana, robustos e entroncados, com caixa torácica bem desenvolvida, peito estufado, olhos pequenos e repuxados de coloração negra, nariz meio achatado, boca grande e cabelos grossos e pretos. Os pés estreitos na parte posterior e largo na anterior. Dentes amarelados e fortes. A pele tinha cor de folha seca (LEMOS, 1999, p. 27).

O grupo dos índios aconans era dos mais difundidos. A sobrevivência deste grupo é constatada e ainda hoje são encontrados remanescentes deles nas proximidades de Porto Real do Colégio, cidade localizada no leste alagoano (LEMOS, 1999, p. 28).

O aumento da população de escravos para atender aos engenhos de açúcar vai inserir definitivamente os negros na composição social da povoação coruripense. Segundo Brandão (apud Diégues, 2006, p. 87), o negro apareceu nas Alagoas quase com o primeiro branco, “apareceu nos engenhos, com os canaviais, com os roçados, com o povoamento colonizador do território alagoano”. O negro foi o grande colaborador do senhor de engenho, já que o indígena não se adaptou ao trabalho sedentário, além disso, no caso particular de Alagoas, este último foi visto na sua grande maioria, como inimigo dos colonizadores (DIÉGUES, 2006, p. 87).

Segundo Lemos (1999), os franceses, em número considerável, foram os primeiros brancos a se estabelecerem na região de Coruripe. Estes se dedicaram à extração e comércio do pau-brasil e construíram feitorias que foram os primeiros núcleos de atividade econômica da região. É possível que espanhóis e holandeses tenham também construído feitorias na região de Coruripe, sobretudo às margens da Lagoa de Jequiá.

Considerando os primeiros grupos humanos estabelecidos na região de Coruripe, sua miscigenação, assim como seu processo histórico e a formação de suas instituições, Lemos (1999), busca fazer uma caracteriologia do homem coruripense que é entendido a partir de seu

Caráter retraído, desconfiado, isolado, sem muito espírito de solidariedade e de aglutinação social e sem muita vivência religiosa. Maior religiosidade fica por parte das mulheres segundo dados coletados de seu passado. O homem de Coruripe traz as marcas das perseguições passadas e se mostra dedicado ao seu trabalho e forte nas adversidades. A adaptabilidade é a característica maior do homem coruripense que se tornou o pescador, o jangadeiro, o agricultor, o fabricante de açúcar, de água ardente, o vaqueiro, o construtor de barcos, o homem da roça e da casa de farinha (LEMOS, 1999, p. 31).

As características descritas por Lemos (1999) ressaltam a adaptabilidade do homem coruripense e sua força para superar adversidades, características definidoras da resiliência na esfera humana e social. Podemos considerar então, que o homem coruripense se mostra resiliente diante das adversidades e se adapta com facilidade às novas situações.

4.1.3 Aspectos socioeconômicos e culturais

A economia do município de Coruripe está centrada na agroindústria canavieira, apesar de existirem outras atividades de importância econômica em Coruripe tais como a fruticultura, com a indústria de sucos de frutas tropicais, coco, mandioca, pecuária de leite e de corte, a pesca, gás natural e petróleo. O turismo, aos poucos, vem ganhando espaço dentre as atividades consideradas de importância econômica.

O turismo na região apresenta um grande potencial que pode ser adequadamente explorado, juntamente com os artesanatos feitos com a palha de ouricuri, que já é forte em diversas localidades do município. Alguns povoados já apresentam alguma infraestrutura turística, como pousadas, restaurantes, quiosques à beira mar, como é o caso do Pontal de Coruripe, Lagoa do Pau e Miai de Cima.

Existe uma tendência ao aumento do turismo nessa região, devido à intenção do poder público, segundo seu Plano Diretor, de investir na atividade turística. O capital privado também se mostra interessado em investir no setor turístico de Coruripe, pois existe projeto de construção de um *resort*, em frente ao povoado de Poxim. O projeto é comandado pelo grupo Itacaré, formado por brasileiros com capital estrangeiro. O valor inicial do investimento para implantação do hotel seis estrelas e condomínio é de 30 milhões de reais, podendo chegar a

100 milhões de reais (CORURIFE, 2009). Esses investimentos, tanto do setor público quanto privado, demonstram a valorização da região de Coruripe como pólo turístico.

A região também apresenta um potencial agroindustrial representado pela monocultura da cana-de-açúcar. Coruripe é o município alagoano com maior área agrícola e possui o maior canavial do Estado (ENCICLOPÉDIA..., 2006). A cana-de-açúcar está presente em Coruripe desde início do século XVIII, com o surgimento dos primeiros engenhos. As boas condições climáticas e o relevo favorecem o cultivo da cana, que se expandiu pelo município e ocupa atualmente mais de 9.000 hectares (CORURIFE, 2008). A grande produção canavieira é destinada a três usinas, com suas destilarias anexas. Uma é a Usina Coruripe, maior produtora de açúcar e álcool do Norte/Nordeste, a segunda é a Usina Guaxuma, do Grupo João Lira e a terceira é a Usina Pindorama (ENCICLOPÉDIA..., 2006).

A Cooperativa Pindorama é considerada uma iniciativa de sucesso que se iniciou a partir de um assentamento de agricultores e que vem obtendo êxito desde a sua fundação. Essa cooperativa, surgida em 1956 a partir da iniciativa do suíço-francês René Bertholet, foi criada com o objetivo de oferecer emprego e renda para as famílias da região, desenvolvendo a qualidade de vida das pessoas em uma comunidade autossustentável, diminuindo, com isso, o êxodo rural. Pindorama “é uma cooperativa comandada por pequenos agricultores, onde todos os cooperados, além de fornecedores de matéria prima são donos do negócio e participam dos lucros. É considerada a maior cooperativa agroindustrial do Nordeste” (CORURIFE, 2008, p. 71).

Além da cana-de-açúcar, existem lavouras expressivas de coco-da-baía, milho, feijão e produções menores de abacaxi e maracujá. Outras culturas complementam, de maneira tímida, a produção agrícola: amendoim, arroz, banana, goiaba, laranja, mamão, manga e melancia (todas relacionadas com a presença da Cooperativa Pindorama) (ENCICLOPÉDIA..., 2006).

A cultura do coco está presente na economia coruripense e conta com mais de 14 mil hectares de área plantada, além de um cadastro de 322 produtores (CORURIFE, 2008).

A pesca é uma das principais fontes de renda da população desse município, devido ao seu extenso litoral com mais de 35 km de mar, além da existência de rios e lagunas. Os pescados, principalmente o peixe serra, dourado, cavala e cioba, são vendidos na feira local e

nas proximidades da região (CORURIFE, 2008). Outros pescados encontrados em Coruripe são o bagre, cação, camarão, pescada, sardinha, tainha, vermelha e xaréu (ENCICLOPÉDIA..., 2006).

O artesanato, por sua vez, contribui significativamente com a renda familiar. Ele é baseado principalmente na confecção de produtos com palha de ouricuri, peças de fuxico, produtos da palha de bananeira, cestos de cipó e casca do coco. Existem associações de artesãs em alguns povoados do município, como em Pontal de Coruripe e na Lagoa do Pau.

Uma atividade econômica recente na região é a exploração de gás natural e petróleo, feita pela Petrobrás. A presença da Petrobrás no município é um elemento positivo para a economia local, pois Coruripe recebe *royalties* pela utilização de seu território, cujo valor anual é sempre maior que a receita tributária local (ENCICLOPÉDIA..., 2006).

Um grande entrave para economia local é o baixo nível de escolaridade dos moradores de Coruripe, pois, segundo o Anuário Estatístico de Alagoas, 46,64% da população residente não é alfabetizada, ou seja, quase metade da população (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE ALAGOAS, 2005). Essa realidade compromete a qualidade de vida de seus habitantes, uma vez que, com baixa escolaridade e sem qualificação existem poucas oportunidades de ocuparem um espaço no mercado de trabalho e com isso melhorar sua renda.

Existe um projeto para a construção do “maior estaleiro da América Latina” no Pontal de Coruripe. O Estaleiro EISA Alagoas S.A é um empreendimento orçado em R\$ 1,5 bilhão, e ocupará uma área de dois milhões de metros quadrados no Pontal de Coruripe. Inicialmente, o estaleiro construirá três navios e duas plataformas de petróleo por ano e renderá cerca de 4.500 empregos (Site coisas de Maceió, 2009, www.coisasdemaceio.com.br). No entanto, é questionável se esses empregos serão destinados à população de Coruripe em geral, pois é fato que para construir e manter um estaleiro são necessárias certas qualificações e especializações por parte dos trabalhadores. Nesse sentido, e devido ao baixo nível de escolaridade da população local, as oportunidades de trabalho serão direcionadas para pessoas de fora, que detenham uma formação necessária para ocupar as vagas oferecidas.

A construção de um estaleiro em um povoado como Pontal de Coruripe é altamente questionável também devido ao fato dos enormes impactos ambientais negativos que serão gerados na construção e funcionamento do estaleiro. A atividade pesqueira deste povoado,

que é responsável pela renda de boa parte de sua população, ficará seriamente comprometida com a construção do estaleiro. Os impactos ambientais causados pela construção do estaleiro repercutirão também de forma negativa no desenvolvimento turístico do povoado. A opção de investir no desenvolvimento de atividades econômicas que causem menos impactos ambientais e sociais, como é o caso do turismo com base local, poderia ser priorizada pelo poder público em conjunto com a população local que será afetada por esses empreendimentos. O estaleiro EISA já recebeu a sua Licença Prévia do Conselho Estadual de proteção Ambiental (CEPRAM).

Em relação aos aspectos culturais desse município, podemos destacar uma rica e diversa gama de manifestações culturais, representadas pelo folclore. Dentre as manifestações culturais encontramos o Reisado, Baiana, Guerreiro, Maracatu, Caboclinhos, Pastoril e Manoel do Rosário. Este último compõe-se de um grupo de mascarados que dançam ao som da banda de pífanos.

Há também a dança dos Quilombos, representação da luta entre caboclos ou índios com os negros. São personagens, o rei dos negros, rei dos caboclos, rainha Catarina, papai velho, espiã dos caboclos e vigia dos negros. “Os índios se apresentam de tangas, cocares, arcos e flechas. Os negros vestem calças curtas de mescla, camiseta branca e chapéu de palha, empunhando foices de madeira. O acompanhamento instrumental é feito ao som do “Esquenta Muié”, como é chamada a banda de pífanos” (ENCICLOPÉDIA..., 2006, p. 255).

Algumas festas são muito importantes para o povo coruripense. A maioria delas são comemorações relacionadas à religião católica. No Pontal de Coruripe, uma das mais importantes é a festa de Bom Jesus dos Navegantes, padroeiro do povoado, onde ocorre uma procissão de barcos. Outros eventos são: a festa de São Sebastião, no povoado de Barreiras, a festa de São José do Poxim, a festa de São Roque, a festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição, o carnaval e os festejos juninos.

A gastronomia é baseada nos diversos frutos do mar encontrados na região, como ostras, camarões, lagostas, peixes variados, principalmente a agulha, e moluscos como o maçunim, dentre muitos outros (ENCICLOPÉDIA..., 2006)

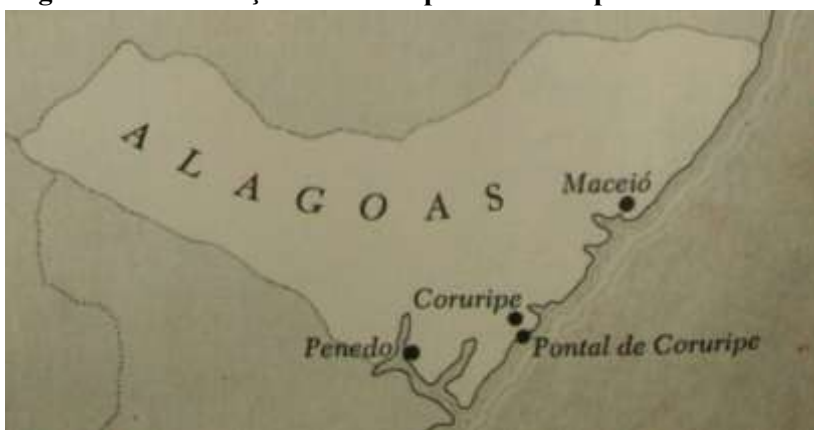
Diante de tão rico e variado patrimônio cultural, é paradoxal que não haja políticas públicas no município de Coruripe, voltadas para o desenvolvimento de uma oferta turística

também de base cultural para, juntamente com a exploração dos aspectos naturais, diversificar as possibilidades da experiência turística dos visitantes que demandam a esse município. E, assim, valorizar a cultura local

4.2 O Povoado de Pontal de Coruripe

Pontal de Coruripe fica a aproximadamente 90 km da capital do Estado, Maceió, com acesso pela AL-101 Sul. É um povoado praieiro, distante 6 km da sede do município, a cidade de Coruripe (figuras 5 e 6).

Figura 5 - Localização do município de Coruripe no estado de Alagoas.



Fonte: Forman, 1969.

No passado o povoado de Pontal de Coruripe era um povoado tradicional de pescadores, sobretudo de negros escravos que no fim de semana vendiam peixe salgado em Coruripe e Poxim. A pesca continua sendo uma atividade forte no povoado e fonte de renda de muitos moradores, além disso, a cultura pesqueira e marítima de Pontal pode ser considerada uma característica própria do lugar.

Figura 6 - Mapa político-administrativo do estado de Alagoas, indicando a localização do município de Coruripe/imagem de Pontal de Coruripe.



Fonte: Municípios de Alagoas: Município de Coruripe.. Disponível em: <http://maisalagoas.uol.com.br/mais.asp?id=coruripe>

O povoado sofreu transformações econômicas, políticas, sociais e culturais ao longo do tempo e, nas últimas décadas, tornou-se local de veraneio e de crescente atividade turística, sendo conhecido e reconhecido internacionalmente pelo seu sofisticado artesanato (Figura 7), produzido com a palha da palmeira ouricuri (*Syagrus coronata*), uma espécie que ocorre na região.

Figura 7 - Artesanatos produzidos pelas artesãs da Associação do Pontal de Coruripe.



Fonte: Autora, 2008.

O povoado e seus arredores apresentam grande beleza paisagística natural, como praias (Figura 8), lagoas⁸ e o rio Coruripe (Figura 9), que faz limite ao Sul com o povoado vizinho chamado Barreiras. A foz do rio Coruripe apresenta grande beleza, sendo um exemplo do potencial turístico que o lugar possui. Além da beleza natural da região, ela tem sido objeto de exploração acadêmica, pois é citada pelo historiador Jaime de Altavila como sendo as primeiras terras avistadas por Pedro Álvares Cabral em 1500 (AGENDA 21..., 2007), como foi mencionado em outra parte deste capítulo.

Figura 8 - Praia na foz do rio Coruripe. Figura 9 - Trecho do rio Coruripe.



Fonte: Coruripe. Prefeitura, 2009.



Fonte: Roos, 2005.

O principal rio que banha o município – rio Coruripe – tem as suas nascentes no município alagoano de Palmeira dos Índios. Depois de atravessar todo o Agreste alagoano, este rio deságua no Oceano Atlântico, entre os povoados de Pontal de Coruripe e Barreiras. O rio Coruripe já foi totalmente navegável no seu baixo curso, mas segundo a Agenda 21 Local, realizada em julho de 2007, devido à utilização sem planejamento ou gestão ambiental adequados, e como resultado também dos desmatamentos na sua bacia, inclusive da mata ciliar, sua navegabilidade foi severamente prejudicada.

⁸ Na realidade, trata-se de “lagunas” (pois há comunicação com o mar, contendo água salobra). Como são mais conhecidas regionalmente pelo termo “lagoas”, este termo será mantido neste trabalho, uma vez que não se trata de um estudo de geografia física.

Outro aspecto ambiental negativo desse rio é a poluição das suas águas, resultado em grande parte de administrações nos municípios drenados pelo rio que não adotaram as devidas medidas de proteção ambiental, inclusive a própria administração do município de Coruripe. Este problema tem prejudicado a criação de ostras em cativeiro que subsidia a renda de pescadores menos favorecidos dos povoados Pontal de Coruripe e Barreiras (AGENDA 21..., 2007).

Segundo a Usina Coruripe, devido à utilização das águas do rio em seus processos de fabricação de açúcar e álcool, a empresa vem realizando o monitoramento do rio Coruripe (Figura 10), implantando um sistema de gestão ambiental, com o objetivo de efetuar um trabalho de desassoreamento e uma recuperação das matas ciliares. Outra ação ambiental, adotado pela referida usina, é o projeto de reuso e tratamento de efluentes provenientes das suas atividades industriais, com o objetivo de reduzir o consumo de água diretamente do rio Coruripe.

Por outro lado, a Agenda 21 local ressalta que atualmente este rio vem recebendo intervenções humanas com a construção de uma represa com recursos privados da Usina Coruripe – o represamento da água servirá para irrigação na produção de cana-de-açúcar, que está sendo divulgado pelo Governo Federal, de maneira enganosa, como a solução para desenvolver regiões paupérrimas como o nordeste. Entretanto não podemos falar propriamente em desenvolvimento – pelo menos não no sentido de desenvolvimento sustentável –, com base nos processos agroindustriais geralmente ainda utilizados pelas indústrias de açúcar e álcool.

Figura 11 - Praia do Pontal de Coruripe.

Fonte: Coruripe. Assessoria de Comunicação, 2008.

Figura 12 - Igreja de Bom Jesus dos Navegantes.

Fonte: Autora, 2009

Em relação às manifestações culturais temos a capoeira e a caboclinha, que é uma dança que representa batalhas, caçadas e colheitas sob música leve e rápida de uma banda de pífanos. Essa manifestação cultural é de origem indígena, cujo primeiro registro é de 1558.

Dentre as festas populares temos a do padroeiro do povoado, Bom Jesus dos Navegantes, comemorada no dia 6 de janeiro com novenário, missas e procissão marítima (figuras 13 e 14). Essa é a única procissão marítima de todo o Estado de Alagoas.

Figura 13 - Procissão de barcos do Bom Jesus dos Navegantes padroeiro do Pontal de Coruripe.

Fonte: Coruripe. Assessoria de Comunicação (ASCOM), 2008.

Figura 14 - Multidão assistindo a procissão de barcos do Bom Jesus dos Navegantes.



Fonte: Coruripe. Assessoria de Comunicação (ASCOM), 2008.

O carnaval é uma festa muito animada no Pontal, pois nessa época o povoado recebe muitos veranistas que são atraídos pelo trio elétrico e alguns blocos carnavalescos, como o bloco da “Cobra Jararaca”.

O povoado apresenta algumas características dos tempos em que ainda era uma aldeia de pescadores, e talvez esse seja um dos grandes atrativos turísticos desse lugar.

Com base em observação em campo e entrevistas realizadas com moradores do Pontal de Coruripe, foi constatado que esse povoado é caracterizado pelo turismo de segunda residência. Isso está bem explícito em uma grande parte da orla marítima onde predominam os casarões de veraneio que atrapalham e dificultam o acesso à praia. O turismo de veraneio já estava presente no povoado antes da década de 1970. A grande maioria desses veranistas é proveniente da cidade de Arapiraca, localizada no Agreste alagoano. Atualmente muitas dessas residências foram vendidas ou estão à venda ou disponíveis para locação.

Segundo Lemos (1998), Pontal de Coruripe é hoje um balneário procurado, sobretudo por habitantes de cidades próximas tais como Arapiraca e Penedo. Na descrição do autor “o povoado cresce como resultado de uma espécie de compressão. Os nativos do Pontal instalados à beira mar ou nas ruas adjacentes vão sendo desalojados pouco a pouco pelo veranista e buscam a periferia mais distante da rua e das praias” (LEMOS, 1998, p. 269). O Pontal vai crescendo na direção do interior pela pressão dos veranistas e pelo avanço do mar.

4.2.1 A Comunidade do Pontal de Coruripe

A comunidade do Pontal de Coruripe situa-se às margens de uma bonita enseada, na qual deságua o rio Coruripe.

Essa comunidade tem origem indígena. No século XIX se somou à sua população uma parte dos escravos que trabalhavam nos antigos engenhos e que depois foram transformados em pescadores pelos seus senhores. Por isso, a maioria de sua população é composta por descendentes de escravos.

Em princípio, estes viviam em cabanas feitas da palha de ouricuri – daí nasce no lugar a prática do artesanato utilizando-se como matéria-prima a palha desta palmeira. Conforme afirma Lemos: “Ali se abrigavam por uns dias em cabanas de palha de ouricuri” (LEMOS, 1999, p. 268). Segundo relato dos moradores, até pouco tempo atrás muitos pontalenses ainda viviam em casas de taipa cobertas com a palha de ouricuri. As figuras 15 e 16 mostram habitações em Pontal de Coruripe nas décadas de 1960 e 1980.

Figuras 15 - Habitações do Povoado do Pontal de Coruripe na década de 1960.



Fonte: Forman, 1969

Figura 16 – Habitação do Povoado do Pontal de Coruripe na década de 1980.



Fonte: Ada Vigano, 1988

Segunda dados da Agenda 21 Local, (2007, p. 18) a população do Pontal é composta por 45% de pessoas pardas, devido à miscigenação brasileira, seguida da cor branca com 33%, por último com 24% provém à negra.

Segundo Lemos (1999), em 1873 o povoado de Pontal de Coruripe contava com 240 habitantes. Em 1969, quando ainda era uma aldeia de pescadores, o Pontal tinha 200 casas e uma população de 852 pessoas (FORMAN, 1969, p. 17). Hoje a população já ultrapassa os 3.000 habitantes. A Agenda 21 Local (2007, p. 17) contabilizou, com base em plantas fornecidas pela Prefeitura, um total de 903 residências no ano de 2007. Segundo dados obtidos no posto de saúde do Pontal de Coruripe, referentes ao mês de fevereiro do ano de 2010, o número de habitantes do povoado atualmente é de 3.400 pessoas.

No que diz respeito à produção do artesanato local, a maior parte das peças é composta por suas famosas cestarias e por diversos outros artefatos, todos confeccionados com palha de Ouricuri (Figuras 17, 18 e 19).

Figuras 17 - Peças de artesanato produzidas pelas artesãs do Pontal de Coruripe.



Fonte: Autora, 2009

Figura 18 – Artesanato do Pontal do Coruripe



Fonte: Autora, 2008.

Figura 19 – Peças diversas produzidas com a palha do ouricuri



Fonte: Autora, 2008.

A prática relacionada à confecção do artesanato local foi herdada dos índios e repassada de geração em geração. Essa atividade representa uma importante ocupação e fonte de renda para grande quantidade de moradores da comunidade do Pontal. As artesãs vendem/exportam seus produtos para outras cidades alagoanas, do Brasil e para o exterior, a exemplo da Holanda. Existe uma associação de artesãs em Pontal de Coruripe e um outro grupo de artesãs que não pertencem à associação. Ambos os grupos são bem organizados e lutam pelos seus direitos, assim como para viabilizar sua atividade. Além desses grupos, existe um grande número de artesãs autônomas.

4.2.1.1 As Artesãs do Pontal

O artesanato da palha de ouricuri, uma das principais atividades econômicas do Pontal de Coruripe, vem sendo passado de geração para geração, pois desde quando o povoado era apenas uma aldeia de pescadores já se tem registro dos artefatos da palha de ouricuri produzidos pelas artesãs locais. A transcrição abaixo mostra como há mais de 40 anos o trabalho das artesãs locais já envolvia diferentes gerações ao mesmo tempo (Figuras 20 e 21).

[...] “as mulheres do Pontal também tem seu trabalho especial. Você já viu as cestas que elas fazem? São muito lindas, em todos os tamanhos e formatos. Algumas são decoradas com desenhos alegres e coloridos. As cestas são feitas da palha das palmeiras que crescem em volta da aldeia. Eu sempre ajudo a minha mãe a buscar a palha e esticá-la no sol para secar. Junto com minhas irmãs e minha avó, a mãe trabalha a palha fazendo esteiras, chapéus cestas e bolsas. Todas as meninas em

Pontal sabem trabalhar a palha. Até minha irmãzinha Damiana, que só tem sete anos de idade, sabe fazer uma cesta”. (FORMAN, 1969, p. 55-59).

Figura 20 – Senhora idosa e crianças na porta de casa trabalhando a palha de ouricuri.



Fonte: Forman, 1969.

Figura 21 – Senhora trabalhando em casa com a palha de ouricuri



Fonte: Forman, 1969.

Esse trecho e as figuras acima foram extraídas do livro denominado “Bico” (escrito por um casal de americanos – uma jornalista e um antropólogo – que passaram um ano na comunidade). O livro conta a história de um menino filho de jangadeiro do Pontal e mostra fotos de mulheres trabalhando com a palha.

Naquele tempo (década de 1960), a palha de ouricuri era mais facilmente encontrada. Hoje, essa palha já não é encontrada na sua forma nativa com a mesma facilidade. A expansão da cana-de-açúcar e da agricultura de subsistência na região destruiu a vegetação na maior parte das áreas nas quais as palmeiras de ouricuri ocorriam naturalmente. Devido a isso, as artesãs têm ido cada vez mais longe, recorrendo a vendedores de palha de outros povoados para conseguir a matéria prima do seu trabalho. Atualmente, quem fornece a palha às artesãs da Associação do Pontal de Coruripe é a Usina Coruripe. A Prefeitura Municipal de Coruripe, em parceria com a Usina Coruripe, mantém uma plantação da palmeira de ouricuri na Fazenda Pontes. Segundo uma artesã, o plantio tem cerca de seis anos e já chegou à produção de 5.000 mudas.

Como foi mencionado acima, a comunidade do Pontal de Coruripe atualmente conta com dois grupos bem organizados de artesãs, além de muitas outras artesãs que trabalham de forma autônoma. Um desses grupos é a Associação das Artesãs de Pontal de Coruripe (figuras 22 e 23), que conta com 40 associadas. Dessas, 38 são moradoras do Pontal e apenas duas residem na sede municipal de Coruripe, localizada a aproximadamente quatro quilômetros de distância (informação colhida junto a artesãs da Associação).

Figura 22 - Entrada da Associação das Artesãs do Pontal de Coruripe.



Fonte: Araujo, 2008.

As artesãs contam que a Associação foi fundada há 10 anos. Um grupo externo à comunidade realizou uma grande encomenda (1.000 viseiras), a algumas artesãs do lugar, mas o prazo de entrega era muito curto. Por isso, algumas artesãs se juntaram para, trabalhando juntas, conseguir entregar o pedido no prazo estipulado. A partir desse momento, elas receberam vários incentivos da Prefeitura Municipal de Coruripe, como a doação de dois espaços físicos para que as artesãs pudessem produzir e comercializar os seus produtos. Um desses espaços localiza-se na praça do povoado do Pontal de Coruripe e o outro na beira da praia.

O artesanato local é comercializado tanto no próprio povoado, com a venda diretamente aos turistas que vão até Pontal, como também é vendido para outros estados e até mesmo outros países. No verão as artesãs vendem mais para os turistas. No inverno elas recebem encomendas e exportam para outros países como Holanda, Estados Unidos e França. Elas, tanto as associadas quanto as autônomas, também vendem em feiras que ocorrem em diversas partes do Brasil, às quais elas vão em grupos. Recentemente as artesãs locais receberam uma encomenda de uma loja de móveis e decoração muito conhecida (e cara) que tem lojas em várias partes do Brasil.

Figura 23 - Parte de trás da Associação das Artesãs do Pontal de Coruripe (orla marítima).



Fonte: Araujo, 2008.

Segundo as artesãs, o fluxo de turistas no Pontal enfraqueceu nos últimos anos. Por isso, elas afirmaram a necessidade de comercializar os produtos em lugares onde o fluxo de turistas é mais intenso. Assim, elas tomaram a iniciativa de participar de feiras em diferentes partes do Brasil, como forma de ter acesso a um mercado maior para os seus produtos.

Para fazer parte da Associação, é preciso antes de tudo saber as normas. O valor pago para se associar é de 10% da mercadoria produzida e exposta no ato da associação. Além disso, é cobrada uma taxa de 15 reais por mês de cada associada. Cada uma é responsável por suas peças, ou seja, cada uma ganha o que produz. Somente quando há encomendas mais volumosas que elas se reúnem para produzir juntas. Os lucros são divididos equitativamente entre elas. Há uma grande variação no que diz respeito à idade das artesãs que participam da Associação. A artesã mais nova tem 18 anos de idade e a mais velha – Dona Maria da Luz – tem 62 anos.

Para produzir os artefatos do artesanato em Pontal de Coruripe, as artesãs utilizam além da palha de ouricuri, o papel celofane e a anilina, esta para tingir a palha. A Usina Coruripe, além de fornecer a palha para Associação das artesãs, funciona como intermediária, fazendo os contatos para que as mesmas exponham seus produtos nas feiras que ocorrem não só no estado de Alagoas como em outros estados do Brasil, como mencionado anteriormente. Além disso, a Associação das Artesãs do Pontal de Coruripe ganhou recentemente um computador da Usina Coruripe, um equipamento que pode ajudar a Associação de várias formas.

Existem outras instituições que ajudam a Associação das Artesãs, como é o caso do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que oferece oficinas sobre *design* relacionado à fabricação das peças de artesanato. Por seu turno, a Prefeitura de Coruripe ajuda com a organização de feiras para as artesãs poderem expor e comercializar os artesanatos.

Recentemente, as artesãs da Associação receberam um prêmio, concedido pelo SEBRAE chamado “Top 100 do Artesanato”. Esse prêmio distingue as 100 unidades produtivas de artesanato mais competitivas do Brasil. Essa premiação parece indicar que todo o esforço que as artesãs locais vêm desenvolvendo, com os devidos apoios, tem contribuído para abrir novas perspectivas comerciais para os seus produtos, o que deverá se refletir na sua renda.

Segundo uma das artesãs, as vendas estão melhorando e num mês de boas vendas dá pra ganhar de 1 à 2 salários mínimos. Mas as artesãs almejam ter a capacidade de criar um capital de giro para poder investir ainda mais na produção, ou ter alguma garantia de tirar uma renda fixa, como um salário mínimo todo mês. Algumas artesãs trabalham em outros lugares, mas a maioria vive exclusivamente do artesanato. Para essas últimas, é importante que consigam estabelecer uma renda mais constante de tal forma que não dependam tanto da sazonalidade do turismo.

Em relação ao processo de produção do artesanato em Pontal de Coruripe, ele começa com a folha da palmeira sendo desfiada. Depois ela é posta para secar (Figuras 24 e 25) durante quatro ou cinco dias (depende da época do ano). Ao final desse período de secagem, a palha já esta pronta pra ser trabalhada.

Figura 24 - Feixes de palha que são comprados de cidades e povoados próximos do Pontal de Coruripe.



Fonte: Araújo, 2008

Figura 25 - Palhas secando em uma calçada do povoado do Pontal de Coruripe.



Fonte: Autora, 2008.

O outro grupo de artesãs que trabalham em conjunto é denominado de Pontal Arte. Esse grupo surgiu de uma dissidência da Associação das Artesãs do Pontal de Coruripe. Inicialmente, elas abriram uma lojinha na parte de trás de um casarão antigo – chamado localmente de Casarão do Pontal (Figura 26) –, que fica localizado ao lado da Igreja principal do lugar. Atualmente, este grupo de artesãs conseguiu um espaço no terminal de informação aos turistas para vender seus artesanatos. O grupo é formado por oito mulheres e no total são 10 artesãs que expõem seus trabalhos nesse novo espaço.

Figura 26 - Antiga lojinha de artesanato do grupo de artesãs Pontal Arte.



Fonte: Autora, 2008.

Elas vendem seus artesanatos para turistas que visitam Pontal de Coruripe, com uma predominância de turistas procedentes de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Além disso, as artesãs informaram que também recebem encomendas. Assim como no caso da Associação das Artesãs do Pontal de Coruripe, cada artesã do grupo Pontal Arte é responsável pela produção das suas peças e, no caso de encomendas, os lucros são divididos, uma vez que todas trabalham coletivamente para atender às encomendas maiores.

O Pontal Arte recebe ajuda da Agência de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável de Coruripe (ADELISCO). A Prefeitura também convida as artesãs do Pontal Arte para participarem das feiras que acontecem dentro e fora do estado de Alagoas, de forma semelhante ao apoio fornecido também às artesãs da Associação das Artesãs do Pontal de Coruripe. Esse apoio é de grande importância uma vez que essas artesãs vivem exclusivamente do artesanato e reclamam da dificuldade de adquirir a palha para a confecção das peças.

Apesar do apoio que as artesãs que não participam da Associação vêm recebendo, elas ainda enfrentam certa dificuldade relacionada à falta de um meio de transporte para levar as mercadorias para as feiras e para entrega das encomendas. Esse é um problema que pode paradoxalmente se tornar mais grave se houver um aumento na demanda pelo artesanato local.

Um problema sério que as artesãs do grupo Pontal Arte têm enfrentado é que a palmeira de ouricuri não é mais encontrada com tanta facilidade nas áreas imediatamente circunvizinhas ao Pontal de Coruripe. Ela ainda é encontrada nos arredores do povoado, como é o caso da estrada de terra que liga o Pontal de Coruripe à Lagoa do Pau, povoado vizinho.

A percepção das entrevistadas é que a palmeira de ouricuri é muito resistente, ou seja, ela se adapta a diferentes ecossistemas. Por exemplo, ela ocorre tanto na parte de cima, isto é, nos tabuleiros costeiros, mas ocorre também na planície litorânea, em áreas próximas às praias. De forma semelhante à percepção das demais artesãs – as que participam da Associação –, apontam a monocultura da cana-de-açúcar como uma das principais responsáveis pela redução na ocorrência dessa palmeira na região.

Segundo essas artesãs, o que ainda resta dessa palmeira no povoado e nas proximidades não dá para o consumo, ou seja, não é suficiente para a produção e a comercialização do seu artesanato diante de uma demanda crescente, impulsionada pelo apoio em relação a um melhor acesso ao mercado proporcionado pelo trabalho da Prefeitura e da Adelisco.

Há um grande número de artesãs autônomas no Pontal de Coruripe (figuras 27 e 28). Algumas dizem preferir trabalhar sozinhas, pois se sentem mais livres para comercializar suas peças e ter o retorno financeiro imediato, já que geralmente na Associação as artesãs precisam esperar alguns dias para receber o dinheiro das suas vendas. O acesso imediato ao dinheiro das vendas é importante para essas artesãs uma vez que algumas delas complementam a renda familiar com a venda dos artesanatos, enquanto outras são responsáveis pela única renda da família. Essa situação indica o papel central que o artesanato da palha de ouricuri desempenha na subsistência de inúmeras pessoas do Pontal de Coruripe.

Figuras 27 - - Artesãs autônomas do Pontal de Coruripe, na década de 1980 .



Fonte: Ada Vigano

Figura 28 – Artesã autônoma do Pontal de Coruripe no ano de 2008.



Fonte: Autora, 2009.

Muitas artesãs desenvolveram a estratégia de se deslocar para outros lugares nos quais o fluxo de turistas é maior, com o objetivo de incrementar a venda de suas peças. Outras artesãs preferem vender para intermediários, os quais, por sua vez, revendem os produtos para feiras e lojas de Maceió e de outras cidades. Assim, o apoio que as artesãs locais têm recebido da Adelisco e da prefeitura de Coruripe contribui muito para a abertura de maiores possibilidades de vendas do artesanato local. Como a demanda turística de Pontal de Coruripe é marcada por forte sazonalidade, o deslocamento das artesãs a outros lugares para comercializar os seus produtos contribui para o aumento da renda auferida por elas. Nesse contexto, é necessário que haja um maior apoio institucional para as artesãs autônomas, de tal maneira que elas possam explorar de forma mais plena sua própria capacidade de trabalho e de comercialização do artesanato. O acesso a maiores oportunidades de venda pode gerar mais ocupação e renda para as artesãs locais, gerando maior impacto positivo na sua qualidade de vida.

4.2.1.2 A Pesca no Pontal

A pesca é uma das principais atividades socioeconômicas do Pontal de Coruripe. A pesca responde por boa parte da renda dos moradores do lugar. Historicamente essa atividade sempre foi, e ainda é, uma das características mais marcantes do povoado, compondo grande parte do patrimônio cultural local.

A atividade pesqueira tem sido de grande importância para esse lugar desde o tempo dos índios Caetés. Parte da cultura da pesca foi passada pelos índios aos negros que trabalhavam nos antigos engenhos, os quais a adotaram como parte decisiva da sua subsistência. Na realidade, muitos negros já eram afeitos à vida de pescador. Assim, logo após a abolição da escravidão, os negros passaram a explorar a atividade como principal meio de subsistência.

Assim, desde há muito tempo os artefatos de pesca encontram-se presentes em Pontal de Coruripe, constituindo-se em elemento central na definição da paisagem do ambiente praiado (Figura 29). Segundo Lemos (1999, p. 28)

A origem do Pontal está ligada a um arruado de pescadores que foi crescendo através do tempo. O lugar era próprio e a pesca abundante. A baía protegida por arrecifes era ideal como ancoradouro para toda sorte de embarcações. Primeiro os índios, senhores daquelas praias ali viviam e dali tiravam seu sustento. Depois foram vindo os negros.

Figura 29 - Jangadas na praia do Pontal de Coruripe no ano de 1969.



Fonte: Forman, 1969.

Há alguns anos o Pontal ainda era uma pequena aldeia de pescadores, na qual a maioria dos seus habitantes tinha alguma relação de parentesco. Nessa época, os pescadores de Pontal só pescavam em jangadas e saíam para o mar aberto, se distanciando mais de 50 quilômetros da costa (FORMAN, 1969, p. 35). Esse registro foi extraído do livro “Bico” que descreve como eram construídas as jangadas naquele tempo (Figuras 30, 31 e 32)⁹:

[...] velho Capilé faz todas as jangadas, usando madeira que vem nas carroças de boi, do outro lado do vale... [...] ele nos deixa ver o trabalho que faz, e as vezes até deixa ajudar na construção da jangada. É fácil fazer uma jangada. Juntam-se oito pranchas roliças de balsa, presas com pregões de madeira. Depois, no meio coloca-se o mastro. Em seguida monta-se a vela, o banco do capitão, uma plataforma para salgar o peixe e um cesto para guardar o peixe. Capilé diz que nunca se deve usar pregos ou parafusos de metal na jangada. Eles enferrujam e machucam a madeira. Até a ancora é feita de galhos torcidos e amarrados com uma pedra pesada no meio (FORMAN, 1969, p. 32-35).

Figura 30 - Homens construindo jangada.



Fonte: Forman, 1969

Figura 31 - Velho Capilé.



Fonte: Forman, 1969

⁹ Esse tipo de jangada não existe mais no lugar; foram substituídas por “jangas”, construídas com pranchas de madeira composta atualmente usada na construção naval.

Figura 32 - Ferramentas utilizadas na construção das jangadas.



Fonte: Forman, 1969.

A vocação pesqueira e a relação com o mar conferiu a Pontal de Coruripe certa tradição na construção de barcos de médio e pequeno calado (LEMOS, 1999, p. 269). Infelizmente, essa tradição não se encontra mais presente no lugar, constituindo-se, portanto, em grande perda para a cultura local uma vez que a pesca é um elemento central da comunidade em questão.

Um morador do Pontal, durante reunião de grupo focal, descreve como era realizada a pesca naquele tempo:

[...] o botezinho de remo que era menor, que era uma jangada menor. Agora essa jangada que era feita de pau também servia pra... eles passavam o dia lá, tanto que a gente comia um peixe que hoje ninguém pode comer que é o ‘salpreso’, que não tinha gelo nem nada eles salgavam, tinha uma salgadeira na jangada, e eles tiravam os peixes pescados e salgavam com sal grosso e passava 2,3 dias, não sei quantos dias ali e depois vinham. Era gostosíssimo, quem tem pressão alta não pode comer que é sal puro, viu? Mas gostoso. É bom demais!” (Morador do Pontal de Coruripe, 2008) (figuras 33 e 34).

Figuras 33 - Velho pescador do Pontal de Coruripe, observando o mar



Fonte: Forman, 1969.

Figura 34 - Antigos pescadores do Pontal de Coruripe em atividade.



Fonte: Forman, 1969.

Antigamente era frequente a pesca feita através de grandes arrastões puxados manualmente, ou seja, com a participação de muitos moradores do povoado. Cada um desses puxadores ganhava um “quinhão” dos peixes capturados (Figuras 35 e 36). Outra forma antiga de pesca citada pelos moradores era com a “redinha” na praia, realizada por duas pessoas.

Figura 35 - Arrastão.



Fonte: Forman, 1969.

Figura 36 - Cada um recebia o seu “quinhão” de peixes.



Fonte: Forman, 1969.

Segundo comentários realizados por participantes da reunião de grupo focal, hoje em dia esse tipo de arrastão é raro. Atualmente a pesca é realizada através da rede de arrasto puxada por barco a motor. Esse tipo de pesca começou no Pontal do Peba (povoado localizado no município de Piaçabuçu, a aproximadamente 30 km de Pontal de Coruripe) e foi sendo adotado pelos pescadores do Pontal de Coruripe, segundo o relato de um morador. O barco a motor conta com a ajuda do “caíque”, que é um barquinho menor a motor que transporta o material usado na pesca, da praia até os barcos (figuras 37 e 38) e dos barcos até a praia quando os pescadores retornam do mar.

Figura 37 – Os caíques

Fonte:

Figura 38 – Barco de pesca

Segundo descrição de um morador, a pesca no Pontal atualmente é praticada, de maneira geral, da seguinte forma:

[...] Eles jogam a rede e faz um círculo, eu já fui pescar, por isso que eu sei, aí eles ficam rodando em torno de duas, três horas ou mais. Eles botam a rede lá no fundo do mar com os pesos e vai arrastando e depois de um certo tempo levanta isso e vem com camarão e peixe (Médico, morador do Pontal).

Esse mesmo morador chama a atenção para a questão da diminuição de certos pescados no Pontal com o passar do tempo, como é o caso do peixe serra, que atualmente é dificilmente encontrado nas águas do Pontal de Coruripe. Lemos (1999, p. 269) se refere à beleza da pesca de serras no povoado:

[...] Há anos atrás, o Pontal oferecia o espetáculo grandioso e cinematográfico da pesca de serras que vinham comer na baía mansa do Pontal. Eram inúmeras redes gigantes de arrastão que se revezavam na pesca da serra com a ajuda da comunidade pobre que participava pelo pagamento de peixe .

De uma forma geral, os moradores locais afirmam que no passado havia maior fartura de pescado. Quando os pescadores retornavam do mar com o resultado do seu trabalho, grande quantidade de pessoas afluía à praia para observar o desembarque dos peixes capturados, assim como para a realização dos trabalhos de pesagem, repartição e venda (figuras 39 e 40).

Figura 39 e 40 - A comunidade do Pontal participando da pesca.



Fonte: Forman, 1969.



Fonte: Forman, 1969.

Segundo os moradores locais, a redução dos estoques pesqueiros nos últimos anos pode estar associada ao aumento da população do Pontal e conseqüentemente ao aumento do consumo. Para outros está relacionada à grande quantidade de barcos pesqueiros que têm o Pontal de Coruripe como base operacional, e que são responsáveis por uma exportação intensa do pescado. Como afirma uma artesã, moradora e natural de Pontal de Coruripe: “Antigamente não tinha muito barco pra pegar tanto, hoje tem”, em uma afirmação direta ao aumento do número de barcos de pesca operando no lugar.

Em determinados períodos, de maior piscosidade, podem ser encontrados até mesmo barcos de outros lugares que vêm pescar na região.

Atualmente, a maior parte do camarão pescado é vendida para atravessadores que vêm de cidades de outros estados, como Recife, Natal e Aracaju, segundo relato dos moradores na reunião de grupo focal. Existem três qualidades de camarão no Pontal: o espigão, o sete barbas e o branco, sendo este último também conhecido como vilafranca (Figuras 41 e 42).

Figuras 41 - Pescadores descarregando os camarões.



Fonte: Casanovas, 2008

Figura 42 - Cestos cheios de camarões



Fonte: Araujo, 2008.

Dentre as espécies de peixes capturados atualmente no Pontal os moradores citaram o espada, boca-mole, coróque, carapicu e sardinha. As figuras 43 e 44 abaixo apresentam aspectos do pescado desembarcado em Pontal de Coruripe. Um aspecto que chama a atenção de imediato é como os peixes nessas figuras são significativamente menores do que os peixes pescados no passado, como mostrado em figura anterior.

Figuras 43 - Cesto de peixes e camarões **Figura 44 - Espécies de peixes pescados no Pontal.**



Fonte: Araújo, 2008.



Fonte: Araújo, 2008.

A Colônia de Pescadores Z-10 do Pontal de Coruripe foi fundada no dia 05 de janeiro de 1921 pelo Dr. Castro Azevedo e pelo Sr. Capitão dos Portos Tenente Aníbal da Gama. É uma colônia organizada, presidida atualmente pelo Sr. José Arnaldo Araújo e composta por 300 associados não só do Pontal, mas também de Barreiras, Miaí, Lagoa do Pau e Poxim, todos povoados vizinhos que também apresentam perfil pesqueiro.

A Colônia Z-10 conta com 20 barcos de grande porte e 10 de pequeno porte. Além da pesca, a colônia desenvolve cultivos de ostras e mariscos que estão localizados no rio Coruripe.

A Colônia de pescadores Z-10 é um núcleo agregador da comunidade e presta muita assistência ao pescador associado e sua família. Em épocas de defeso¹⁰, nas quais cessa o período de pesca (acontece duas vezes no ano), o pescador associado tem direito a receber uma ajuda de custo garantida pelo governo federal.

Portanto a pesca no Pontal de Coruripe é muito mais do que uma atividade econômica, ela é essencialmente um modo de vida, uma característica marcante da cultura local. É um ofício transmitido de pai para filho, que embora não esteja sendo seguido pela maioria dos jovens pontalenses, pois hoje em dia estes últimos almejam exercer outras profissões, mesmo assim a pesca ainda é reconhecida por seus habitantes, pela sua grande importância na vida social, na economia e história do povoado do Pontal de Coruripe.

¹⁰ Período de defeso é o período em que as atividades de caça, coleta e pesca esportivas e comerciais ficam vetadas ou controladas em diversos locais do território nacional. Este período é estabelecido pelo IBAMA de acordo com o tempo em que os crustáceos e peixes se reproduzem na natureza. Visa preservação das espécies e a fruição sustentável dos recursos naturais. Os pescadores artesanais recebem do governo proventos em dinheiro durante a época em que não podem obter renda da pesca por impedimento legal.

5 MUDANÇAS ESPACIAS, SOCIOCULTURAIS E RESILIÊNCIA CULTURAL EM PONTAL DE CORURIBE

O presente capítulo procura elucidar as questões de pesquisa, tendo por base o referencial teórico que foi adotado no estudo e a realidade encontrada no povoado do Pontal de Coruribe.

Inicialmente são identificadas, descritas e analisadas mudanças ocorridas em Pontal de Coruribe, tanto em função do processo de turistificação do lugar, quanto do crescimento populacional pelo qual o povoado passou nas últimas décadas. Tais mudanças geraram uma nova organização espacial e a conseqüente transformação das paisagens locais. Em seguida, é realizado um examine sobre como a população residente percebe e responde à inserção da atividade turística no seu povoado. A última parte do capítulo analisa-se, com base no conceito de resiliência cultural, as mudanças pelas quais o Pontal de Coruribe vem passando, como resultado da inserção do turismo no lugar.

Para a análise de tais mudanças, foram selecionadas, dentre outras informações, falas colhidas junto a moradores locais, buscando-se elucidar se há alguma evidência de resiliência cultural por parte dos moradores, em relação às mudanças desencadeadas pelo turismo na comunidade.

5.1 Mudanças espaciais, ambientais e sócio-econômicas no povoado do Pontal de Coruribe

O povoado do Pontal de Coruribe passou por algumas mudanças espaciais, ambientais e sócio-econômicas nas últimas décadas. Essas mudanças não foram geradas exclusivamente pelo turismo, porém essa atividade apresenta uma parcela significativa de contribuição no processo de mudanças que tem afetado esse povoado ao longo dos últimos anos, particularmente nas duas últimas décadas, com uma intensificação na década de 2010, apesar de as primeiras casas de veraneio terem sido construídas no lugar há mais de 50 anos.

O Pontal de Coruribe é caracterizado do ponto de vista socioeconômico principalmente pela pesca. A atividade pesqueira, como já foi mencionado anteriormente, faz parte da história de formação desse lugar e representa, ainda hoje, a principal fonte de renda da população pontalense.

Essa antiga vila de pescadores, de raízes culturais arraigadas, de estilo rústico, chãos de areia, casas de taipa, tornou-se atrativa turisticamente para veranistas que construíram suas casas cada vez mais próximas ao mar. Existe até mesmo uma rua cujo nome é Arapiraca, na qual se concentra a maior parte das casas de veraneio, cuja grande parte dos proprietários é proveniente da cidade de Arapiraca, localizada no agreste alagoano, a aproximadamente 80 km de distância.

O tipo de turismo que predominava inicialmente em Pontal de Coruripe era o de segunda residência ou veraneio. A residência secundária ou segunda residência é um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporadas de férias. Tulik (1995, p. 21) conceitua residência secundária como “... um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente num outro lugar”.

Atualmente, o turismo de massa e de veraneio se constitui em principal causa das mudanças impostas pelas atividades antrópicas nas zonas costeiras tropicais. Na perspectiva de Vasconcelos (2005), um dos riscos antrópicos causados pelo turismo e o processo de ocupação da zona costeira está relacionado com:

[...] a migração populacional que ocorre em direção aos pequenos núcleos de pescadores, que tornam-se alvo das populações economicamente mais ricas que buscam esses lugares para instalação de segundas residências. Esse fenômeno é um processo mundial que teve início nas primeiras décadas do século XX e se consolidou após a Segunda Grande Guerra. No Brasil, tornou-se quase natural a partir das décadas de 1960 e 1970. Esse processo de antropização provoca um primeiro impacto, ou seja, o fenômeno de descaracterização do litoral através da não-litoralização das populações exógenas que não adquirem os hábitos espontâneos tradicionais do local no que diz respeito à pesca, à maricultura, ao artesanato e a culinária (VASCONCELOS, 2005, p.88).

Assim, se o lugar não tiver capacidade de se opor de alguma forma a tais influências é quase inevitável que haja uma profunda descaracterização dos seus traços socioculturais tradicionais.

Segundo alguns moradores do Pontal, o turismo de segunda residência já é antigo no povoado, pois como mencionado acima as primeiras casas foram construídas há mais de 50 anos. Alguns relatos extraídos das entrevistas realizadas com os moradores do lugar demonstram esse fato:

Naquele tempo no Pontal que era pequeno pra hoje aqui é uma cidade, antigamente era interior, hoje tá muito mudado do que era, mudou muita coisa aqui, veio gente de fora, tá tudo diferente. O Pontal naquele tempo não era calçado, era areia, era muito coqueiro, mangue. Foram construindo muita casa, veio muita gente de fora. Aqui quem vem é mais o povo de Arapiraca e os usineiros (aposentado, 53 anos, morador e natural do Pontal de Coruripe).

Sempre veio muito veranista, desde a minha infância (costureira, 50 anos, moradora e natural do Pontal de Coruripe).

O processo de ocupação do solo pelas casas de veraneio foi acompanhado por diversas mudanças sócio-espaciais no povoado do Pontal de Coruripe. A principal mudança foi uma profunda reorganização do território nas terras localizadas próximas ao mar. Houve uma desterritorialização dos antigos moradores (pescadores) e a territorialização dos veranistas, o que se refletiu na morfologia da paisagem urbana local. Um dos efeitos dessa nova configuração espacial foi a transferência de grande parte da população nativa para áreas mais desfavoráveis e mais distantes da praia. Porém essas mesmas famílias permaneceram no povoado, se fixando em áreas mais afastadas.

A permanência dessa população no povoado mostra que as mudanças espaciais provocadas pela construção de segundas residências foram motivadas principalmente pela questão financeira, pois a valorização de áreas próximas à praia provocou uma intensificação do uso da terra, facilitando a especulação por parte dos promotores imobiliários.

Ao comentarem esse tipo de reorganização territorial sob a influência do turismo, Archer e Cooper (1998, p. 88) argumentam:

Os donos de terra locais são incentivados a vender a sua propriedade, e o resultado é que, embora possam obter ganhos a curto prazo, no final a única coisa de que eles dispõem é de seu trabalho de baixa remuneração. Na verdade a maior parte do benefício decorrente da elevação dos preços da terra é recebida pelos especuladores, que compram a terra dos proprietários anteriores antes de ela ter sido designada para um empreendimento turístico.

Esse tipo de situação foi descrita em um diagnóstico da Agenda 21 local sobre a comunidade do Pontal de Coruripe, realizada no ano de 2007. Segundo a Agenda 21... (2007, p. 15),

Os moradores nativos são obrigados a saírem de suas casas para outras em direção ao continente, pois além dos veranistas alagoanos, há uma grande procura por parte dos imigrantes europeus, que chegam nesta região e compram, com moeda forte, encarecendo a vida pacata deste balneário.

O aumento do custo da terra, assim como do custo de vida em geral, que decorre da turistificação de lugares tropicais localizados em países subdesenvolvidos exige a criação de políticas públicas voltadas à salvaguarda dos interesses comuns das localidades envolvidas. Sem tais políticas, o argumento segundo o qual o turismo vai gerar desenvolvimento local tem freqüentemente sido negado pelo “teste da realidade”, ou seja, a turistificação de lugares pequenos como Pontal de Coruripe tem levado ao surgimento de muitos problemas para os seus moradores antigos.

Os relatos abaixo, extraídos das entrevistas realizadas com moradores do Pontal, fornecem evidências de que a re-organização territorial local está afastando os antigos moradores das terras contíguas ao mar:

[...] as pessoas daqui sempre venderam casas pro pessoal de fora, vendia a casa deles mais cara e comprava outra boa (Doméstica, 49 anos, moradora e natural do Pontal).

[...] não tem aquela chá¹¹, quando vem de lá pra cá? Não tem aquelas casas novas? Ali a maioria do povo que mora ali é do Pontal. Eles moravam perto do mar. Mas às vezes a casa era dos pais, ai os filhos vendem pra dividir a herança (Artesã, 55 anos, moradora e natural do Pontal de Coruripe).

Fica assim evidente que uma parte da população que morava perto do mar foi deslocada para casas afastadas da praia, localizadas na estrada de acesso ao povoado. É um conjunto habitacional (Figura 45) que foi construído inicialmente para assentar famílias que moravam em área de risco, e que perderam suas casas por causa da chuva.

¹¹ Área mais elevada nas proximidades de áreas de terras baixas. Nesse caso, as terras mais elevadas no início do tabuleiro do Pontal de Coruripe, após se vencer o aclive entre a planície litorânea e os tabuleiros próximos.

Figura 45 - Conjunto Novo, mais conhecido pelos moradores do Pontal como “Quilombo”. Habitações construídas para as famílias que perderam suas casas e que moravam próximas ao mar.



Fonte: Araújo, 2008.

Outra parte da população que morava em terras localizadas próximas à praia, em área estratégica para os pescadores terem acesso ao mar, foi deslocada para a porção sul do Pontal, chamada pelos moradores locais de “parte mais antiga do povoado”. Nessa área localizam-se os lugares localmente denominados de Maruim e Vila Estado. Estes dois lugares são considerados pelo Plano Diretor do Município de Coruripe como Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS), por serem caracterizadas como assentamentos precários ocupados por populações de baixa renda. Portanto, pelo menos parcialmente, a turistificação de Pontal de Coruripe, juntamente com os benefícios econômicos, tem contribuído para a geração de territórios de exclusão. Esse fato choca-se frontalmente com o argumento de que o turismo está sendo usado no estado para se buscar o desenvolvimento local sustentável, argumento facilmente identificável em documentos oficiais e no discurso veiculado em diversos tipos de mídia. Essa análise parece proceder uma vez que esses dois lugares – Maruim e Vila Estado – são considerados por alguns moradores locais como a favela do Pontal.

Em condições semelhantes, existe também a rua da Crôa, localizada um pouco mais próximo à praia, em relação aos dois lugares mencionados acima. Na rua da Crôa, encontra-se grande concentração de casas de antigos moradores do Pontal que foram deslocados para essas novas áreas, tanto pelo processo de avanço do mar como pela construção de segundas residências. Além dos moradores antigos, a maioria dos novos moradores que vieram para o

Pontal fixou residência nessas áreas de baixa qualidade de vida urbana, principalmente em Maruim e na Vila Estado. São áreas carentes de infraestrutura sanitária, onde o lixo e o esgoto a céu aberto são problemas que afetam a todos os moradores.

Devido à inexistência de infraestrutura sanitária no povoado, o esgoto é despejado na rua atingindo o rio e a praia, causando diversos tipos de doença à população. Esses problemas foram acentuados de certa forma pelo processo desordenado de ocupação, sendo este caracterizado pela concentração de moradores em áreas menos valorizadas do que, por exemplo, as áreas ocupadas pelas segundas residências que, no entanto, permanecem vazias a maior parte do ano.

Além da forte especulação imobiliária que vem sendo praticada nas áreas próximas à praia, podemos destacar outro problema encontrado no Pontal, associado à construção das segundas residências. Trata-se de grande parte da orla da praia que foi fechada por essas casas, dificultando o acesso dos moradores e turistas à praia, portanto áreas da União e, por extensão, públicas, bens comuns ou coletivos.

Além da reconfiguração do território para atender exclusivamente os interesses de pessoas externas à comunidade, a urbanização turística por casas de veraneio ao longo da praia levou ao impedimento de contemplação da paisagem marítima para quem está no povoado, uma vez que o padrão de construção utilizado pelos veranistas funciona como um tamponamento da visão do mar, por parte de quem caminha nas ruas internas do povoado, mesmo naquelas relativamente próximas ao mar. Em muitos casos, o acesso à praia é feito através de estreitos corredores que são utilizados, devido a um costume antigo de alguns pescadores do povoado, como ‘banheiro’, o que pode ser visto na Figura 46. Observe-se também nessa imagem o pouco que se poder ver da paisagem marítima, ao final do corredor.

Figura 46 - Um dos acessos à praia, feito através de corredores, entre as casas de veraneio.



Fonte: Araújo, 2008.

Atualmente o Pontal de Coruripe encontra-se muito alterado em sua configuração espacial, se comparado, por exemplo, com o ano de 1969, quando foi publicado o livro “Bico” (FORMAN, 1969), cujas imagens do lugar foram apresentadas no Capítulo 4 desta dissertação. Assim, diferentemente dos aspectos locais retratados no livro há 41 anos, o povoado de Pontal de Coruripe não é mais apenas uma simples comunidade de pescadores, com área muito pequena. Agora, muitas de suas ruas de areia encontram-se calçadas e suas casas de taipa foram substituídas pelas casas de alvenaria.

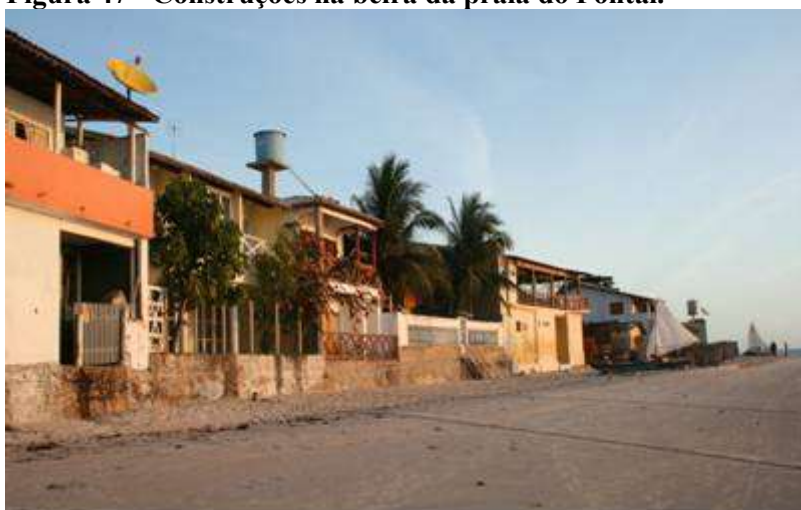
Entretanto, a despeito de tais mudanças pelo qual o lugar passou, ao se andar pela comunidade constata-se depois de algum tempo que o lugar ainda preserva muitas características socioculturais dos tempos antigos, tais como a pesca, o artesanato e a tranquilidade. Tais características o tornam atrativo turisticamente não só para veranistas, mas também para vários outros tipos de turistas. Essa atratividade se estende a usos recreacionistas por parte de pessoas das cidades e regiões circunvizinhas, que se deslocam até o lugar e retornam a seus locais de residência no mesmo dia, portanto sem gerar um pernoite.

De maneira geral, o turismo de segunda residência ainda é o responsável pela vinda da maior parte dos turistas para o povoado. Porém o Pontal está passando por um processo de crescente divulgação e investimento do setor turístico. Por isso, atualmente verifica-se uma tendência ao aumento do número de pessoas que visitam o lugar, de turistas provenientes não só do estado de Alagoas, como de outros estados e países.

Devido a isso, a infraestrutura turística do povoado vem aumentando e se aprimorando para receber melhor aos turistas. Essas construções também vêm desempenhando um papel na reorganização da paisagem local – juntamente com as segundas residências – de forma lenta e gradual, configurando novos referenciais à população pontalense. Dessa forma, o turismo acontece apropriando-se dos lugares, dos equipamentos urbanos e das estruturas próprias das atividades locais direcionadas aos moradores do lugar. Como resultado, dependendo da existência ou não de controles internos sobre a turistificação, sobretudo por parte de políticas públicas, os lugares que se tornam território da função turística mudam ao longo do tempo, a um ritmo e escala muito mais amplos do que ocorria no passado, sem o turismo. É o que está acontecendo em Pontal de Coruripe.

O desenvolvimento de infraestrutura turística no Pontal teve impactos ambientais, socioculturais e paisagísticos, principalmente nas proximidades da praia devido à construção das segundas residências. Há 40 anos, a faixa litorânea do Pontal era composta principalmente por extenso coqueiral, “casas de rede” (local aonde eram guardadas as redes, as jangadas e os demais apetrechos de pesca), algumas habitações e pela antiga Igreja de Nossa Senhora da Penha, que foi destruída pelo avanço do mar. Ao longo das décadas de 1990-2010, essa faixa litorânea foi sendo gradativamente ocupada por restaurantes, pousadas e residências de alvenaria, de propriedade de pessoas de fora da comunidade, mas também de pessoas do lugar (Figura 47). As Figuras 48 e 49, referentes ao mesmo lugar da orla marítima do Pontal de Coruripe, mostram de forma irrefutável a mudança urbana que ocorreu na área entre 1969 e 2008.

Figura 47 - Construções na beira da praia do Pontal.



Fonte: Araújo, 2008.

Como mencionado acima, essas residências e estabelecimentos comerciais pertencem em parte a pessoas do próprio lugar. O restante das propriedades pertencem a pessoas de fora do Pontal de Coruripe, como é o caso de uma pousada recentemente inaugurada, cujo dono é de origem portuguesa. De forma semelhante à área ocupada por casas de veraneio, o acesso à praia nessa área também é dificultado pelas construções.

Figura 48 - Enseada do Pontal antigamente..



Fonte: Forman, 1969.

Figura 49 - Enseada do Pontal de Coruripe atualmente.



Fonte: Araújo, 2008.

A situação de mudanças pelas quais o povoado do Pontal de Coruripe vem passando é um fenômeno que se manifesta, em maior ou menor grau, e com os controles impostos pelas

características locais, em praticamente todo o mundo (PEARCE, 2003). Em grande número de países, o turismo tem sido um dos eixos desencadeadores de mudanças espaciais, sociais, culturais e paisagísticas, com uma predominância de áreas localizadas próximas a corpos d'água – como é o caso das orlas marítimas. Em tais ambientes, o turismo age desterritorializando atividades e populações locais preexistentes, produzindo novas configurações geográficas. Assim, em certos lugares ocupados por comunidades tradicionais as pessoas do lugar são praticamente forçadas a dar lugar às segundas residências, aos restaurantes e demais equipamentos turísticos, um fenômeno amplamente disseminado no litoral nordestino brasileiro (CORIOLANO; SILVA, 2007).

Boa parte das mudanças ocorridas em Pontal de Coruripe ao longo das últimas décadas se deveu também ao crescimento vegetativo da população, ou seja, ao aumento no número de indivíduos resultante do aumento natural da população. Assim, com o aumento da população nativa também ocorreram mudanças ambientais, urbanas e na demanda por recursos e políticas públicas. Porém, esse crescimento natural não foi acompanhado por melhorias em relação ao precário serviço de saneamento básico (coleta, tratamento e disposição final de esgoto; coleta e disposição final de resíduos sólidos; fornecimento de água tratada; e drenagem das águas das chuvas). Assim, os problemas de saneamento básico estão entre os mais graves problemas enfrentados pelas pessoas que vivem no povoado (Figuras 50 e 51).

Figura 50 - Esgoto a céu aberto em várias ruas do povoado.



Fonte: Autora, 2008.

Figura 51 - Foco de doença e degradação ambiental.



Fonte: Autora, 2008.

O calçamento das ruas do povoado foi realizado sem o provimento de uma infraestrutura sanitária. Segundo dados da Agenda 21... (2007, p. 22) 41% do esgoto das casas vai para o “valão”, seguido de 31% para fossa séptica e 18% para as galerias de águas pluviais. A ineficiência, ou inexistência de redes de esgoto se reflete negativamente na saúde da população, que apresenta alto índice de doenças tais como verminoses e viroses.

Outro problema preocupante encontrado em Pontal de Coruripe, ainda segundo a Agenda 21 Local, é que apenas 71% das casas têm o banheiro dentro das mesmas. Enquanto 14% das casas tem banheiro do lado de fora, 15% das casas não tem qualquer tipo de banheiro, ou seja, as necessidades fisiológicas de grande parte da população local são resolvidas sem as mínimas condições das infraestruturas requeridas.

A precariedade em que vive a população do Pontal em relação ao saneamento básico compromete a saúde e a qualidade de vida dos moradores e representa um entrave para o desenvolvimento turístico no povoado, merecendo uma atenção especial por parte do poder público, pois com o aumento do número de turistas no local, o problema tende a se agravar.

Parte da lógica para um bom desenvolvimento turístico está baseada na premissa de que a melhoria da qualidade de vida da população local deve ser inicialmente assistida pelo poder público, para que depois se invista na entrada mais intensa de turistas no lugar. Assim, os problemas de infraestrutura básica tais como, serviços de esgotamento sanitário, coleta de lixo, fornecimento de água tratada, além da questão da segurança, precisam ser resolvidos com urgência e eficiência para que o turismo tenha êxito a longo prazo, com possibilidade de gerar benefícios econômicos para a população do Pontal.

Além dos graves problemas locais de saneamento, o Pontal de Coruripe apresenta um problema que está relacionado às mudanças na composição da sua população em tempos recentes. Nas entrevistas, incluindo a reunião de grupo focal, alguns moradores ressaltaram que muitas mudanças ocorridas no Pontal foram geradas pela vinda de pessoas de outros lugares e que vieram morar no povoado. Como mencionado anteriormente, a comunidade do Pontal foi formada originalmente a partir de uma vila de pescadores, na qual a maior parte de seus habitantes apresentava algum grau de parentesco, onde todos se conheciam e as relações eram muito próximas. A vinda de pessoas de outros lugares para morar nessa comunidade fez surgir um estado de insegurança na população local, uma vez que os antigos moradores desconhecem a origem dos novos habitantes.

Segundo os moradores, a tranquilidade e segurança do lugar foram alteradas com a vinda desses novos moradores. As quatro falas abaixo registram essa situação:

Aqui tá mudando. A gente não tá mais com confiança de sair e deixar uma porta aberta, de sentar numa porta. Tem vindo muita gente de fora, aquela favela mesmo, vieram de fora (Teotônio Vilela (AL), Penedo (AL), Maceió (AL), Aracajú (SE). A maioria dos rapazes tão fumando, começou a entrar droga. Assaltaram a casa de um casal de idosos. De uns 10 anos pra cá começou a falta de confiança no Pontal. Até os turistas de Arapiraca que tem casa, dormia na porta, deixava as coisas na área. Eles dizem: o Pontal não é mais aquele Pontal. Aqui é uma ilha com quase uma família só. Mas agora não tá mais (Comerciária, 50 anos, moradora e natural do Pontal).

Eu acho que antes era melhor porque era mais calmo, hoje tá acontecendo uns problemas, coisas que a gente só via na cidade grande, não é mais aquele Pontal. [...] é problema de droga que antes não tinha [...] tem vindo pessoas de outros lugares morar no Pontal e a gente não sabe nem de onde é que vem (Doméstica, 49 anos moradora e natural do Pontal).

Pontal é um município bom, um lugar da paz, tranquilo, hoje a gente tá vendo umas coisas que nunca viu. Mudou muito, praticamente a violência tem aumentado. Tá tendo assassinato, essas coisas. [...] a numeração do povo demais, que tá chegando aí, o lugar vai evoluindo, [...]. Porque antigamente o Pontal era muito pequeno. Era um lugar de pescador como ainda é hoje, ainda vive de pesca. Só vivia os moradores daqui que nasceram, recentemente andava gente aqui e praticamente o Pontal tá hoje cheio de gente de fora que entra sai, de qualquer maneira mexeu (Pescador aposentado, 66 anos, morador e natural do Pontal).

O Pontal é um lugar pequeno, um lugar de paz, já foi de paz, hoje em dia não tá sendo mais, porque há uns 30 anos atrás a gente dormia nas calçadas, hoje a gente dorme de porta fechada e ainda tem medo da violência. Tem um bocado de gente de fora, não é todo mundo que vem de fora para fazer o mal, né? (Artesã, 55 anos, moradora e natural do Pontal).

Além do aumento da violência e da entrada de drogas, a prostituição de meninas jovens é outro problema que este estudo identificou em Pontal de Coruripe. Segundo entrevistados, esses problemas são um reflexo das mudanças ocorridas no Pontal com o crescimento da sua população e com a sua turistificação. Ou seja, em relação à composição atual da sua população, esse povoado mudou significativamente em relação às características contextuais que reinavam no lugar no final da década de 1960, como foi documentado pelo livro “Bico”, de autoria de Forman (1969).

Por outro lado, a vinda de estrangeiros, principalmente de origem europeia, que se fixaram no Pontal e abriram pousadas e restaurantes, foi bem aceita pela população local, pois esta acredita que os novos habitantes estrangeiros valorizam e divulgam o lugar positivamente. Além disso, eles têm a expectativa de que os investimentos em pousadas, bares e restaurantes – equipamentos intrínsecos à atividade turística –, signifique a possibilidade de

geração de emprego e renda para os moradores. Alguns moradores acreditam que os estrangeiros valorizam e cuidam do Pontal até mais do que a própria população local. A valorização do lugar pelo turismo pode contribuir para o aumento da autoestima das populações locais.

Em relação aos aspectos positivos gerados pela atividade turística no Pontal, podemos destacar o aumento na venda do artesanato local, que é uma característica cultural importante do povoado há décadas. Com a entrada do turismo no povoado houve uma maior procura pelo artesanato feito da palha de ouricuri, que passou a ser produzido e comercializado em maior quantidade.

O artesanato local vem sendo cada vez mais valorizado e essa valorização se refletiu positivamente na melhora da autoestima de pessoas do lugar, com reflexos inegáveis nas dimensões econômica e social do povoado. Essa mudança positiva está registrada de maneira explícita na fala de uma artesã local:

[...] melhorou a venda, levantou a autoestima das mulheres, porque elas se sentiram com mais vontade, necessidade, mais coragem de trabalhar, que antes trabalhava pouco porque não tinha a quem vender e não tinha estímulo pra trabalhar e hoje tão tudo aí, com a autoestima lá em cima, trabalhando, se sentindo as verdadeiras empresárias, donas do seu próprio negócio, tudo isso quem foi que trouxe? Foi o turismo, porque uma coisa é você trabalhar e ter a quem vender, e outra é você trabalhar e ficar vendo o seu produto, sua matéria prima lá, sem você ter como produzir porque não tem a quem vender e se produz continua lá, porque hoje, graças a Deus mudou (Artesã, 40 anos, moradora e natural do Pontal).

O povoado do Pontal de Coruripe já havia conhecido, há algum tempo atrás, um crescimento significativo na sua demanda turística, com reflexos positivos na venda do artesanato local. Segundo relato de moradores, a entrada de turistas no povoado era maior e os benefícios econômicos gerados pela atividade favoreciam mais diretamente a população local. Comparando o turismo atualmente ao tempo citado acima (que não foi definido exatamente pelos moradores, mas alguns disseram ter ocorrido por volta do ano de 1999), houve uma diminuição na entrada de turistas no povoado, o que levou boa parte das artesãs a ter que se deslocar para outros lugares com maior fluxo turístico para vender seus artefatos, tais como o “Mirante do Gunga” (município de Roteiro), a “praia de Duas Barras” (município de Jequiá) e a “Foz do Rio São Francisco” (município de Piaçabuçu), que são pontos turísticos com fluxo turístico relativamente grande.

Em relação aos impactos ambientais negativos causados pelo turismo, mais da metade dos entrevistados diz desconhecer tais impactos, pois consideram que não existe ainda um fluxo turístico suficientemente grande no povoado ao ponto de gerar algum tipo de degradação ambiental. A maioria dos entrevistados disse que a maior parte dos turistas que visita o Pontal, principalmente os estrangeiros e os turistas de outros estados, costumam alertar e conscientizar a população local a respeito da questão do lixo, da sujeira na praia e do esgoto na rua. Segundo alguns moradores, os problemas ambientais do Pontal de Coruripe são causados principalmente pelos usineiros e em menor escala pelos próprios moradores do lugar, como se constata nas falas apresentadas abaixo:

Não é o turista que suja, o daqui é que suja. A maioria das pessoas que vem de fora, elas procuram qualquer lugar para pôr o lixo (Doméstica, 49 anos, moradora e natural do Pontal).

Quem causou os problemas ambientais não foi o turismo, nem o povo, foram os que se dizem nossos representantes, as usinas acabaram com os caranguejos¹² (Recepcionista de pousada, 41 anos, morador do Pontal).

O turismo não tem causado problemas ambientais, pelo contrário, tem muitos (turistas) que dão apoio ao lugar, conscientizando as pessoas daqui (Aposentado, 53 anos, morador e natural do Pontal).

Além da informação que consta da nota de rodapé, segundo alguns entrevistados as margens do rio Coruripe foram destruídas pela monocultura da cana-de-açúcar. Antigamente, as usinas lavavam os tanques e os resíduos vinham parar no mangue, o que causava mau cheiro e grande mortandade de peixe, camarão e siri.

Nas ações previstas na Agenda 21 Local, os moradores do Pontal reivindicam a demarcação de áreas para receber proteção ambiental nos termos da lei e que devem ser acordadas entre o poder público e as empresas privadas (usinas), com a participação da população local (AGENDA 21..., 2007, p. 23). Os impactos ambientais negativos causados à fauna e flora do Pontal prejudicam sobremaneira seus moradores, pois estes vivem principalmente dos recursos naturais do lugar. Além disso, os problemas ambientais comprometem o desenvolvimento do turismo no Pontal, que tem nas suas belezas naturais um dos fatores de atratividade turística.

¹² Embora não tenha ficado claro como as usinas teriam ‘acabado’ com os caranguejos, supõe-se que trata-se de referência ao fato histórico das usinas de açúcar alagoanas lançarem vinhoto nos rios. A alta concentração de matéria orgânica no vinhoto causava frequentemente mortandades de peixes, e ainda causa, de forma esporádica na atualidade. A entrevistada pode estar se referindo a tal problema, e o associando aos caranguejos.

5.2 Percepção e resposta da comunidade local em relação ao Turismo

A comunidade do Pontal de Coruripe tem se mostrado favorável ao desenvolvimento da atividade turística no povoado. Existem muitos fatores que contribuem para essa posição positiva da população em relação ao crescimento do turismo na comunidade.

Um desses fatores pode ser encontrado na produção do artesanato local que teria mais facilidade de ser comercializado com o aumento do fluxo turístico no povoado. Com isso, não seria mais necessário o deslocamento de grande número de artesãs para outros lugares ou cidades a fim de vender suas peças. Na percepção da comunidade local, as artesãs são as maiores beneficiadas com a entrada e o aumento do turismo no Pontal, pois o artesanato é uma atividade econômica que prosperou e se mostra capaz de prosperar muito mais com o crescimento da atividade turística no lugar. Por isso, a melhora nas vendas do artesanato possibilita um aumento de trabalho e melhora na renda da população local.

Outro setor que se beneficiaria com o aumento do turismo são as pousadas e restaurantes localizados em Pontal de Coruripe. Recentemente tem se verificado uma ampliação no número desses tipos de equipamento turístico no povoado com a construção de uma pousada, um restaurante e a reforma e reabertura de outro já existente. Dois desses estabelecimentos pertencem a estrangeiros, especificamente europeus, que chegaram a pouco tempo no povoado.

A atividade turística vem se inserindo de forma lenta e gradual no Pontal. Metade dos entrevistados acredita que a demanda turística vem aumentando no Pontal. Outros comentam que o número de turistas que visitavam o povoado era maior no passado. Ao mesmo tempo, outros acham que o turismo no Pontal está “engatinhando”, pois consideram ainda fraco o fluxo turístico do povoado. Ou seja, diante da inexistência de séries históricas sobre a demanda turística do povoado não se pode averiguar com precisão como se comportou o fluxo de turistas ao longo das últimas décadas. Nesse sentido, o único dado em relação a esse aspecto é que se comparado a algumas décadas atrás o fluxo turístico ao local atualmente é maior. Essa conclusão decorre da existência de vários equipamentos turísticos hoje que não existiam antes.

Na opinião da maioria dos moradores, o turismo do Pontal é caracterizado principalmente pelo turismo de segunda residência (pessoas provenientes de Arapiraca), mas

o povoado também recebe muitos turistas de todo estado de Alagoas, de outros estados brasileiros e de outros países. O volume maior de turistas vem de Arapiraca, Maceió, Penedo, Coruripe, que pertencem ao estado de Alagoas. De outros estados, recebe turistas de Aracaju, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Minas Gerais.

Segundo alguns moradores, metade dos turistas que visitam o Pontal vem de cidades próximas pertencentes ao estado de Alagoas e a outra metade vem de outros estados e países. Os moradores têm observado um aumento no número de turistas de outros estados e países que visitam o Pontal, demonstrando que o povoado está ficando mais conhecido.

Outro tipo de visitante ao Pontal é o excursionista, que passa o dia e vai embora. De maneira geral, os turistas que visitam o Pontal buscam o sossego, pessoas com um modo de vida diferente da deles, e o contato com a praia e demais aspectos da natureza local. Existem outros turistas que procuram apenas um lugar para beber e comer em grupo. Nesse caso, o lugar funcionaria apenas como um ponto de passagem, para os fins de restauração. Esse é um fenômeno muito comum associado à demanda turística que se desloca como excursionista ou em visitas por um dia ao longo da zona costeira da região Nordeste do Brasil.

Em relação à percepção que os moradores do Pontal têm sobre o comportamento dos turistas que visitam o lugar, as respostas foram unânimes em considerá-los como sendo educados e gentis, ou seja, são considerados como sendo pessoas agradáveis que não tiram o sossego do povoado. Porém, os moradores locais entendem a categoria turista a partir de referenciais próprios. A Organização Mundial de Turismo (OMT) define o turista “[...] como um visitante que se desloca voluntariamente por período de tempo igual ou superior a vinte quatro horas para local diferente da sua residência e do seu trabalho sem, este ter por motivação, a obtenção de lucro”.

Para os moradores locais, turistas são pessoas provenientes de outros estados ou países que visitam o lugar. São considerados turistas também, as pessoas vindas da capital Maceió e pessoas provenientes do estado de Alagoas que residam em cidades mais afastadas do Pontal. Não são considerados turistas, pelos pontalenses, os proprietários das segundas residências que sempre visitam o lugar, mas que de acordo com as disciplinas que estudam o turismo são turistas, nesse caso, turistas de veraneio.

Além disso, muitos moradores classificam os turistas em duas categorias. Os “bons turistas” (que na maioria das vezes são pessoas provenientes de outros estados e países) e os “maus turistas” (que na maioria das vezes são pessoas provenientes da cidade de Arapiraca, segundo o relato da maioria dos entrevistados). Os turistas de Arapiraca são vistos pelos moradores locais como bagunceiros (*sic*), mal educados, e que, sobretudo, afetam a tranquilidade do lugar. Muitos turistas de Arapiraca são proprietários de segundas residências no Pontal e também alugam casas para veraneio, principalmente na época do carnaval. Os arapiraquenses são descritos por uma moradora do Pontal da seguinte forma:

[...] esses não são turistas, são uns bagunceiros que só vêm tirar farra. São pessoas que você não pode nem chegar pra pedir pra abaixar o som, porque são grossas e mal educadas. [...] no carnaval é um som maior do que o outro e por todo canto (Doméstica, 49 anos, moradora e natural do Pontal).

De forma semelhante, outro entrevistado se refere a pessoas provenientes de outros lugares de Alagoas, sem mencionar especificamente Arapiraca, em termos semelhantes, como registrado na fala abaixo:

Tem dois tipos de turismo aqui. Um é o turista local [*sic*], que é do estado de Alagoas, que são mal educados, barulhentos, bagunceiros, fazem festa fora de hora. Mas o turista em si quer conhecer sobre a nossa cultura, quer conhecer as pessoas, como a gente vive, eles até aconselham a preservar o lugar, pois é muito bonito. O fluxo maior ainda é do pessoal daqui [Alagoas] (Guarda-vidas, 30 anos, morador e natural do Pontal).

Para os moradores locais, os veranistas são os que mais causam problemas no povoado. Entretanto, mesmo assim, os “bons turistas” ainda gostam do lugar. Os bons turistas, para comunidade do Pontal, são aqueles que prestigiam a cultura local, com a compra do artesanato e que apreciam a culinária local, respeitam o povoado e seus moradores e não interferem na tranquilidade do lugar.

A grande maioria dos moradores percebe a ocorrência de mudanças no povoado com a chegada do turismo devido à construção de casas de veraneio, pousadas, restaurantes e a vinda de alguns estrangeiros para abrir negócios e fixar residência no povoado do Pontal. A população local acredita que o povoado está melhor com a chegada do turismo, principalmente pela questão econômica, pois trouxe renda para as artesãs que estão produzindo e vendendo mais, embora digam que ainda não melhorou como deveria.

Houve uma relativa melhora nos equipamentos e serviços turísticos do lugar, com a abertura de restaurantes e pousadas, o que gerou benefícios para os donos desses empreendimentos. A maioria dos moradores acredita que junto com o crescimento desses empreendimentos turísticos ocorre um crescimento de emprego e ocupação, gerando renda para os moradores do lugar, que não precisariam mais se deslocar para longe de sua residência para conseguir um trabalho.

A despeito dessa visão dominante, segunda a qual o turismo está sendo positivo para o povoado por aumentar a venda de artesanato e gerar ocupação e renda, alguns entrevistados ressaltam que o turismo atualmente no Pontal não está beneficiando os moradores de modo geral. Ou seja, na visão dessas pessoas o lucro gerado pela atividade não está indo para todo mundo, um ponto de vista que um entrevistado expressou da seguinte forma: “Só quem já tem que está ganhando”. Por isso, alguns entrevistados acham que o turismo não trouxe mudanças significativas para o lugar, pois não gerou emprego para as pessoas que moram no povoado.

Segundo uma moradora, o turismo

Tá contribuindo com os donos de restaurante, pousada, mas tá contribuindo pra eles, mas antigamente quando os turistas vinham, além de ficar por ali, acho que rendia mais, que a gente vendia bolsa e eles saíam pelas portas comprando artesanato, antigamente o movimento era maior. A renda evoluiu, mas evoluiu pra quem tem, pra gente aqui que não tem não evoluiu nada, ficou na mesma, ou pior. Pra mim não mudou, mas a Associação (das artesãs) vende bem (Artesã autônoma, 29 anos, moradora e natural do Pontal).

Outra entrevistada expressou uma visão relativamente reticente em relação a uma suposta contribuição que o turismo estaria dando para o desenvolvimento do lugar. Mais especificamente, ela critica a imposição de normas de consumo por parte dos turistas, que seriam impostas por agências de viagens e operadoras turísticas que vendem pacotes de visitação ao lugar, como se lê na transcrição que se segue:

O turismo ainda não está contribuindo porque tá devagarinho. O pessoal só vem para um passeio, ainda não tá assim um turismo liberado, onde as pessoas ficam a vontade. A agência já vem com o cardápio, você tem que comer aquilo. Então eu não vou escolher o lugar que eu queira ir porque eu tenho hora marcada pra voltar. Tem três empresas que entram no Pontal. E o secretário de turismo disse que essa que tá entrando aqui no Pontal vem diretamente para o Pontal. Essa vai ficar boa. Essa eles já abriram prédio, é esse prédio que tá o centro de informações, vai ficar ali. Nós não tínhamos esse secretário de turismo, e ele entrou para melhorar, [...], vamos ver se vai dar certo (Costureira, 50 anos, moradora e natural do Pontal).

Esse tipo de problema que vem ocorrendo em Pontal de Coruripe, ou seja, a imposição pelas operadoras da forma como o turista vai visitar o lugar, é comum a praticamente a todos os lugares turísticos que entram significativamente nos circuitos comerciais criados por agentes externos. Diante da falta de capacidade do lugar dirigir o comportamento da demanda, os turistas terminam fazendo exatamente o que as operadoras determinam, sem nenhum acordo com os responsáveis locais pela oferta turística.

Durante reunião de grupo focal realizada com 13 moradores do Pontal e a partir das demais entrevistas realizadas, foi comentado que o turismo já teve uma importância maior no passado. Alguns moradores contam que o turismo era melhor antigamente, pois a demanda turística ao lugar era maior.

Segundo uma moradora,

O turismo aqui era melhor. Eles (turistas) achavam as coisas antigas, as casas, as pessoas, o jeito de falar, o artesanato, eles valorizavam mais, mas o turismo aqui tá entrando menos, mesmo estando com acesso. Antigamente, ao natural era bem melhor, as pessoas prestavam mais atenção no que fazíamos (Vendedora, 24 anos, moradora e natural do Pontal).

Provavelmente, esse comentário pode revelar mudanças ocorridas devido a hoje existir um maior controle por parte de operadoras externas sobre o comportamento do turista quando ele chega ao Pontal. Quer dizer, as artesãs locais perderam um pouco da sua influência sobre a compra do artesanato por parte do turista.

Outra pessoa entrevistada expressou uma opinião semelhante sobre o perfil do turista que visitava o lugar no passado, em comparação com o presente. Sua opinião se estende de forma indireta a uma crítica às mudanças pelas quais o Pontal vem passando após sua turistificação, o que se reflete na erosão do seu patrimônio natural e cultural, os quais se constituíam nos principais motivos da visita dos turistas ao lugar:

Antigamente era mais comum encontrar turistas de outros países. Os turistas curtiam o lugar e as pessoas do lugar, hoje em dia eles vêm pra se atolar na pousada. Até na Ada [pousada] diminuiu esse turista.[...] Antes não tinha tantas pousadas, restaurantes e os turistas comiam dentro da casa da pessoa e eles gostavam, quem tinha suas vendinhas já tinha um lugar de lazer para os turistas. Muitos gostam ou gostavam, não sei, era a peixada, que era o prato típico, que até isso foi perdido. Hoje, se perguntarem: qual é o prato típico do pontalense? Eles não sabem responder (Recepcionista de pousada, 41 anos, morador do Pontal).

Esse comentário permite sugerir que alguns aspectos culturais do lugar, nesse caso ligados ao comércio e gastronomia, já passaram por mudanças decorrentes de alteração no perfil da demanda turística de Pontal de Coruripe. Pode ser que o lugar já não é tão visitado pelo turista aventureiro, e mais pelo turista de lazer. Esse tipo de mudança ao longo do ciclo de vida do lugar turístico é previsto pelo modelo do ciclo de vida do lugar turístico (BUTLER, 1980). O turista de lazer geralmente consome alimentos padronizados e mais comerciais e menos a comida tradicional dos lugares.

De forma semelhante, outro entrevistado também se referiu ao passado como tendo sido melhor do que o presente, no que diz respeito às características da demanda turística ao povoado de Pontal de Coruripe:

O turismo já foi bem melhor, houve uma época que nós recebíamos diariamente dois ônibus ou mais, cada ônibus com capacidade pra 50 pessoas. Na época eu trabalhava também com o turismo num restaurante, caiu o movimento devido os proprietários do restaurante, porque eles exploravam demais. O valor de um almoço variava pra um cliente normal ou pra um turista, pro turista ele colocava um valor maior e ai foi descobrindo e caindo fora. E hoje não está bom, mas está melhorando. Eu creio que é a Prefeitura que esta investindo com aquela praça que construiu na praia (Recepcionista de pousada, 38 anos, morador do Pontal).

Transparece a visão dos entrevistados que houve retração na demanda e atividade turística em Pontal de Coruripe. Dizem, por exemplo, que atualmente o turismo está ‘fraco’, ‘parado’ e necessitando de maior divulgação para aumentar o número de turistas que visitam o lugar.

Além disso, a transcrição abaixo capta uma crítica indireta à forma como certos empreendimentos foram inseridos no lugar – neste caso, uma pousada – sem que tenha havido um contato mais direto do turista com o restante do lugar, com os espaços e atividades socioculturais e econômicas do entorno da pousada:

O turismo ficou morto, teve uma época que entrou muito bem, depois parou. Todo alicerce se você não fizer direito [...] já vem como uma regra para os turistas entrarem aqui. Eles têm que ter um domínio. Tem que ter uma agência, até que aqui tão abrindo já, um pouco devagar [...] o turismo tá parado, parou devagarzinho. Os ônibus que entram vão todos para Paradise (pousada). A negociação que eles (Prefeitura) fizeram entra a Paradise com uma parte e o município com outra, mais ou menos assim para o turismo entrar, mas ai fica o lado privado, não depende de uma garrafa de água. E a comunidade só vai se sentir bem quando ver os turistas entrarem aqui, ter acesso nas ruas, todo mundo trabalhando e vendendo a sua mercadoria aqui. Porque tem do peixe à cultura, a bolsa, todo mundo fica feliz em saber que veio uma pessoa e comprou o meu produto e pra isso o pessoal tem que

acreditar que vai dar certo que vai, vai dar certo, mas enquanto isso não está acontecendo (Costureira, 50 anos, natural e moradora do Pontal).

Essa fala é um indício de que o turismo se inseriu em Pontal de Coruripe de forma espontânea, isto é, sem o devido planejamento, como tem sido usual em praticamente toda a zona costeira de Alagoas. Nesse tipo de situação, também muito comum no restante da zona costeira nordestina, o turismo termina sendo superimposto às comunidades, orientado de forma seletiva para os lugares e características locais de interesse imediato. Frequentemente, os moradores locais que com todas as suas características socioculturais são parte da própria oferta turística (URRY, 1990), não são integrados ao desenvolvimento da atividade. Esse fenômeno encontra-se na contra-mão do discurso geralmente usado pelo poder público e iniciativa privada, segundo o qual estão investindo no turismo com base nos princípios do desenvolvimento sustentável.

Quando o turismo se desenvolve em determinado lugar sem planejamento, com cada nova ação surgindo de forma espontânea, sem a devida integração às características e interesses da comunidade ou lugar, é comum que as pessoas da comunidade desenvolvam uma percepção fragmentada sobre a atividade turística. Um aspecto negativo em tal situação é que a resposta da comunidade frente à turistificação do seu lugar pode ser orientada por uma visão distorcida sobre o que é o turismo, assim como sobre seu real potencial de gerar desenvolvimento local.

Por exemplo, muitos dos moradores de Pontal de Coruripe, particularmente aqueles que têm alguma relação real ou potencial com as atividades turísticas, acreditavam que com a melhoria e asfaltamento do acesso de pouco mais de 3 km de extensão que liga a rodovia AL 101 Sul ao povoado de Pontal de Coruripe, haveria o aumento de visitação por parte dos turistas. Na prática, tal aumento na demanda turística e visitação ao povoado não ocorreu. Ou seja, a forma pela qual o turismo se desenvolve nos lugares resulta de muitos fatores que atuam simultaneamente.

Segundo uma moradora do Pontal, proprietária de restaurante, a diminuição da visitação turística está relacionada à falta de divulgação do lugar e à falta ou deficiência de infraestrutura turística na praia para receber o turista. Na opinião dos moradores deveria haver um maior empenho das administrações municipais, no sentido de incentivar estratégias de propaganda e divulgação do lugar, juntamente com o comércio local, para promover o turismo

no Pontal, pois segundo um morador, “O turismo tem chegado, mas se tivesse mais uma divulgaçãozinha do lugar, chegaria mais. As pessoas daqui ainda estão se beneficiando pouco” (pescador, 65 anos, morador e natural do Pontal).

Além da deficiente divulgação do lugar, o surgimento de novos roteiros turísticos tais como a foz do Rio São Francisco, em Piaçabuçu e Dunas de Marapé, em Duas Barras, município de Jequiá, também pode ter colaborado para a diminuição na entrada de turistas no Pontal. Segundo um morador de Pontal de Coruripe, essa diminuição na demanda turística do povoado foi acompanhada de uma perda de importância do lugar, que para ele deveria ser recuperada. A recuperação da importância que Pontal de Coruripe tinha em outros tempos, em relação ao número de turistas que visitavam o lugar, seria possível, segundo esse morador, com base em vontade política:

[...] hoje a gente perdeu com todo esse asfalto, a gente não tem essa importância. Eu acho que isso falta vontade política, o termo é esse, vontade política, e se houvesse vontade política você teria que ter mais políticas para dinamizar o Pontal, inclusive melhorar coleta de lixo, melhorar esse esgoto todo que tá aí no meio da rua (Médico e morador do Pontal).

A partir dessa fala, podemos observar que para alguns moradores o desenvolvimento do turismo em Pontal de Coruripe deve estar aliado à busca por soluções para os problemas existentes atualmente no povoado, como é o caso do lixo, do saneamento básico, da baixa qualidade de vida de seus moradores, entre outros problemas. Em outras palavras, as políticas públicas para o desenvolvimento turístico devem estar interligadas às políticas públicas de saúde, infraestrutura, meio ambiente, educação, uso e ocupação da terra e renda, ou seja, adotando-se planejamento integrado.

Um dado importante descoberto por este estudo é que a maioria dos moradores não apresenta uma consciência sobre determinadas implicações socioeconômicas e ambientais do desenvolvimento turístico em um povoado como Pontal de Coruripe. Grande parte dos moradores entrevistados percebe o turismo no Pontal apenas pelo lado positivo. Acreditam que o aumento dessa atividade localmente só trará coisas boas para o povoado e para a comunidade em geral. Existe grande expectativa por parte dos moradores do Pontal, no que diz respeito à geração de emprego e renda pela atividade turística, pois acreditam que mais turistas geram mais infraestrutura turística, que gera mais empregos e qualifica mais gente para atender o turista.

A despeito dessa visão otimista dos entrevistados sobre as possibilidades de o turismo contribuir muito para a melhora das suas vidas, Irving (2005, p. 2) alerta que

[...] de maneira geral, as estatísticas do turismo e o discurso oficial, frequentemente expressam concepções idealizadas dos benefícios possíveis gerados pelo desenvolvimento turístico, e tendem a mascarar ou minimizar os impactos socioambientais e culturais decorrentes deste processo.

É o caso de grande parte da população do Pontal, que percebe o turismo apenas por seu aspecto econômico, ou seja, como gerador de recursos financeiros. Apenas uma pequena parcela (cinco pessoas em um universo de 25 entrevistados), tem a consciência de que o turismo tem a capacidade de gerar tanto coisas boas quanto ruins, e por isso preocupam-se com a questão sobre qual o tipo de turismo que a comunidade quer desenvolver para ser beneficiada.

Essa pequena parcela de entrevistados demonstra estar ciente de que, para que a atividade turística obtenha êxito e gere benefícios para comunidade, é preciso que haja organização e conscientização dos moradores do lugar sobre os aspectos negativos e positivos gerados pelo turismo e acreditam que se ele for realizado de forma planejada e participativa, poderá vir a trazer benefícios para o Pontal.

Segue abaixo a transcrição de falas de três entrevistados que expressam ambivalência no que diz respeito à sua visão sobre as reais possibilidades de desenvolvimento local em Pontal de Coruripe, com base no turismo:

O turismo não traz coisas ruins. Vai depender da educação de cada comunidade que já não tem organização. Turista mal educado sempre vai existir, mas se ele chegar num lugar organizado vai ter que respeitar (Funcionário de pousada, 41 anos, morador do Pontal há mais de 30 anos).

Com o turismo vieram coisas boas e ruins. Coisas ruins: barulho, sujeira na praia. Coisas boas: emprego, renda. Tem seu lado positivo e negativo (Guarda-vidas, 30 anos, morador e natural do Pontal).

[...] o aumento do turismo traria melhoria para o lugar. O turista nunca trouxe mal para lugar nenhum, porque se ele chega e encontra uma boa estrutura pra receber, ele não tem coragem de bagunçar. Porque se encontrar a coisa organizada ele vai colaborar (Artesã, 40 anos, moradora e natural do Pontal).

A maioria dos moradores não acredita que o aumento do turismo no Pontal possa trazer algum malefício para o povoado, pois alegam que boa parte dos turistas que visitam o Pontal é educada, não alteram a tranquilidade do lugar e respeitam seus moradores. Além

disso, justificam que os turistas atualmente estão mais conscientes em relação à questão ambiental e até mesmo alertam os moradores sobre os problemas locais.

Esse tipo de visão pode ter sido influenciado pela visita de turistas alternativos e estrangeiros que se hospedam em pousadas mais simples. Normalmente, turistas com esse perfil têm mais consciência sobre os problemas ambientais contemporâneos e de alguma forma ajustam seu comportamento com base nessa percepção. Esse é o perfil dos primeiros turistas que visitavam Pontal de Coruripe, excluindo-se os veranistas.

A despeito de alguns moradores pensarem de forma ingênua em relação aos turistas atuais, outros moradores temem que o aumento do turismo possa trazer mais insegurança para o povoado, com a vinda de pessoas estranhas ao lugar, que possam causar bagunça (*sic*), mais barulho (poluição sonora), o aumento de assaltos, da violência, da prostituição e de drogas. Temem ainda, um turismo de massa que degrade o lugar, ou o descaracterize, fazendo com que seus moradores percam mais seu espaço. Dois entrevistados disseram temer a transmissão de doenças, tais como a gripe A (gripe suína).

Como mencionado anteriormente nesta dissertação, ficou evidente que as mudanças desencadeadas pelas atividades turísticas no Pontal de Coruripe causaram alterações espaciais principalmente na orla da praia. Porém, o crescimento do turismo e de sua infraestrutura no povoado não tem levado em consideração o estilo de vida local. Esse é um problema sério porque o estilo de vida dos lugares que se tornam atrativo para o turismo é um importante elemento para a composição da experiência vivida pelo turista na destinação. E se não há planejamento, é provável que muitos impactos que poderiam ser evitados ou diminuídos terminarão por se manifestar na prática, reduzindo o poder de atratividade turística do lugar.

Atualmente, o poder público local vem expandindo a infraestrutura turística no povoado (obras ao longo da orla, construção de terminal de informações ao turista), pois sua intenção, segundo o Plano Diretor do município de Coruripe, é consolidar a atividade turística como uma das principais fontes de renda e trabalho para a região (Subseção II, p.11). Porém a infraestrutura que vem sendo construída não apresenta nenhuma preocupação em relação a uma arquitetura em harmonia com o modo de vida local e a estética do Pontal.

Se um lugar pudesse ter uma alma, uma essência, uma característica marcante, qual seria a alma do povoado do Pontal de Coruripe? Muitos moradores consideram que a praia e o

farol seriam a alma do Pontal. A pesca e o artesanato também aparecem como características locais marcantes. A simplicidade, a humildade, a hospitalidade e a tranquilidade do lugar são citadas, porém são qualidades que foram diminuindo com o passar do tempo. Segundo um morador,

A alma do Pontal é a simplicidade, o Pontal perdeu essa simplicidade e era isso que atraía o turista. Não tem resquício dessa simplicidade porque antes, só quem morava aqui, era daqui, hoje tem a rua Arapiraca, que os arapiraquenses vieram e tomaram conta daquela parte ali, quando ali era tudo livre, e o turista gostava muito dali, daquela parte. Tem outras pessoas que vêm de fora, constrói casa, compra casa das pessoas pobres a preço baixo e as pessoas vendem, eles (arapiraquenses) constroem a casa e vão embora. O Pontal perdeu a espiritualidade que ele tinha antes, que era as casas das pessoas pobres, mas eram casas limpas, bem cuidadas e cada casa você encontrava bolsas de todo tipo, então você passava pelo Pontal cada casa tinha, e hoje você não tem mais isso. Pouquíssimas pessoas que venderam as casas saíram do Pontal (Atendente de pousada, 41 anos, morador do Pontal).

Apesar dos problemas sociais e ambientais que afetam Pontal de Coruripe, os moradores do lugar definem o seu povoado como sendo um lugar maravilhoso, calmo, sossegado, bom de viver, repleto de belezas naturais, com pessoas hospitaleiras e, devido a essas qualidades, visitado por turistas. É descrito ainda como um povoado de pescadores e artesãos. Sendo assim, a descaracterização pela qual o espaço urbano do povoado vem passando parece estar destruindo parte importante de características marcantes do lugar, pelo menos na percepção dos entrevistados.

Assim, as qualidades acima apareceram, na visão dos entrevistados, como fatores que mais atraem os turistas a visitar o Pontal. Na opinião dos moradores é a praia, assim como as belezas naturais, a tranquilidade e o sossego, a hospitalidade dos moradores, que recebem e tratam muito bem os turistas, o artesanato, as pousadas e barzinhos, a cultura e história local que fazem do Pontal um lugar turístico.

Recentemente, foi realizada uma obra na área do farol do Pontal para melhorar a infraestrutura para a recepção dos turistas (figuras 52 e 53). Essa obra causou muita polêmica, pois as opiniões dos moradores divergiram sobre o que estava sendo feito no lugar. Muitos moradores levantaram problemas relacionados à obra, tais como falta de arborização, muito cimento e pouco verde, a iluminação do lugar já está precária, as lâmpadas estão quase todas queimadas, sendo que essa obra foi inaugurada há pouco tempo. Em entrevistas realizadas com os moradores, muitos disseram estar satisfeitos com a obra. Entretanto, outros não

compartilham plenamente a mesma opinião e criticam as falhas da obra, como é o caso do entrevistado abaixo:

Uma crítica construtiva. Eu acho o seguinte, o quebra-mar é uma coisa que tem que ser feito mesmo, que o mar tá avançando aí, inclusive a marinha já tinha uma dotação orçamentária para proteger esse farol. Mas eu acho que é muito concreto, na minha visão pessoal, entendeu? Podia fazer o quebra-mar e fazer uma coisa mais arborizada (Médico, morador do Pontal).

Figuras 52 - Obras no farol do Pontal



Fonte: Araújo, 2008

Figura 53 - Projeto arquitetônico do farol



Fonte: Autora, 2008.

Os entrevistados citaram diversas coisas que poderiam ser melhoradas para o povoado de Pontal de Coruripe e sua população. As questões que mais apareceram foram o trabalho, que fosse criada uma fábrica para gerar emprego para a população local; a melhora e o acesso à educação e a cursos profissionalizantes para os jovens, capacitando-os para que tenham chances no mercado de trabalho, pois foi mencionado por muitos entrevistados que existe um grande número de jovens ociosos, que quando conseguem terminar os estudos não têm onde trabalhar. A baixa escolaridade da população e a inexistência de cursos de qualificação profissional no Pontal são fatores que contribuem para o desemprego de seus moradores, pois pessoas desqualificadas não têm como desenvolver novas perspectivas de trabalho.

A escolaridade da população do Pontal, segundo dados da Agenda 21 Local, está aquém do essencial para que se tenham maiores possibilidades de se obter uma fonte de renda melhor. Isto é, 62% dos entrevistados têm o ensino fundamental incompleto e 17% não freqüentaram a escola. Se estes dados forem somados, teremos 79% no total, o que demonstra o alto percentual de pessoas em situação de analfabetismo funcional da comunidade.

Em relação à questão do trabalho, segundo dados da Agenda 21 Local, 46% da população do Pontal não possui ocupação certa, seguida de pessoas sem ocupação que representam 26%, ou seja, no total são 72% da população, o que corresponde a um número expressivo de pessoas sem ocupação certa, realidade que se reflete no baixo poder aquisitivo dessas pessoas, que vivem com o mínimo necessário.

Devido a essa situação crítica relacionada ao contexto do trabalho em Pontal de Coruripe, os entrevistados argumentaram que é preciso realizar melhorias significativas na preparação da mão-de-obra para receber bem o turista. Nesse sentido, comentaram que a população local precisa ter oportunidade de acesso a cursos de qualificação profissional para atender a demanda turística, a fim de que as vagas de emprego criadas pelo turismo sejam ocupadas pelos moradores do próprio lugar.

O modelo do ciclo de vida da área turística (BUTLER, 1980) explica que depois de um certo estágio de evolução de um lugar turístico – estágio denominado de *desenvolvimento* – a oferta turística tende a passar para as mãos de empreendedores de fora do lugar. A partir desse estágio, tende-se a precisar de mão-de-obra bem qualificada que termina sendo trazida de outros lugares, o que causa constrangimento para a população local, quando a situação do trabalho e emprego no lugar é crítica. A inexistência de programas de qualificação de pessoas de Pontal de Coruripe para assumir postos de trabalho na atividade turística na própria comunidade é uma evidência da ausência de planejamento turístico nesse lugar.

Outra melhoria reivindicada pela população local diz respeito à questão da ausência de saneamento básico no povoado, caracterizado pela existência de esgoto a céu aberto e lixo nas ruas e praias, condição inaceitável tanto para o turista quanto para a população local. Além disso, os entrevistados mencionaram que as artesãs autônomas precisam de mais apoio para a fabricação e comercialização do seu artesanato, que é necessário melhorar as condições de segurança urbana e aperfeiçoar o sistema de distribuição de água, para evitar os frequentes eventos de falta de água no povoado.

Por fim, foi citado pelos entrevistados que seria necessário criar um programa de melhorias relacionadas à infraestrutura, aos serviços e equipamentos que atendem ao turista. Afirmaram que de alguma forma tais melhorias já estão sendo realizadas, mas de forma limitada e sem a participação ou consulta da população local. Segundo Araujo (2009), a participação da população local no planejamento turístico contribui para o aperfeiçoamento da

gestão turística e para aumentar as chances de se contribuir para o turismo sustentável, priorizando, além do meio ambiente, o desenvolvimento econômico e social da comunidade, melhorando sua qualidade de vida.

Levando em consideração os diversos comentários críticos realizados por participantes da reunião de grupo focal e durante as demais entrevistas, os entrevistados ressaltam a necessidade de uma organização prévia do povoado para que possam receber melhor o turista e também contribuir para o desenvolvimento local. O comentário transcrito abaixo, feito por um médico que reside e trabalha em Pontal de Coruripe, é um exemplo dessa necessidade de planejamento:

Sem a infraestrutura que a Prefeitura tem condições de dar... nós somos a terceira arrecadação desse estado, o Pontal se desenvolveria como outras regiões de Coruripe, agora sem essa infra-estrutura que deveria dar, não vai... Ter ali na praia... que a Raimunda ainda cuida ali da frente dela, da minha casa pra Lagoa do Pau pra ver a quantidade de plástico, lâmpadas na praia, lata, tudo... A praia você tinha o que motivaria o turista a vir aqui, o povo, que é um povo bom, a pesca, até a atividade do coco que ainda é pequena hoje, é menor, mas tem sua atração, a tiragem do coco dessa área todinha e a beleza natural do Pontal. Agora teria que ser ordenado...

Muitos moradores entrevistados nesse estudo disseram que as questões relacionadas ao lixo e ao saneamento básico são problemas de difícil resolução, tanto por parte do poder público, quanto por falta de educação ambiental da população local. Em relação ao lixo, os moradores reclamam que a coleta é deficiente, faltam latões, caçambas para colocar o lixo e, por isso, muitas pessoas juntam o lixo e o colocam no manguezal. Em relação a esse problema, segue abaixo os comentários de uma Professora residente em Pontal de Coruripe:

O problema do lixo é difícil de resolver porque estão com projeto há três anos, me parece que começou desde 2006 e eu vejo pouca mudança, primeiro porque eles reclamam tanto que colocam lixo no terreno baldio por conta que não passa o carro, porque o ano passado eu fiz dois mutirão [...] No início da ponte a gente pegava todo o lixo, e era lixo no lixo porque não tinha..., antes o lixo era no manguezal, agora acabaram.[...] Então era lixo no lixo, então os meninos recolhiam aquele lixo e colocavam no próprio manguezal. Então tava ali a caçamba e pegava aquele lixo.[...] Eles [moradores] colocam o lixo no manguezal por conta que a coleta não passa lá aonde eles moram.

O problema do esgotamento sanitário, com o esgoto correndo a céu aberto no povoado, é considerado outro ponto crítico de difícil resolução a curto prazo. Várias doenças são causadas à população devido às condições insalubres em que vivem alguns moradores do Pontal. Uma moradora ressaltava a urgência e dificuldade em resolver o problema do esgotamento sanitário em Pontal de Coruripe:

Isso tem que lutar para receber..., agora vamos tentar outros negócios senão você vai se cansar e se aborrecer com a história do saneamento, que não vai ser tão rápido, de hoje para amanhã. É proposta deles também querer ajudar os moradores efetivos que moram aqui desde criança, é toda família. Olha, isso se eles quisessem já poderiam ter feito, não sei aonde é que tá o erro porque quer ou porque não quer. Toda nossa história da cidadezinha aqui precisa de saneamento. “Ah! seria tão bom se calçassem o meu lugar”, diziam assim. Quando tinha areia não tinha muriçoca, dormia muito bem. Foi bom o calçamento que a gente pode sair de salto. Antigamente era aquela areia gostosa, pra você andar descalço mesmo, bem a vontade, mesmo que pegasse bicho de pé. Aqui é uma aldeia. O calçamento não pode fazer sem o saneamento, não deveria ter feito, dava um jeito naquelas poças que ficavam bem no meio. Dê um jeito, faça alguma coisa. Saneamento é um ponto chave que a gente precisa muito, mas não adianta esperar pra agora porque não vem. Nem o papa mandando vir imediato. Porque Coruripe agora que eles tão acabando. Não adianta pedir que você não vai ganhar. Eu acredito que não vai ser tão fácil nem tão cedo. Dos povoados eu acredito que o Pontal vai ser o primeiro a fazer o saneamento.

Esse comentário de uma moradora local reflete sua percepção também sobre a dimensão política como grande entrave à efetiva solução dos problemas básicos de meio ambiente do lugar. Ou seja, a despeito da alta arrecadação de impostos por parte do município de Coruripe, no qual se localiza o Pontal, ainda assim essa moradora entende que a solução de tais problemas seria um processo lento.

Na percepção dos entrevistados, existe por parte de alguns moradores e turistas do Pontal¹³ a ausência de uma consciência ambiental. Assim, fica clara a necessidade de que se desenvolva algum projeto de conscientização da população local em relação à questão do lixo, pois esse problema tende a ser delegado única e exclusivamente ao poder público, que institucionalmente é responsável por uma parte da solução do problema do lixo, mas que não pode resolver sozinho, ou seja, sem a colaboração dos moradores do povoado.

Em relação às deficiências de infraestrutura turística, os moradores citaram a precária iluminação da praia, e a falta de um melhor aproveitamento de oportunidades das atrações turísticas proporcionadas pelo lugar, que podem representar uma fonte de renda extra para os pescadores, por exemplo, com a realização de passeios de jangada. Outros pontos destacados pelos entrevistados é a falta de incentivos à criação de equipamentos turísticos tais como pousadas e restaurantes mais acessíveis aos turistas menos favorecidos, um aspecto que foi identificado por um dos entrevistados:

¹³ Entretanto, os entrevistados comentaram que de uma forma geral o tipo de turista que visita Pontal de Coruripe demonstra ter uma preocupação com o meio ambiente.

Ainda falta coisa pra esperar o turista. Precisa ter mais conforto pra atender o turista. Tem o restaurante do 'Baiano', mas é pra burguês, pro turista forte, os fracos ficam desabrigados, ter aposento, ter comércio, ainda falta isso. Lá é pra quem tem dinheiro, tudo caro (Aposentado, 94 anos, morador do Pontal há 80 anos)

Muita coisa ainda falta pro terminal [de informações ao turista], porque se for depender do terminal pra receber, muitos [turistas] não vem pra ficar, só um passeio, vem e volta, passam o dia. Precisaria de uma casa de alojamento, porque não é todo mundo que tem condições de pagar um hotel, tem esse ponto, um alojamento, quem quer fica, tem uma dormida, fica a vontade, com vigia, pra botar uma rede, mais banheiros, chuveiro. Tá o local já lá, já começaram a tomar as medidas cautelosas, mas tem que acelerar, que de repente tá chegando o pessoal e precisa, né? (Costureira, 50 anos, moradora e natural do Pontal).

A criação ou ampliação da infraestrutura básica, assim como a criação de uma política de barateamento das tarifas locais de tal forma a serem mais acessíveis a todos os tipos de turistas que visitam o lugar, seria possível através da abertura de micro e pequenas empresas pelos moradores locais para atender essa demanda. A implantação de empreendimentos turísticos de pequeno porte geridos pela comunidade local necessitaria de incentivo, crédito e isenção fiscal por parte do poder público.

De forma semelhante, o investimento em formas alternativas de turismo, como o turismo de base local, que ofereçam condições para o desenvolvimento de pequenas empresas mostra-se mais capaz de beneficiar as camadas populares dos lugares turísticos, gerando renda e dinamizando a economia local, pois segundo Coriolano (2001, p. 39),

[...] surgem em vários lugares, experiências de desenvolvimento local, voltado a pequenas economias, grupos e comunidades. O turismo, apesar de ser uma atividade atrelada especialmente aos grandes capitais, oferece oportunidade a pequenos comércios, empresas e negócios mais participativos, como bares, restaurantes e pousadas, com as mais diversas prestações de serviços, que se espalham por todos os espaços turísticos.

Para os moradores do Pontal de Coruripe que foram entrevistados, o desenvolvimento do seu povoado é possível a partir da criação de emprego e renda para sua população, através da qualificação de pessoas da comunidade para atuarem profissionalmente na área do turismo. Foi mencionado nas entrevistas que o desenvolvimento em um povoado como o Pontal precisa incluir melhoria da saúde, da educação e a abertura de frentes de trabalho, principalmente para os jovens.

O investimento na atividade turística se apresenta como possibilidade de desenvolvimento para o Pontal porque, além de diversificar a economia local beneficiaria as atividades já existentes, com o aumento nas vendas do artesanato e do pescado. Vários

entrevistados associaram as possibilidades de desenvolvimento local a uma eventual maior inserção dos moradores locais na atividade turística, como se pode ver nas transcrições abaixo:

A geração de mais emprego, uma boa qualidade de vida, um desenvolvimento não muito grande, porque o Pontal não tá preparado para um desenvolvimento do dia pra noite, tem que ser bem lento pras pessoas se adaptarem. Tem que ir crescendo aos poucos (Vendedora, 24 anos, moradora e natural do Pontal).

Seria o foco maior para o turismo. Tem a pesca, que o turista gosta de comprar o peixe, o camarão. Seria no todo o turismo para melhoria desse lugar (Artesã, 40 anos, moradora e natural do Pontal).

Geração de emprego e renda, todo mundo tem que ter uma ocupação (Costureira, 50 anos, moradora e natural do Pontal).

Muitos moradores locais reclamam que o Pontal de Coruripe deveria explorar outras potencialidades econômicas, indo além da pesca e do artesanato, investindo mais, por exemplo, no turismo. Quando planejada, a atividade turística pode contribuir para viabilizar o desenvolvimento local através da participação dos moradores do lugar turístico nos processos de dinamização e diversificação das atividades econômicas já existentes.

Mas para que esse desenvolvimento seja possível é necessário que alguns problemas levantados pela população local sejam resolvidos com urgência no Pontal. Além dos problemas mencionados acima, os entrevistados identificaram também os que se seguem: meninos que guardam carro na praia, entrada de drogas pesadas no povoado, prostituição infantil e a existência de jovens ociosos no lugar que precisam exercer alguma ocupação.

A questão que mais aparece durante as entrevistas é sobre a necessidade de geração de trabalho e renda para população local, principalmente para os jovens. Para isso, uma alternativa seria investir na capacitação desses jovens para trabalhar como guias de turismo, aprendendo a história do lugar, aprendendo outros idiomas e adquirindo noções sobre educação ambiental.

Em segundo lugar aparece o problema da segurança no Pontal. O povoado cresceu nos últimos anos e passou a receber novos moradores e mais turistas. No entanto, a segurança pública não acompanhou esse crescimento, já que não foi criado nenhum ponto de apoio, como um posto policial, por exemplo, para atender à população do lugar, que precisa se deslocar até a sede do município, no caso Coruripe, para resolver problemas associados à área de segurança pública. O descaso com a segurança pública no povoado propiciou um aumento

da violência, que foi gerada, principalmente, pela entrada de drogas pesadas (crack) no Pontal. Segundo a Agenda 21 Local, a comunidade do Pontal está buscando apoio do poder público e de empresas privadas para viabilizar a construção e implantação de uma sub-delegacia no povoado (AGENDA 21..., 2007, p. 24).

O crescimento do povoado, devido à vinda de pessoas de fora para morar no Pontal e devido também ao aumento natural de sua população, podem ser considerados dois dos principais motivos do enfraquecimento dos valores comunitários do lugar. Podemos dizer que esses valores foram perdendo sua força com o passar do tempo e atualmente são compartilhados apenas pelos moradores mais antigos do Pontal. Assim, alguns aspectos comunitários importantes, responsáveis pela coesão social da comunidade do Pontal de Coruripe há algum tempo encontram-se alterados.

Em relação a essa questão, ao serem perguntados sobre a existência de solidariedade e ajuda mútua entre os moradores do povoado em momentos de dificuldade, os entrevistados demonstraram diferentes percepções sobre o assunto. A metade dos entrevistados disse não haver isso no Pontal, pois “aqui é cada um por si” e citam como exemplo a Associação dos Moradores que se encontra inativa e com a casa na qual funciona a sua sede em péssimas condições de manutenção (Figura 54). Seguem dois relatos de moradoras locais sobre o assunto:

Aqui não tem solidariedade entre as pessoas, mesmo sendo pequeno e todo mundo se conhecendo. Essa união não existe aqui. Não são pessoas más, só não tem essa união de se juntar, porque se tem uma reunião, alguma coisa, acaba brigando, não quer ver aquele lado. A Associação dos Moradores está parada e teve gente que já tentou porque a associação é boa pra comunidade. Isso aqui não existe, as pessoas daqui não se unem pra nada. Se tiver uma pessoa que venha fazer uma coisa aqui no Pontal, que vá trazer benefício, as pessoas vão saber e ficam caladas, pode passar aqui e não vão me dizer, aqui é assim, um pessoal que não tem união pra nada (Doméstica, 49 anos, moradora e natural do Pontal).

Não existe isso. A associação dos moradores está toda quebrada, tá esperando que o prefeito vai ajudar. Não se ajudam não, aqui não tem solidariedade, aqui se a pessoa fizer uma coisinha a mais já crescem o olho. Se vê a pessoa bem, já comenta, são invejosos (Comerciante, 50 anos, moradora e natural do Pontal).

Alguns entrevistados lamentam o abandono e descaso da própria população local em relação à Associação dos Moradores do povoado, pois segundo um morador,

A Associação dos Moradores é uma coisa muito boa do lugar pelo seguinte: porque um grupo maior pode reivindicar as necessidades do lugar, não é? O povo não entende isso, mas muitas coisas, muitas prioridades do lugar podiam ser reivindicadas pela Associação, mas como algumas pessoas não deram valor... (Comerciante, morador do Pontal).

Figura 54 - Associação dos Moradores do Pontal de Coruripe.



Fonte: Autora, 2008.

A desorganização e enfraquecimento da Associação dos Moradores do Pontal são apontados por alguns moradores como consequência da utilização desse espaço de reivindicação, como lugar para promoção de carreira política de alguns associados. Esse problema é relatado por uma entrevistada que se mostra desiludida com a situação atual da Associação e que trabalhou durante anos junto com a comunidade para erguê-la:

Se eu pudesse dar o melhor pra minha comunidade. Eu já tentei, continuo sendo essa pessoa otimista, levando essa bandeira. Trabalhei muito na Associação de Moradores, aonde eu como vice-presidente levantei o grupo organizado que eu tentei..., depois mistura a política, aí não dá certo. Eu não acredito, a comunidade envolvida com os trabalhos políticos, tem que ser à parte, eu acredito, eu acho que dessa forma dá certo. A minha posição eu deixo bem clara, nós temos que cobrar do político e não se deixar envolver, eu sou revoltada com esse lado. O que eu puder ajudar, nessa forma de trabalhar com a comunidade, com associação, você tem que saber separar as coisas. As autoridades competentes estão lá pra trabalhar e resolver os nossos problemas, mas o povo tem que saber trabalhar. E eu sou esse povo, eu tenho na minha cabeça que ninguém vai mudar. E nós trabalhamos muito organizados, com enxada nas mãos, cobrando deles e não se deixando partir para o lado..., porque senão não funciona. Tanto trabalho que nós tivemos, quando eu passo pela associação me dá vontade de chorar, porque só eu que sei o quanto eu coloquei, junto com a força humana do pessoal, todo mundo dando a força, vamo, vamo, vamo, que pra nós não tinha mais solução, não ia ter mais como resolver o problema da associação e eu fiquei até hoje e sou orgulhosa de entregar pra outros partidos, chega nosso tempo determinado, a gente tem que entregar o cargo, e eu entregar a chave e ver tudo destruído. Isso é revoltante pra gente. [...] aqui no Pontal tá precisando fazer um trabalho de conscientização com o povo, essa parte foi a mais difícil da gente conseguir fazer. Porque nós estávamos acreditando, vai dar certo, já deu certo, construímos. Como foi difícil, e o povo não acreditou, e deixar a peteca cair? Isso é revoltante, a gente devia ter acreditado no nosso grupo, mesmo que dentro dele tinha gente ambiciosa, e a gente não percebeu, a gente pensava que tava do nosso lado, pra cuidar, zelar, ajudar, foi lindo enquanto durou. Eu acreditava que tava dando certo, o nosso trabalho tinha um grupo falso, eles pensavam em se candidatar para ser vereador do povoado, achava que dessa forma ia ser melhor, se deixou levar por essa parte que destruiu. E cadê a nossa energia, o nosso grupo? A gente se decepcionou feio, praticamente nós fomos obrigados, o grupo que estava

organizado, quase todos foram forçados a abandonar. Eu me sentia como se a casa fosse minha, todo mundo se sentia dessa forma, a gente fazia festa, todo mundo era dono, responsável. Eu já tentei novamente, ficar ao menos como sócia. Tá sendo difícil separar aqui a parte política, tá muito envolvida (Costureira, 50 anos, moradora e natural do Pontal).

Por outro lado, alguns entrevistados disseram haver solidariedade entre os moradores do Pontal. Porém a maioria ressalta que esta existe mais ao nível da família e dos vizinhos próximos. Ainda existe, segundo alguns entrevistados, por parte dos moradores mais velhos o espírito de comunidade e solidariedade. Vejamos alguns relatos:

Existe solidariedade. Como o lugar é muito pequeno, sempre o pessoal da igreja, ou o vizinho mesmo, cada um dá um pouquinho (Guarda-vidas, 30 anos, morador e natural do Pontal).

Ainda existe, mas não é como antes. Porque antes você fazia um favor e a pessoa chegava com uma galinha ou ovos ou pato, porco de presente pra você. Hoje as pessoas estão egoístas. A cultura foi mudando, quando você não investe na cultura perde a espiritualidade. Nós tínhamos várias manifestações culturais que foram se perdendo (Atendente de pousada, 41 anos, morador do Pontal).

Noventa por cento se ajudam. Aqui dizem que somos todos irmãos, no que precisar a gente chega junto (Pescador, 24 anos, morador e natural do Pontal).

Acho que são solidários. As pessoas se mobilizam se vêem que alguém está passando necessidade. Se tem alguém da comunidade que esteja precisando de alguma coisa, você pode contar com o pessoal da comunidade. São solidários mesmo (Artesã, 40 anos, moradora e natural do Pontal).

Na realidade, com base na percepção dos entrevistados a comunidade do Pontal se mostrou bastante dividida ao ser perguntada se os moradores do lugar são unidos a ponto de conseguirem trabalhar juntos para o bem comum. Uma parte dos entrevistados (sete pessoas) declarou que não, devido à ausência de uma consciência de coletividade, pois esta não faz parte da cultura local. Esse ponto-de-vista transparece, por exemplo, nas três transcrições abaixo:

Talvez seja mais junto com a família do que com a comunidade, falta conscientização para se unir (Costureira, 50 anos, moradora e natural do Pontal).

Não são unidos, devido à cultura. A gente tá cansado de ir em tanta reunião e nada mudar pra melhor (Atendente de pousada, 41 anos, morador do Pontal).

Quando tem grana existe cooperação. Quando falam em trabalho voluntário as pessoas não se unem porque não estão acostumadas, não tem o costume de trabalhar pelo social. Porque são pessoas carentes, não tiveram uma educação para isso (Guarda-vidas, 30 anos, morador e natural do Pontal).

De forma semelhante à percepção da atendente de pousada acima, um comerciante local afirmou que os moradores locais estão cansados de participar de reuniões para falar sobre os problemas do Pontal e de nada ser resolvido ou melhorado:

Eu já fui as várias reuniões com pessoas do Sebrae, até da Petrobrás e eles apresentam muitas coisas, não é, pra curto, médio e longo prazo, pra ouvir a opinião do povo, e o povo expressa-se, diz aquilo que devia ser mais próximo e depois esse povo vai embora e não acontece nada (Comerciante, morador do Pontal).

Outra parte dos entrevistados (seis pessoas) diz que existe união para o trabalho em conjunto, devido ao espírito de comunidade ainda presente no povoado. Esses entrevistados citam como exemplos a Associação das Artesãs, que existe há 10 anos, e a Colônia de Pescadores, que além de ser antiga, é uma das colônias mais organizadas do estado de Alagoas.

O restante dos entrevistados (oito pessoas) diz existir no Pontal, tanto pessoas com facilidade para se unir e trabalhar em grupo, como o contrário. Os moradores dizem que a união das pessoas se dá mais em torno da família. Outros defendem que os moradores antigos do Pontal são mais unidos. Assim, parece ter havido uma maior coesão da comunidade local no passado, a partir das famílias, as quais guardam mais referências culturais e interesses comuns. Com a diversificação das pessoas que formam o Pontal contemporâneo, e uma maior variedade de interesses particulares, levanta-se a hipótese aqui que essa maior diversidade de interesses dentro do povoado contribuiu para fragmentar um pouco o senso de unicidade da comunidade local.

Portanto, podemos concluir que apenas uma parte da comunidade do Pontal mostra-se solidária e com capacidade para trabalhar em grupo. Levando-se em consideração a percepção de parte dos entrevistados, parece que essa capacidade de apresentarem solidariedades mútuas está mais presente dentro do núcleo familiar, do círculo de amigos e dos habitantes mais antigos do Pontal. Infere-se desses dados que a presença de capital social dentro da comunidade do Pontal de Coruripe parece estar mais localizada dentro de alguns grupos, pois tanto existem pessoas conscientes da força do coletivo e das vantagens desta para o bem comum, como existem pessoas que colocam o interesse individual em primeiro plano.

Os que se referem à primeira posição, ou seja, à presença de solidariedade e união entre os moradores, se baseiam no espírito de comunidade ainda existente no povoado. A inexistência de espírito de união para o trabalho em conjunto no Pontal é justificada pelo fato dela simplesmente não fazer parte da cultura local dos seus moradores. Por conseguinte, há exemplos dentro do Pontal que mostram esses dois lados. De um lado existe a Associação das Artesãs do Pontal e a Colônia de Pescadores Z-10, que são dois casos de sucesso em relação à

cooperação e ao trabalho em grupo. Do outro lado existe a Associação dos Moradores, que lamentavelmente está parada devido a questões de interesse político e à falta de mobilização de seus associados.

Segundo alguns entrevistados, todos moradores do lugar, deveria ser feito um trabalho de conscientização junto à população do Pontal, mostrando a importância das formas de associação e cooperação para melhoria da comunidade local. Seria uma forma de resgatar valores comunitários que foram perdidos com o tempo. Sobre isso, Durston (1999, p. 107) afirma que “nos lugares aonde falta ou foi destruído o capital social pode ser criado intencionalmente por agentes externos, utilizando um amplo repertório de metodologias de capacitação na participação de base”.

Embora muitos moradores do Pontal se denominem como uma comunidade, devido aos valores compartilhados por parte de seus habitantes, esta não conseguiu desenvolver de forma plena características associadas ao capital social como a confiança, a cooperação, os esforços associativos, por exemplo. Isso pode estar relacionado à própria cultura do povo coruripense, pois segundo Lemos (1999, p. 31), “desses primeiros grupos humanos estabelecidos na região de Coruripe, surge o homem coruripense de caráter retraído, desconfiado, isolado, sem muito espírito de solidariedade e de aglutinação social”. Assim, apesar de demonstrarem uma percepção positiva sobre sua própria cultura, com base em características antigas que chegaram até o tempo presente, os moradores locais apresentam dificuldade em trabalhar de forma coletiva, com o objetivo de resolver problemas práticos atuais, como é o caso das atividades da Associação de Moradores do povoado.

5.3 Valorização cultural local e resistência

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a comunidade do Pontal de Coruripe aparenta não ter um capital social desenvolvido – com base nos dados coletados neste estudo – os habitantes locais apresentam características que podem ser associadas ao conceito de resiliência cultural, que lhes confere uma qualidade de adaptabilidade em relação aos processos de mudanças culturais geradas tanto pelo turismo quanto pelos processos globalizantes e comunicacionais (TV, *internet*, revistas, jornais).

O contato estabelecido pela população local com os visitantes pode ter funcionado como um fator de reconhecimento e valorização, por parte dos moradores do lugar, de seu

modo de vida e cultura local. Essa valorização e reconhecimento do patrimônio cultural local pela população nativa podem ser interpretados como uma forma de resistência às possíveis mudanças trazidas por esse intercâmbio cultural.

Pontal de Coruripe é um povoado que apresenta uma cultura local reconhecidamente valorizada por seus habitantes. Sua cultura local está relacionada à pesca e ao artesanato, atividades praticadas desde a formação do povoado, mantidas até hoje, e que foram herdadas dos primeiros habitantes desse lugar. A grande maioria dos habitantes do Pontal são filhos da terra e seus pais, por sua vez, também eram originários deste povoado, portanto a ligação existente entre os atuais moradores e seus antepassados é permeada por fortes raízes culturais, valores arraigados e vínculos parentais de grande identidade com o lugar.

A relação dos moradores do Pontal com o seu povoado, uma experiência vivenciada durante várias décadas, nos remete à definição de *lugar* para geografia humanística, na qual esse conceito é caracterizado pela valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos com o seu entorno físico e cultural, em última instância, com o seu ambiente. É na relação com os lugares que os indivíduos constroem sua identidade (CARLOS, 1996), que pode funcionar como um fator de resiliência frente a influências externas, o que, no caso da turistificação dos lugares, pode gerar um efeito de demonstração (PEARCE, 2003).

O Pontal de Coruripe se caracteriza como uma vila de pescadores que sofreu diversas mudanças como resultado da sua evolução ao longo do tempo, e do seu contato com influências externas. Entretanto, este estudo coletou evidências de que estas influências afetaram minimamente o modo de vida da sua população, que continua vivendo basicamente da pesca e do artesanato e mais recentemente, e ainda de forma incipiente, do turismo.

O turismo é uma atividade que transforma, de maneira sutil ou intensa, os lugares aonde ele se desenvolve. Muitas vezes, à medida que o lugar se transforma ele se re-organiza e recebe influências externas, podendo perder suas características de comunidade. Daí a preocupação de vários grupos sociais que vivem em comunidades litorâneas com a ocupação turística do lugar. Tal preocupação reflete ao mesmo tempo uma consciência do potencial que o turismo tem de alterar os lugares nos quais se desenvolve e um receio de que venham a perder as características que definem a sua marca identitária seus valores comunitários.

Há evidências na literatura da área de que a atividade turística pode trazer benefícios para as populações locais. Pode contribuir com o fortalecimento de atividades econômicas existentes no lugar, como é o caso do artesanato local. Ao mesmo tempo, através do turismo “a identidade de uma comunidade pode ser valorizada, pois a relação com o outro evidencia as diferenças culturais fazendo com que ambos passem a valorizar mais a sua própria identidade por meio das diferenças percebidas nas relações entre visitantes e visitados” (TEIXEIRA; MICHELIN; DALL’AGNOL, 2008, p. 4).

As identidades, assim como a cultura, são dinâmicas, pois estão em constante processo de reconstrução, recebendo influências externas e internas. Mas segundo Teixeira, Michelin e Dall’Agnol (2008, p. 4) um dos grandes desafios contemporâneos “é atingir uma estabilidade prudente entre a manutenção das identidades locais e o desenvolvimento necessário para sua inserção nos processos econômicos”. Em outras palavras, a questão que se coloca atualmente é a de como desenvolver o turismo de forma que este não cause impactos socioculturais negativos em uma comunidade, a ponto de esta perder parte de sua identidade cultural.

A resiliência cultural se apresenta como uma forma de manutenção de traços culturais locais pela comunidade receptora, mesmo após a possibilidade de intenso contato com culturas diferentes proporcionadas pelo turismo. É uma forma encontrada pela população nativa de reafirmar sua cultura e sua identidade local, através da conscientização a respeito de seu patrimônio histórico, cultural e natural. Nesse sentido, podemos interpretar a resiliência cultural relacionada ao turismo, como uma forma de resistência à tendência de homogeneização dos lugares turísticos influenciada pelos processos da globalização. Essa forma de resistência está respaldada pelo reconhecimento e valorização da cultura local pelos moradores do lugar turístico.

Nessa perspectiva, este estudo identificou alguns traços de resiliência cultural na comunidade do Pontal de Coruripe. Ou seja, mesmo de um período relativamente longo de contato com o turismo, a comunidade do Pontal de Coruripe ainda exhibe traços identitários que remontam há várias décadas, quando o lugar ainda não tinha sido inserido nas atividades turísticas. Nesse sentido, Lemos (1999) ressalta a capacidade de adaptabilidade das pessoas de Pontal de Coruripe diante de fortes adversidades, característica essa que os tornam uma comunidade resiliente.

A partir das entrevistas realizadas com os moradores do Pontal, podemos identificar algumas características que contribuem para a existência de resiliência na população local. O sentimento de pertencimento dos moradores em relação ao seu lugar de origem é um desses fatores. Vejamos as duas transcrições que se seguem, colhidas durante reunião de grupo focal com pessoas da comunidade, que denotam fortes sentimentos de pertencimento ao lugar:

O Pontal é um pedacinho da minha família, é um pedacinho de mim que não pode acabar. Ele tem é que melhorar e eu amo demais o meu lugar, tem as coisas mais lindas, tem as maiores riquezas aqui. Eu amo demais aqui! (Costureira, 50 anos, moradora e natural do Pontal).

É onde me criei, a minha terra natal, meus pais moraram aqui, também são naturais daqui (Pescador, 65 anos).

Esse sentimento de pertencimento contribuiu para a permanência da população local no povoado de Pontal, que mesmo tendo sofrido pressão espacial pelo processo de ocupação da faixa de terra localizada ao longo da praia por casas de veraneio, se mostrou resiliente ao preferir permanecer fixada em seu lugar de origem e ao mesmo tempo manter as mesmas atividades econômicas antes exercidas, no caso a pesca e o artesanato.

Todos os moradores do Pontal que foram entrevistados durante o desenvolvimento deste estudo, com exceção de uma moradora, afirmaram que não pretendem sair do Pontal para morar em outro lugar, pois querem permanecer no povoado até sua morte. Além disso, todos também demonstram grande satisfação em habitar no Pontal e uma forte ligação afetiva com o lugar. Por isso, outro fator de resiliência identificado na população do povoado diz respeito à valorização por parte de seus moradores do seu modo de vida, em relação ao qual ressaltam a tranquilidade do lugar.

Eu gosto muito do Pontal porque é um lugar da paz, um lugar muito calmo, eu sou acostumado a morar aqui (Aposentado, 66 anos, morador e natural do Pontal).

Gosto de morar aqui porque aqui você não vive com medo, você fica bem à vontade aonde quer que você esteja, e só você ter o sossego, paz é gratificante demais um lugar como esse. Eu não troco meu lugar por nada nesse mundo (Artesã, 40 anos, moradora e natural do Pontal).

Gosto muito de morar aqui. A maioria da população é de pescadores, uns 70% de pescadores, porque sabe que aonde vive é um lugar tranquilo (Pescador, 24 anos, morador e natural do Pontal).

Gosto, não trocaria o Pontal por lugar nenhum (Artesã, 30 anos, moradora e natural do Pontal).

Gosto sim, aqui é simples, não tem violência, é um bom lugar pra se viver porque é mais tranquilo (Artesã, 38 anos, moradora e natural do Pontal).

A maioria dos entrevistados disse gostar do modo como vivem. Os motivos são variados e se justificam pelo fato de gostarem do trabalho que exercem no próprio lugar. Outros gostam do seu modo de vida, pois moram em um lugar tranquilo, sossegado, no qual a natureza ainda se encontra bastante conservada.

Grande parte dos entrevistados considerou que houve um aumento da violência no povoado, porém afirmaram que a população ainda vive com tranquilidade, mesmo sendo o Pontal um lugar menos seguro que antigamente. Apenas um entrevistado diz estar insatisfeito com o modo como vive devido à falta de oportunidades para crescer, e melhorar de vida:

[...] nós não somos livres, somos presos, não temos como crescer, há muitas pessoas daqui que tem sonhos, não sonho de sair, mas de fazer o Pontal, trazer instrumento, trazer algo que o Pontal precise. Que até o espaço aos poucos tá se perdendo, o espaço que tinha foi tomado pelos arapiraquenses, foi tomado pelas pessoas que vêm de Maceió, que vêm de outros lugares (Atendente de pousada, 41 anos, morador do Pontal).

Entretanto, a opinião dessa entrevistada parece destoar do que pensa a maioria. Quase todos os entrevistados disseram estar satisfeitos e felizes com o jeito que vivem. Quando perguntados se gostariam de mudar alguma coisa na realidade local, 10 pessoas citaram principalmente a questão financeira como principal fator de mudança. Afirmaram que gostariam de ter uma fonte complementar à sua renda atual. Referem-se ao desejo de terem um segundo trabalho, ou arrumando um trabalho melhor, que lhes proporcionasse uma renda maior. Além disso, gostariam de dar condições educacionais melhores aos filhos. Muitos entrevistados gostariam que houvesse uma mudança, na verdade uma melhora na condição atual dos jovens do Pontal, no sentido de dar-lhes uma ocupação, um emprego, que levasse a uma melhoria na qualidade de vida das pessoas da comunidade.

Em relação às expectativas da população do Pontal sobre seu povoado para o futuro, todos esperam que o lugar melhore. Mencionam especificamente o desejo de que haja mais trabalho para os moradores locais, incluindo emprego para os jovens, com o aumento da renda das artesãs e exportação de seus artesanatos para outros países, que o fluxo turístico aumente e que o turismo se desenvolva de forma a trazer benefícios para a comunidade local.

A descrição de uma moradora resume bem o modo como os moradores querem que o Pontal esteja daqui a alguns anos:

Espero que o Pontal tenha suas ruas limpas, as casas todas arrumadinhas, um posto de informações na entrada do povoado, menos violência, manter a tranquilidade, que a praia esteja sempre limpa e o artesanato sendo bastante vendido e tendo novas idéias, que aumente as vendas dos artesanatos para outros países, pois isso nos deixa muito orgulhosas (Vendedora, 24 anos, moradora e natural do Pontal).

Dois outros entrevistados apresentam ponto de vista semelhante:

Com uma boa educação ambiental e uma boa educação familiar, as pessoas tem como deixar um bom povoado para se morar. Evoluído, mas nada de muita sujeira, nada de degradação no mar, eu creio que vai ser um local bom pra se viver (Guardavidas, 30 anos, morador e natural do Pontal).

Que o Pontal esteja bom como é, que cresça, mas nunca mude o jeito que a gente vive (Estudante, 19 anos, morador do Pontal)

A fala do morador acima evoca um sentimento em relação ao lugar que pode estar associado aos aspectos de resiliência cultural mencionados anteriormente. Ou seja, ao tempo em que aspira por mudanças que melhorem o povoado, pois ele demonstra o desejo de que seu lugar mantenha o mesmo estilo de vida.

O turismo não é entendido nesse trabalho apenas como uma atividade adversa ou prejudicial. Acredita-se que essa atividade pode vir a contribuir com o desenvolvimento local através da geração de trabalho e renda para os lugares nos quais o turismo se desenvolve. A valorização do patrimônio local, como é o caso do artesanato, e a ampliação da infra-estrutura como resultado dos investimentos no turismo, podem fortalecer as comunidades e contribuir para o seu desenvolvimento.

No entanto, o turismo desenvolvido de forma espontânea, ou seja, sem planejamento e sem a participação da população local no processo de gestão dessa atividade tem se mostrado capaz de excluir grande parte dos moradores dos benefícios econômicos e sociais gerados pela atividade.

Entretanto, a situação descrita acima representa um fator de risco para o desenvolvimento local da comunidade do Pontal através do turismo. Os fatores de risco para a Psicologia são entendidos como as variáveis ambientais que aumentam a probabilidade de que ocorra algum efeito indesejável no desenvolvimento dos indivíduos. Os fatores de risco relacionados ao desenvolvimento turístico no Pontal se referem à pobreza, ao analfabetismo e

às condições sanitárias precárias em que vive sua população. Em relação aos fatores protetores, que agem contra os fatores de risco no sentido de modificar, melhorar ou alterar a resposta de uma pessoa a algum risco ambiental, estes podem ser identificados, em relação ao turismo no Pontal, a partir da valorização do modo de vida e da cultura local por parte dos seus moradores.

Através dessa valorização do modo de vida local é possível manter certas características próprias do lugar, sendo este um fator de atratividade turística. Nesse sentido, o turismo pode atuar como um fator de valorização de hábitos e costumes relativos ao cotidiano do núcleo receptor frente ao processo de globalização e homogeneização de lugares e culturas. Ou seja, os moradores do lugar têm a possibilidade de se beneficiar com a atividade turística ao mesmo tempo em que mantêm seu estilo de vida local.

Nesse sentido, a resiliência cultural pode ser entendida como uma forma de adaptação da comunidade local, em relação às possíveis mudanças desencadeadas pelo turismo, ou frente a mudanças efetivamente já ocorridas, a partir da manutenção de certas características culturais e da adoção de outras. Essa forma de resiliência está relacionada à força do lugar e à valorização da identidade local. Representa uma forma de resistência em relação ao intercâmbio cultural proporcionado pelo turismo, entre visitantes e a população hospedeira, mesmo que possa haver uma tendência da imposição de padrões culturais hegemônicos de origem externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento do turismo no Brasil e no mundo tem demonstrado a necessidade de se aprofundar as pesquisas em relação à atividade turística e seus impactos sobre as populações nativas.

As comunidades receptoras só recentemente começaram a ser consideradas no processo de desenvolvimento turístico de uma região. No entanto, pelo fato de ser o turismo uma atividade econômica, aonde o sistema vigente é o capitalismo, geralmente as decisões tomadas no campo político tendem a privilegiar grupos hegemônicos detentores do capital, em detrimento dos moradores do lugar turístico.

Dessa forma, o processo de turistificação do espaço obedece à lógica do sistema capitalista, ao se apropriar de áreas antes ocupadas por moradores locais para dar lugar as segundas residências, restaurantes e pousadas. O nativo vai perdendo aos poucos seu espaço, e o seu lugar vai sendo transformado e construído para atender interesses externos ao da comunidade local.

O processo de mudanças na organização do espaço físico e social do Pontal empurrou uma parte de sua população para áreas desfavoráveis, mais afastadas da praia, o que não foi suficiente para descaracterizar o modo de vida e a cultura local, pois, segundo seus moradores, o fluxo turístico no povoado ainda é pequeno e não gera problemas para o lugar e para sua população.

A resiliência cultural também pode ser considerada como um fator que colabora para manutenção do modo de vida tradicional dos moradores do Pontal. Essa forma de resiliência é caracterizada pela capacidade de um determinado grupo social em resistir e se adaptar a novos contextos e mudanças sociais, provocadas pelo contato com culturas diferentes, preservando seu patrimônio cultural. A forte ligação afetiva dos moradores do Pontal com o seu lugar de origem contribui para transmissão de valores culturais presentes nessa comunidade. A manutenção de um estilo de vida local tradicional colabora com a biodiversidade local, pois segundo Diegues (1998, p. 21), “a biodiversidade existente hoje no mundo é em grande parte gerada e garantida pelas chamadas população tradicionais. Nesse sentido, a conservação da diversidade biológica e a cultural devem caminhar juntas”. Nessa perspectiva, tanto a

biodiversidade, quanto a diversidade cultural são recursos de grande valor tanto para atividade turística como para comunidade local.

O turismo no Pontal está se expandindo atualmente, ampliando sua infraestrutura turística tanto pela iniciativa privada, quanto pelo poder público. O lugar tem atraído muitos estrangeiros (em sua maioria de origem européia) que fixaram residência e abriram negócios voltados para atividade turística, tais como restaurantes e pousadas. Já o poder público, segundo o Plano Diretor do município de Coruripe, pretende orientar investimentos no setor turístico, qualificando a população local para que esta possa se beneficiar com o desenvolvimento dessa atividade. No entanto, as obras recentemente realizadas, como a obra no farol e a construção do terminal turístico, não apresentam nenhuma preocupação com o projeto arquitetônico, que leve em consideração as características do estilo de vida e da cultura local. Além disso, verifica-se, em algumas partes do Plano Diretor, referências a metas de construção de empreendimentos que têm o potencial de causar impacto significativo no ambiente, tanto físico como social, e que precisariam ser discutidos de forma mais profunda com a população local, já que ela será afetada diretamente.

Um exemplo, em relação às obras de infraestrutura, é o caso do projeto de urbanização e construção de um “calçadão” na orla marítima do povoado. Surgem então questões sobre os benefícios que trariam essa obra ou, pelo contrário, sobre os impactos que seriam gerados e a possível descaracterização do lugar, que é na verdade o fator de atratividade turística local. O Fórum da Agenda 21 Local demonstra uma maior urgência em relação a outros aspectos infraestruturais, como a melhoria da estrada e dos transportes, o acesso ao povoado, o caso crítico do saneamento básico, a ineficiente coleta do lixo, demarcação de áreas de preservação, etc.

Nesse sentido torna-se difícil incentivar a atividade turística em locais com indicadores sociais e econômicos baixos (desemprego, exclusão social, desnutrição, falta de moradia e miséria) como é o caso do Pontal, sem uma previsão de desenvolvimento de tais aspectos, anteriormente à própria instalação da atividade.

Analisando a percepção dos moradores locais conclui-se que o turismo em Pontal de Coruripe é visto como gerador de empregos e de oportunidades para o povoado. Apesar de muitos moradores considerarem que a atividade turística ainda não esteja beneficiando a

comunidade em geral, eles reconhecem que o turismo trouxe a valorização e o aumento das vendas do artesanato local, gerando renda e trabalho para as artesãs do povoado.

A maioria dos moradores se mostra favorável ao aumento da atividade turística no Pontal. No entanto, apenas uma pequena parcela dessa população demonstra ter consciência sobre os efeitos negativos do desenvolvimento turístico realizado sem planejamento e participação da comunidade local.

A falta de mobilização e envolvimento da comunidade nas discussões de planejamento e desenvolvimento turístico do povoado faz com que as decisões sejam tomadas aleatoriamente não atendendo às necessidades de aperfeiçoamento da infra-estrutura local e muito menos na melhoria na qualidade de vida dos moradores. A falta de participação da comunidade local está associada à presença relativamente baixa de capital social entre os moradores do Pontal. Existe a necessidade, segundo alguns moradores, de mobilização e conscientização da população em relação à participação nas decisões do planejamento turístico, como em relação à questão ambiental, por exemplo, pois segundo os entrevistados, a falta de conscientização ambiental é maior na população local do que entre os turistas que são considerados protetores do meio ambiente.

O fato da Associação dos Moradores do Pontal estar parada representa uma grande perda em termos de participação política da comunidade em relação ao desenvolvimento turístico local. A participação de representantes das comunidades locais no planejamento pode contribuir para criar a possibilidade de essas comunidades informarem aos decisores quais são os seus pontos-de-vista sobre as ações de política pública em discussão (ARAUJO, 2006). Acredita-se que uma visão endógena no planejamento e gestão do turismo seja um elemento importante na construção do turismo de base local, o qual tem grandes possibilidades de promover o desenvolvimento nas comunidades envolvidas.

O turismo se apresenta como uma alternativa econômica para o desenvolvimento local, desde que a população participe ativamente do processo de planejamento e gestão dessa atividade. O Poder Público já demonstrou seu interesse em investimento e capacitação do setor turístico na área, porém é preciso que esse processo seja construído levando-se em conta, além da questão ambiental, a percepção dos moradores acerca dos diversos aspectos relacionados à atividade turística, pois a partir dessa percepção e de um maior envolvimento

da população, é possível realizar um planejamento que inclua os princípios do desenvolvimento sustentável, que venha trazer benefícios e qualidade de vida à comunidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, F. L.; VASCONCELOS, F. P. O Litoral em questão: caracterização e descaracterização do território. CARIOLANO, L. N.; VASCONCELOS, F. B. **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: UECE, 2007.
- AGENDA 21 LOCAL (Coruripe, AL). **Diagnóstico da Comunidade do Pontal de Coruripe** Alagoas. Coruripe: Projeto Petrobras “De olho no Meio Ambiente”: Instituto Paraíba do Meio, 2007.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE ALAGOAS. Maceió: Secretaria de Planejamento de Alagoas, 2005. Disponível em: <<http://www.planejamento.al.gov.br/dados-estatisticos/estatisticas/anuario-estatistico>>. Acesso em: 10 out. 2010.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO EMBRATUR 2005. Brasília, DF: Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo, Diretoria de Estudos e Pesquisas, 2004. v. 32, 236 p. Dados de 2004. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/anuario/downloads_anuario/anuario_2005_agencia__4_versao_x08_03_07x.pdf. Acesso em: dez. 2009.
- APRATTO, D. **Metamorfose das oligarquias**. Maceió: Edufal, 1997.
- ARAUJO, L. M. Participação sociopolítica no planejamento turístico. **Turismo – Visão e Ação**. v. 8, n. 1, p. 153-164, jan./abril. 2006.
- _____. **Planejamento turístico regional: participação, parcerias e sustentabilidade**. Maceió: Edufal, 2009.
- _____; BRAMWELL, B. Participação de *Stakeholders* no planejamento turístico sustentável. In: ARAUJO, L. M. de. (Org.). **Geografia: espaço, tempo e planejamento**. Maceió: Edufal, 2004.
- _____; MOURA, F. B. P. A expansão do turismo na zona costeira nordestina: crescimento econômico, degradação ambiental e erosão cultural In: CARIOLANO, Luzia N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. (Org.). **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos, resistências**. Fortaleza: Eduece, 2007. p. 94-114.
- ARCHER, B.; COOPER, C. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, W. F. **Turismo global**. São Paulo: Senac, 1998.
- ARNSTEIN, S. A. Ladder of citizen participation. **Journal of the American Institute of Planners**, Cambridge, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969.
- ATRIA, R. Capital social: concepto, dimensiones y estrategias para su desarrollo. In: _____. **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma**. Michigan: Universidad del Estado de Michigan; CEPAL, 2003.

AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da super-modernidade, Campinas: Papirus, 2004.

BARBOSA, F. F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos de Geografia**, v. 10, n. 14, p. 107-114, fev. 2005. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/caminhosdegeografia.html>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

BARROS, N. C. C. **Manual de geografia do turismo**: meio ambiente, cultura e paisagens. Recife: UFPE, 1998.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 23-41.

BLANCO, E. **Micro-redes de turismo de base comunitária**: a experiência do V Fórum Social Mund. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/indice.aspx?pag=n&id=6858&cat=%C2%A0&ws=0> Acesso em: 7 jan, 2010.

BOLETIM DE DESEMPENHO ECONÔMICO DO TURISMO, Brasília: EBAPE, Núcleo do Turismo: Ministério do Turismo, ano 5, n. 17, 2008.

BRAND, F.S.; JAX, K. Focusing the meaning(s) of resilience as a descriptive concept and a boundary object. **Ecology and Society**, v. 12, n. 1, p. 23, 2007. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol12/iss1/art23/>. Acesso em: 20 nov. 2009.

BRANDON, K. Basic steps towards encouraging local participation in nature tourism projects. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Ed.). **Ecotourism**: a guide for planners and managers. North Bennington: The Ecotourism Society, 1993. p. 134-151.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo de sol e praia**: orientações básicas. Brasília, DF, 2008.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

BUTLER, R.W. The concept of a tourism area cycle of evolution: implications for management of resources. **The Canadian Geographer**, v. 24, n. 1, p. 5-12, 1980.

CANDIOTTO, Luciano Z. P. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável (artigo parte da tese de doutorado) **Revista Formação**, v. 1, n.16, p.48-59, 2007. Disponível em: <<http://www.revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/861/885>>

CARLOS, Ana Fani. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____; **A cidade**. São Paulo: Aleph, 2001.

CARVALHO, F; SCOTTO, G. (Coord.). **Conflitos socioambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. Resolução Nº 001, de 23 de janeiro de 1986. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1986.

CORIOLOANO, L. N. M.T.; SILVA, S. B.M. Turismo: Prática Social de Apropriação e Dominação de Territórios. In: CORIOLOANO, L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. (Org.). **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: Eduece, 2007.

CORIOLOANO, L. N. M. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v.21, n.2, p. 25-45, jul/dez. 2001. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/4212/3685>. Acesso em: 20 nov. 2009.

_____; **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: Funece, 2003.

_____. **Turismo e geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: UECE, 2005.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998.

CORURUPE. Prefeitura. [**História de Coruripe**]. Coruripe, 2010. Disponível em: <http://www.coruripe.al.gov.br/historia.php>. Acesso em: 9 mar.2010.

CORURUPE. Secretaria Municipal de Cultura de Coruripe. **Mapeamento cultural de Coruripe e sua geografia humana: Coruripe cultivando raízes**. Coruripe, 2008. 132 p.

CRUZ, R. C. A. Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no nordeste do Brasil. In: LEMOS, A. I. G. (Org.). **Turismo: impactos socioambientais**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____; **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIÉGUES, M. **O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3. ed. Maceió: Edufal, 2006. (Coleção nordestina).

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

DURSTON, J. Construyendo capital social comunitario. **Revista de la CEPAL**, n. 69, p. 103-118, dez. 1999.

_____. Qué es el capital social comunitario? Santiago: **CEPAL**: 2000. (Serie Política Sociales).

ENCICLOPÉDIA Municípios de Alagoas. Coordenação geral Leonardo Simões. Maceió: Instituto Arnon de Mello, 2006.

FORMAN, L. S. **BICO**: A brazilian Ralf fisherman's son. Nova Iorque: LOTHROP, Lee & Shepard, 1969.

FRATUCCI, A. C. Participação comunitária na gestão do turismo nos municípios do Estado do Rio de Janeiro: análise do processo de PNMT. In: BARTHOLO, R.; DELAMARO, M.; BADIN, L. (Org.). **Turismo e sustentabilidade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 246-266.

FURTADO, C. **O Brasil pós-milagre**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

HAESBAERT, R.. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HILLESHEIM, C. B. V. Turismo na zona costeira: os impactos causados pela atividade turística no município de Bombinhas-SC. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 4, 2006, Caxias do Sul. Tema Turismo: responsabilidade social e ambiental. [**Anais eletrônico**]. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2006. Disponível em: file:///C:/Users/Ligia%20Toledo/Downloads/GT05-4.pdf. Acesso em: 20 nov. 2009.

HISTÓRIA brasileira da infâmia. Parte um. Direção e roteiro: Werner Salles Bagetti. Edição: Charles Northrup. Co-produção: Núcleo Zero, Staff, IZP e Tv Cultura. Realização: DOCTV, Ministério da Cultura, TV Cultura, Abepec, Secretaria do Audiovisual. Elenco: Pedro Ramos e outros. 2005. Média-metragem (55min), documentário, Betacam.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados**: Alagoas. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadossat/perfil.php?sigla=al> Acesso em: dez. 2009.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE teen**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/sitemap.html> Acesso em: dez. 2009.

IRVING, M. A. Turismo e ética: premissa de um novo paradigma. In: CORIOLANO, L.M.T. (Org.). **Turismo com ética**. 2. ed. Fortaleza: UECE, 1998.

_____ et al. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 5. n. 4, p. 1-7, 2005. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=98&path%5B%5D=93>. Acesso em: 20 nov. 2009.

LACANAU, G. C. Geografia e território: el papel del geógrafo en la escala local. **Estúdios e perspectivas en turismo**, Buenos Aires, v. 13, n. 1-2, p. 182-185, 2004. Disponível em: <http://estudiosenturismo.com.ar/search/PDF/v13n1y2a12.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2009.

LEMOS, J. R. **Coruripe**: sua história, sua gente, suas instituições. Maceió: Do Autor, 1999.

KLIKSBERG, B. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez, 2001.

KNAFOU, R. Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

KÖRÖSSY, N. Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 8. n 2, p. 56-68, 2008. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=238&path%5B%5D=178>. Acesso em: 20 nov. 2009.

MACEDO, S. S. Paisagem, turismo e litoral. In: Yázig, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MACHADO, A. **Ecoturismo**: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: SENAC- RS, 2005.

MARCELINO, A. M. T. O turismo e sua influência na ocupação do espaço litorâneo. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, J. B. **Marolas Antropológicas**: identidades em mudança na praia do Santinho: Florianópolis. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

MARTINS, R. Desordem no refúgio. **Revista Carta Capital**, São Paulo, n. 458, p. 32-3, ago. 2007.

MORAES, L. F. S.; COSTA, C. R. R. Impactos socioambientais do turismo na praia do Cumbuco, município de Caucaia – CE. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2, 2008, Fortaleza. [**Anais...**]. Fortaleza: Instituto Terramar, 2008.

MUNN, R. E. **Environmental impact assesment**. Toronto: John Willey & Sons, 1979.

OLIVEIRA, E. S.; MATA, H. T. C.; QUEIROZ, O. T. M. M. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do município de Itacaré. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL, 10, 2007, João Pessoa. [**Anais...**]. João Pessoa: UFPB, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Desenvolvimento do turismo sustentável**: manual para organizadores locais. Madri, 1995. (Publicação de Turismo e Ambiente).

PARTIDÁRIO, M. R. **Critérios para um turismo ambientalmente responsável**. Caparica: Centro de Estudos de Planejamento e Gestão do Ambiente, 1999.

PEARCE, D.G. **Geografia do turismo**: fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Aleph, 2003.

PUTNAM, R. D. (1993) **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUINTAS, J. S. Gestão Ambiental. In: LEITE, A. L. T. A.; MININNI-MEDINA, N. (Org.). **Educação ambiental: curso básico à distancia: Educação e educação ambiental I**. 2. ed. Brasília, DF: MMA: UFSC, 2000.

ROBSON, C. **Real world research: a research for social scientists and practitioner-researchers**. Oxford: Blackwell, 1993.

RODRIGUES, A. M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, F. A.; CRUZ, R. C. A. (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

RUSHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável**. São Paulo: Papirus, 1997.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAVIOLO, S.; DELAMARO, M. C.; BARTHOLO, R. Sustentabilidade, turismo, diálogo. In: BARTHOLO, R.; DELAMARO, M.; BADIN, L. (Org.). **Turismo e sustentabilidade na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SEABRA, L. Condicionantes ambientais para o turismo litorâneo no estado do Rio de Janeiro. In: BARTHOLO, R.; DELAMARO, M.; BADIN, L. (Org.). **Turismo e sustentabilidade na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SOUZA, M. J. L. Como o turismo pode contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

SOUZA, E. A.; PEDON, N. R. Território e identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, Três Lagoas, ano 4, n. 6, p. 126-148, nov. 2007. Disponível em: http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/artigo6_EdevaldoS._e_NelsonP..pdf

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000. v. 1.

TEIXEIRA, P. R.; MICHELIN, R. L.; DALL'AGNOL, S. Turismo e globalização: análise da relação com a identidade cultural. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 5., 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPTUR, 2008. Disponível em: <[HTTP://hipnos.ucs.br/turismo/admin/_UPL_arquivos/030920081826062.pdf](http://hipnos.ucs.br/turismo/admin/_UPL_arquivos/030920081826062.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2010.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**, São Paulo: Difel, 1983

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980

TULIK, O. **Residências secundárias**: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo. 1995. 154 f. Tese (Doutorado em Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, 1995.

URRY, J. **O Olhar do Turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996.

VASCONCELOS, F. P. **Gestão integrada na zona costeira**: ocupação antrópica desordenada, erosão, assoreamento e poluição ambiental do litoral de Fortaleza. Fortaleza: Primus, 2005.

VERA, J. F. et al. **Análisis territorial del turismo**. Barcelona: Ariel Geografía, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA Para moradores do povoado de Pontal de Coruripe, Alagoas

Nome: _____

Idade: _____ anos

Profissão: _____

Naturalidade: _____

Tempo em que mora em Pontal de Coruripe: _____ anos

1. Como morador(a) daqui a bastante tempo, e conhecedor(a) desse lugar, em suas palavras, o que é o Pontal de Coruripe?

2. Em sua opinião, se um lugar pode ter alma, qual seria a alma de Pontal de Coruripe?

3. De maneira geral, o(a) senhor(a) gosta do jeito que o(a) senhor(a) vive em Pontal de Coruripe?

Se sim: Por quê?
Se não: Por que não?

4. Se o(a) senhor(a) pudesse mudar alguma coisa no seu modo de vida em Pontal de Coruripe, o(a) senhor(a) mudaria alguma coisa?

Se sim: O que o(a) senhor(a) mudaria?
Por quê?
Se não: Por que não?

5. Em geral, o(a) senhor(a) tem prestado atenção a como o turismo vem ocorrendo em Pontal de Coruripe?

6. O(A) senhor(a) acha que o modo de vida de Pontal de Coruripe mudou de alguma forma depois da chegada do turismo?

Se sim: Mudou para melhor ou para pior?
Se para pior: O(A) senhor(a) poderia comentar como foi essa mudança?
Se para melhor: O(A) senhor(a) poderia comentar como foi essa mudança?
Por que o(a) senhor(a) ache que houve essa mudança?

Se não: Por que não?

7. De forma geral, o(a) senhor(a) acha que o Pontal de Coruripe era melhor antes do turismo chegar ou depois que ele chegou?

O(A) senhor(a) poderia comentar um pouco a sua resposta?

8. O(A) senhor(a) já trabalhou ou trabalha em alguma atividade relacionada ao turismo?

Se sim: No que o(a) senhor(a) trabalha/trabalhou?

Em que o(a) senhor(a) trabalhava antes?

Por que mudou de profissão?

9. O(A) senhor(a) tem uma ideia sobre qual é a sua renda mensal atualmente?

10. Alguém da sua família exerce alguma atividade relacionada ao turismo?

Se sim: Quantas pessoas?

Que atividade ou atividades exercem?

Se não: Por que não?

11. Se alguém pedisse ao(à) senhor(a) para explicar como é o turismo em Pontal de Coruripe, o que o(a) senhor(a) diria?

12. Em sua opinião, o turismo trouxe algo de bom para o Pontal de Coruripe?

Se sim: O(A) senhor(a) poderia comentar?

Se não: Por que não?

13. O(A) senhor(a) acredita que se o turismo aumentar em Pontal de Coruripe poderá trazer algum tipo de benefício para o povoado ou para os seus moradores?

Se sim: O que?

Se não: Por que não?

14. O(A) senhor(a) acredita que o aumento do turismo em Pontal de Coruripe poderá trazer algum tipo de prejuízo ou malefício para o povoado ou para os seus moradores?

Se sim: O que?

Se não: Por que não?

15. Em sua opinião, o turismo tem causado problemas ao meio ambiente em Pontal de Coruripe?

Se sim: Que tipo de problema ou problemas?

16. O(A) senhor(a) acha que as pessoas de Pontal de Coruripe são unidas ao ponto de conseguirem trabalhar juntas para o bem comum?

Se sim: O(A) senhor(a) poderia dar algum exemplo ou exemplos?

Se não: Por que não?

17. Em momentos de dificuldades, as pessoas de Pontal de Coruripe normalmente se ajudam umas às outras?

Se sim: O(A) senhor(a) poderia dar algum exemplo ou exemplos?

Se não: Por que não?

18. Em sua opinião, há alguma coisa que poderia ser melhorada em Pontal de Coruripe para os seus moradores?

19. Em sua opinião, o que o(a) senhor(a) acha que mais atrai os turistas que visitam Pontal de Coruripe?

20. O(A) senhor(a) acha que há alguma coisa que poderia ser melhorada para receber o turista em Pontal de Coruripe?

Se sim: O que poderia ser melhorado?

Se não: Por que não?

21. Para o(a) senhor(a), os turistas causam algum tipo de incômodo, ou, na maioria das vezes, são pessoas agradáveis que não interferem na tranquilidade do lugar?

Se eles causam incômodo ou incômodos: Que tipo de incômodos eles causam?

22. Para o(a) senhor(a), há algum tipo de problema ou problemas em Pontal de Coruripe que precisa ser resolvido com urgência?

Se sim: Qual seria esse problema ou problemas?

23. Em sua opinião, o que seria o desenvolvimento em um povoado como o Pontal?

24. Em sua opinião, o turismo está contribuindo de forma positiva para o desenvolvimento em Pontal de Coruripe?

Se sim: O(A) senhor poderia comentar de que forma?

Se não: Por que não?

25. O(A) senhor(a) se imagina vivendo aqui em Pontal de Coruripe com sua família daqui a dez anos?

Se sim: O(A) senhor(a) poderia comentar porque?

Se não: Por que não?

APÊNDICE B: LISTA DOS PARTICIPANTES DA REUNIÃO DE GRUPO FOCAL

Pontal de Coruripe, 02 de dezembro de 2008.

Relação dos participantes da Reunião de Grupo Focal realizada no dia 02 de dezembro de 2008 às 20:00 hs no Casarão do Pontal.

A reunião contou com os seguintes participantes:

1. Leide (representando o grupo de artesãs do casarão);
2. Kely (representando a Associação das Artesãs do Pontal de Coruripe);
3. Raimunda e filha (esposa do “Baiano”, dono do restaurante de mesmo nome);
4. Maria José (a “Zezinha”, professora e artesã);
5. Gustavo (Pastoral da criança);
6. Sr. Miguel (representando a Igreja Católica);
7. Sr. Flaviano (médico);
8. Esposa do Chico (dono do mercado Arapiraca);
9. Tia Zé (dona de lanchonete);
10. Sr. Antonio (pai da tia Zé);
11. Sra. ? (amiga da tia Zé);
12. Jailton (caseiro do casarão);
13. Flávia (caseira do casarão).